

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

JAQUELINE PEREIRA DE OLIVEIRA VILASBOAS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES DE TRABALHO
EMERGENTES E A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS
IDENTIDADES**

**GOIÂNIA
2010**

JAQUELINE PEREIRA DE OLIVEIRA VILASBOAS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES DE TRABALHO
EMERGENTES E A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS
IDENTIDADES**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Goiás, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientador: Prof. Drº. Jordão Horta Nunes

**GOIÂNIA
2010**

JAQUELINE PEREIRA DE OLIVEIRA VILASBOAS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES DE TRABALHO
EMERGENTES E A CONFIGURAÇÃO DE NOVAS
IDENTIDADES**

Dissertação defendida e aprovada em ____ de ____ de 2010, pela banca
examinadora constituída pelos professores:

Profº Dr. Jordão Horta Nunes/UFG (Orientador)

Profª. Dr. Angela Maria Carneiro Araújo/UNICAMP

Profª Dr. Telma Ferreira/UFG

Prof. Dr. Revalino Antônio de Freitas/UFG (Suplente)

**Goiânia
2010**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais, Vandeir e Zélia, que me ensinaram, desde a tenra idade, o valor incontestável do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido o dom inestimável da vida.

Ao meu orientador, Prof. Jordão Horta Nunes, que me concedeu o prazer de ser sua aluna e o imenso privilégio de ser sua orientanda. Muito obrigada pelas constantes e produtivas orientações, pela generosidade, pela presença constante, dedicada e amiga e pelo rigor que tanto contribuíram para com a minha formação acadêmica e para com a composição desta dissertação. Agradeço também por ter me ensinado, a partir de sua postura frente ao conhecimento, uma coisa fundamental: o verdadeiro homem sábio é um homem humilde.

A meus pais e demais familiares, sentido da minha existência, pela imensa dedicação, amor e compreensão que me acompanham, com bons pensamentos e desejos, em todas as empreitas da vida.

Ao meu esposo Neville, companheiro, amigo, cúmplice e amante, que sempre confiou no meu potencial e, por isso, me incentiva, ajuda, sonha comigo e torna meus dias muito mais felizes. Agradeço ainda, pela compreensão e paciência que teve durante os meses em que me ausentei de nosso lar.

À Universidade Federal de Goiás, pelas oportunidades que me ofereceu.

Aos professores e colaboradores da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pela presença amiga e solícita que tanto colaboraram com a minha formação

Aos professores Maria do Amparo e Revalino Freitas, pelas valiosas observações na banca de qualificação.

Aos professores e colaboradores da Unicamp, sobretudo Ângela Araújo, Márcia Leite e Liliana Segnini, que me possibilitaram um enriquecimento imenso durante os meses que tive a feliz oportunidade de vivenciar o cotidiano acadêmico desta universidade.

À Capes, pela concessão da bolsa de mestrado, que possibilitou minha dedicação exclusiva à formação e à pesquisa.

Aos trabalhadores das cooperativas e associações pesquisadas, sem os quais esta dissertação não poderia ter sido concluída, e pelos quais tenho uma imensa admiração e respeito.

A todos os meus amigos e amigas, que sempre estiveram na torcida e dividiram comigo as angústias e alegrias de fazer pesquisa.

EPÍGRAFE

*“Um homem se humilha
Se castram seus sonhos
Seu sonho é sua vida
E a vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata...
Não dá pra ser feliz”*

Guerreiro Menino- Gonzaguinha

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar as identidades dos trabalhadores inseridos nas experiências de economia solidária. Tal objetivo se justifica pela necessidade, cada vez mais constante, de se conhecer e compreender as novas estruturas do mundo do trabalho, no qual a economia solidária se inscreve. O estudo foi feito em cooperativas e associações das cidades de Goiânia-GO e Campinas-SP. Partiu-se do pressuposto de que os princípios que regem estas iniciativas, sobretudo a autogestão, a solidariedade e a democracia, seriam elementos importantes na constituição de novas identidades. A dissertação tem como ponto de partida algumas observações sobre as transformações no mundo do trabalho, sobre a informalidade, bem como sobre o debate em torno do conceito de economia solidária, sua emergência histórica e a forma como essas inovadoras iniciativas de trabalho têm se configurado no Brasil. A análise da identidade parte de algumas contribuições teóricas que concebem a identidade como fruto dos processos de interação social, enfatizando seu caráter dinâmico. A dissertação destaca as observações teóricas de Claude Dubar, que entende a construção da identidade de maneira relacional, ou seja, ela se dá mediante o imbricamento entre as próprias autodefinições e as atribuições dos companheiros de interação. A partir das entrevistas com os trabalhadores, buscou-se construir uma caracterização dos cooperados, bem como suas percepções e assimilações possibilitadas pelo trabalho. Os dados analisados não assinalam diferenças significativas no que diz respeito às apropriações dos trabalhadores nas duas cidades. Contudo, apontam uma diferença significativa, qual seja, a diferença do envolvimento do poder público local no sentido de viabilizar o desenvolvimento da economia solidária nas referidas cidades. Além disso, foi possível perceber a ausência de uma identidade autogestionária e democrática. Todavia, observou-se mudanças significativas na vida dos trabalhadores e indícios da emergência de uma identidade coletiva.

Palavras- Chave: economia solidária, trabalho, identidade.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the identities of the workers employed in the experiences of solidarity economy. This goal is justified by necessity, more and more frequent, to know and understand the new structuring of the working world, where the solidarity economy falls. The study was done in cooperatives and associations of cities of Goiania-GO and Campinas-SP. Started from the assumption that the principles governing these initiatives, especially the self-management, solidarity and democracy, would be important elements in the constitution of new identities. The study starts pointing a few remarks about the changing world of work, the informality and the debate around the concept of solidarity economy, its historical emergence and, moreover, how these work innovative initiatives are set in Brazil. The analysis of identity is made in the light of the theoretical framework of some authors of the school of symbolic interaction, which conceive of identity as the result of processes of social interaction in which individuals are embedded. Therefore, sustain the dynamic character of identity. The dissertation highlights the theoretical observations of Claude Dubar, who understands the construction of identity in a relational perspective. In other words, it takes place through the interweaving of their own self-definitions and assignments of the companions of interaction. Based on interviews with workers, it sought to develop a characterization of them as well as their perceptions and assimilations made possible by the work. The data analyzed did not indicate significant differences with regard to the appropriation of workers in both cities, however, shows a significant difference, namely the difference in the involvement of local government to enable the development of solidarity economy in these cities. Moreover, it was revealed the absence of a democratic identity and self-management. However, observed significant changes in the lives of workers and evidence of the emergence of a collective identity

Keywords: solidarity economy, employment, identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO

ANTEAG - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES EM AUTOGESTÃO

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

CNBB- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO- ECONÔMICOS

INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

ITCP - INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ONGS - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

OIT- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

PACS - PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS

PPGS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

PROCAD - PROJETO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA

SCA - SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS

SENAES - SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

SMCTAIS - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, TRABALHO, ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO SOCIAL

UFG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNICAMP- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNITRABALHO - REDE INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOBRE O TRABALHO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16

CAPÍTULO 1- TRANSFORMAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO

1.1 Transformação no mundo do trabalho.....	20
1.1.2 A informalidade como alternativa.....	22
1.2 Economia Solidária: uma nova e emergente alternativa	28
1.2.1 Contexto histórico.....	33
1.2.2 Emergência no Brasil.....	35
1.2.2.1 Diversidade de experiências.....	35
1.2.2.2 Organizações de apoio.....	37
1.2.3 Políticas Públicas em Economia Solidária.....	41
1.2.4 Limites e Possibilidades da Economia Solidária.....	45
1.2.5 Um possível caminho para a emancipação social.....	51

CAPÍTULO 2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A IDENTIDADE COMO ELEMENTO DE ANÁLISE

2.1 Algumas Considerações.....	56
2.2 O fenômeno da Identidade.....	57
2.2.1 Berger e Luckmann: a importância dos processos de socialização....	61
2.2.2 Strauss e a dinamicidade da identidade.....	62
2.2.3 Goffman e as relações face a face.....	64
2.3 O caráter relacional da identidade na perspectiva de Claude Dubar.....	67
2.4 Trabalho e identidade	70

CAPÍTULO 3 - TRANSFORMAÇÃO DAS IDENTIDADES: PARA ALÉM DOS RESULTADOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 Economia solidária e seus múltiplos sentidos.....	75
3.2 Panorama da economia solidária em Goiânia e Campinas.....	76
3.3 Descrevendo o campo: uma breve história das iniciativas pesquisadas...	79
3.3.1 Cooperativas de Goiânia.....	79
3.3.1.1 COOPREC.....	79
3.3.1.2 Cooperativa A. Ambiental.....	80
3.3.1.3 Padaria Comunitária Nutrívida	81
3.3.2 Cooperativas de Campinas.....	82
3.3.2.1 Cooperativa Antônio Costa Santos	82
3.3.2.2 Cooperativa Nossa Senhora Aparecida.....	83
3.3.2.3 Cooperativa Mulheres de Mazarello.....	84
3.4 Quem são os trabalhadores pesquisados?.....	84
3.5 A vivência dos trabalhadores.....	87

3.5.1 Solidariedade.....	88
3.5.2 Autogestão.....	89
3.5.3 Participação e democracia nas decisões.....	91
3.5.4 Igualitarismo.....	94
3.5.5 Cooperação e organização no trabalho.....	94
3.5.6Compromisso social.....	95
3.5.7 A (in) satisfação com o trabalho.....	96
3.6 Identidade é movimento: o contexto da transformação.....	101
3.7 A emergência da identidade Coletiva fundamentada na solidariedade..	104
3.7.1 A relação dos trabalhadores com eles mesmos	105
3.7.2 A relação dos trabalhadores com os outros	108
3.7.3 A identidade coletiva.....	110
CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
APÊNDICES.....	123

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas nos últimos tempos são acompanhadas de uma série de fenômenos que modificam o tecido social e as relações em seu interior. Das mudanças mais expressivas estão as que aguçam a heterogeneidade das situações de trabalho e de atividades de homens e mulheres.

Estas transformações são caracterizadas pela lógica perversa do capitalismo contemporâneo, pelos processos de precarização do trabalho e pela concentração da renda nas mãos de poucos. Fatores como a globalização, terceirização e flexibilização deixaram marcas profundas no interior do processo produtivo e nas relações de trabalho. Uma das conseqüências mais expressivas dessas transformações, indubitavelmente, é o crescente desemprego que atinge uma quantidade imensa de trabalhadores que, por sua vez, criam e recriam novas alternativas de trabalho face à conjuntura atual.

Esses processos, além de provocarem mudanças no meio social e na vida material, interferem nas relações sociais, na subjetividade, nos valores, na auto-imagem e na identidade dos indivíduos. Um dos exemplos atuais destes processos foi a crise econômica mundial que se instaurou no ano de 2008, quando esta dissertação começava a ser produzida, desencadeada, segundo os estudiosos, devido inúmeros fatores, dentre os quais se destacam: o rompimento das bases de créditos, que sustentava o consumo, e a falência de inúmeras instituições financeiras que, por conseqüência, paralisava as práticas de empréstimo e afetava bruscamente as atividades produtivas em importantes setores da economia, cujo principal resultado foi o aumento brusco das taxas de desemprego.

Tais acontecimentos têm intensificado ainda mais o debate em torno do questionamento do trabalho enquanto categoria fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais (OFFE, 1989; MÈDA, 1999). No entanto, mais importante que contestar sua centralidade é analisar suas novas configurações.

Nos últimos tempos, observa-se o surgimento de um conjunto de práticas enfeixado pelo termo economia solidária que vêm ganhando um espaço cada vez maior na sociedade e sendo amplamente discutido na esfera governamental, nas comunidades e nos meios acadêmicos. A crescente incidência desses grupos pode ser explicada, principalmente, pela redução das modalidades convencionais de organização do trabalho, menor absorção e maior seletividade do mercado de

trabalho e devido à ineficiência das políticas públicas destinadas a gerar oportunidades de trabalho e subsistência.

No intuito de colaborar para a compreensão dessa nova forma de estruturar o trabalho, o objetivo principal da pesquisa em questão é verificar como se dá o processo de (re)construção da identidade dos indivíduos que fazem parte dos grupos de economia solidária, considerando que estes são espaços de socialização que permitem aos indivíduos, principalmente os que têm sua subjetividade afetada pelo desemprego, precarização das relações de trabalho, exclusão social etc., uma possibilidade de redefinição de sua identidade. Ademais, a identidade dos indivíduos que fazem parte do trabalho associativo, tendo por base os preceitos da economia solidária, ainda é tema pouco pesquisado.

A perspectiva utilizada é a de que a construção e a transformação das identidades têm sua gênese nos processos sociais e implicam uma trajetória individual articulada com os vínculos estabelecidos pela atuação em diferentes esferas. Privilegia-se aqui a esfera da economia solidária, pelo fato de tais grupos manifestarem uma estruturação e organização do trabalho diferente das que são comumente conhecidas.

Considerando tais aspectos, partiu-se da hipótese de que a partir das experiências vividas nesses grupos, os indivíduos não se limitam a uma produção material, haja vista que o conjunto de princípios que regem tais grupos pode possibilitar o surgimento de novos valores, novos sentidos, novas relações sociais e transformações individuais. Assim, os grupos de economia solidária podem ser importantes colaboradores na transformação da identidade dos indivíduos que deles fazem parte, sobretudo dos que são vítimas do desemprego e/ou da precarização do trabalho.

Investigar identidade significa conhecer o processo de organização do trabalho, bem como analisar o envolvimento e a percepção dos indivíduos sobre suas atividades e quais as apropriações que são possibilitadas aos envolvidos nessas iniciativas, o que colabora muito para a compreensão sociológica desta emergente forma de organizar o trabalho. Além disso, pode contribuir para dar respostas ou corroborar as várias críticas existentes a esse formato de trabalho, bem como ajudar a esclarecer os aspectos que dificultam ou facilitam a adoção deste paradigma de relações de trabalho, o qual se diferencia do parâmetro hegemônico fundamentado em relações hierárquicas.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de suscitar subsídios teóricos que possam contribuir nas investigações da sociologia do trabalho, sobretudo no âmbito das novas configurações do trabalho, bem como na prática de incubadoras sociais e na criação de políticas públicas que objetivem viabilizar iniciativas de natureza solidária e popular.

A dissertação foi estruturada em três capítulos além desta introdução e dos procedimentos metodológicos. No primeiro capítulo, faz-se uma breve consideração sobre as transformações no mundo do trabalho, sobre a informalidade, bem como sobre as raízes históricas da economia solidária, sua emergência no Brasil e apontamentos sobre sua diversidade, limites e possibilidades.

No segundo capítulo apresenta-se algumas considerações teóricas acerca da identidade que foram importantes para o direcionamento dos trabalhos empíricos e análise dos resultados. Discute-se as teorias de autores direta ou indiretamente relacionados à corrente do interacionismo simbólico, tais como Berger e Luckmann, Anselm Strauss e Erving Goffman, que entendem os processos interacionais como fundamentais para a constituição identitária. Ademais, destaco as contribuições de Claude Dubar, que considera importante para o estudo das identidades a articulação entre a relação do indivíduo e sua trajetória com as atribuições direcionadas a ele pelos seus companheiros de interação. Este capítulo refere-se ainda aos debates acerca da centralidade do trabalho enquanto categoria social e sua influência na constituição das identidades individuais e coletivas.

Na terceira parte são discutidos os significados e sentidos atribuídos e construídos pelos trabalhadores para nomear, explicar e situar os diversos fenômenos e situações que são percebidos e vividos por eles nos grupos de economia solidária, bem como os resultados provenientes da articulação entre os trabalhos empíricos e as dimensões teóricas propostas.

Por fim, chega-se às considerações finais, demonstrando as singularidades dos grupos pesquisados em Goiânia e Campinas, bem como seus pontos em comum. Além disso, discute-se as apropriações possibilitadas aos trabalhadores destes empreendimentos e que tipo de identidade foi possível a eles articular.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada nas cidades de Goiânia-Go e Campinas-SP¹. A realização da pesquisa nas duas cidades foi muito frutuosa, pois permitiu que fosse feita uma mesma análise em dois municípios totalmente diferentes no que tange a aspectos estruturais e conjunturais, bem como pelo diferente posicionamento e envolvimento das instâncias públicas no fomento de experiências em economia solidária.

A pesquisa é fundamentalmente qualitativa, ainda que se recorra a alguns dados quantitativos sobre a realidade dos grupos de economia solidária da cidade de Goiânia e de Campinas oriundos de fonte secundária². A opção pelo qualitativo justifica-se pelo fato de essa abordagem enfatizar os diferentes atores sociais e a multiplicidade de movimentos e instituições relacionadas com práticas sociais em constante processo de transformação.

Essa perspectiva de pesquisa valoriza o significado que as pessoas dão às coisas e à vida cotidiana constituída como espaço onde os indivíduos constroem ativamente os sentidos e as motivações da própria ação, que não se trata de algo dado, mas sim construído pelos estímulos dos próprios atores sociais no âmbito de suas relações (MELLUCI, 2005).

Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais profunda do universo subjetivo, isto é, das relações, dos processos e dos fenômenos não reduzidos à pura operacionalização de variáveis. Ela permite identificar questões centrais, como as atitudes, os significados e as aspirações; aspectos fundamentais para a proposta de pesquisa em questão.

¹ A pesquisa realizada em Campinas foi possibilitada pela minha inserção no Projeto de Cooperação Acadêmica- Novas Fronteiras (PROCAD) - entre a UFG e Unicamp, financiado pela Capes. O projeto partiu de uma iniciativa da linha de pesquisa "Trabalho, emprego e sindicatos", do PPGS e do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho, ambos da UFG. O principal objetivo é viabilizar a consolidação do PPGS aprimorando a formação de alunos e docentes do Programa mediante a realização de missões de estudo e docência/pesquisa na instituição associada, a Unicamp. Visa ainda realizar estudos comparativos aproveitando projetos de pesquisa ou orientações de mestrado ou doutorado em andamento ou a serem propostos nas duas equipes durante a vigência do Procad, tendo como referência os eixos orientadores do projeto cooperado, ou seja, trabalho, gênero e participação.

² Dados oriundos do Segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária no período de 2005 a 2007. O mapeamento agrega informações de mais de 20 mil empreendimentos, nas 27 Unidades da Federação sobre a gênese dos empreendimentos, suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios que aportam para seus integrantes e seus entorno sociais, essa base de dados propicia análises a partir de uma visão ampla do perfil socioeconômico e das práticas de gestão da economia solidária. O tratamento da base foi feito de forma conjunta pela UNISINOS e pelo IPEA. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp#>

Foram pesquisados seis empreendimentos de economia solidária: três na cidade de Goiânia, sendo dois de reciclagem e um de alimentação; e três na cidade de Campinas, sendo dois de reciclagem e um de costura.

A observação foi a estratégia metodológica que esteve presente em todo processo investigatório, pois observar significa aplicar atentamente todos os sentidos em um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e concreto (FLICK, 2008). Além disso, a observação permitiu uma relação face a face com os sujeitos pesquisados. Essa etapa consistiu em participação das reuniões dos grupos, quando permitido, observação sistemática das várias etapas da divisão e execução dos trabalhos nos empreendimentos.

Para a coleta das informações foi realizada, em um primeiro momento, a aplicação de um formulário com o objetivo de caracterizar o perfil social dos trabalhadores no que tange a idade, sexo, escolaridade, renda, estado civil e quantidade de filhos.

A escolha dos indivíduos a serem pesquisados levou em consideração a idéia de amostragem teórica. Essa amostragem, diferente da probabilística ou aleatória, tem por objetivo escolher as unidades mais significativas para o desenvolvimento do tema em estudo. Desse modo, foram convidados para as entrevistas os associados mais antigos no grupo. Tal critério se justifica pelo fato de que quanto maior o tempo que o indivíduo trabalha no empreendimento melhor será a possibilidade de identificar os aspectos subjetivos decorrentes de seu trabalho, suas relações intersubjetivas e o que acontece com suas posições identitárias, aspectos esses que traduzem o objetivo principal da pesquisa.

Existiu também, na medida do possível, a preocupação em assegurar a heterogeneidade dos convidados para entrevista no que tange a idade, estado civil e experiência profissional prévia. De acordo com as recomendações de Goldenberg (2000), o roteiro foi construído de acordo com os objetivos da pesquisa e dos pressupostos teóricos utilizados que iluminaram a investigação.

Foram realizadas 20 entrevistas semi-estruturadas, que tiveram por finalidade recuperar a trajetória profissional, as condições de vida e trabalho, a percepção sobre a atividade que executam no empreendimento, bem como das mudanças e continuidades decorrentes de sua inserção nos referidos grupos.

As entrevistas foram de fundamental importância, pois constituíram instâncias de interação social. Além do objetivo de obter informações, essa técnica ofereceu as perspectivas possíveis para que a informante alcançasse a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo, assim, a investigação (HAGUETTE 2001). Focalizar os relatos individuais é uma maneira de interrogar sociologicamente o que é possível compreender dos contextos sociais.

As entrevistas foram realizadas nos próprios empreendimentos e registradas com um gravador digital, mediante autorização do entrevistado, a fim de assegurar a integridade das informações concedidas.

A análise do material coletado foi um dos momentos fundamentais do processo de pesquisa, pois é preciso reconhecer que o real não se dá imediatamente à investigação, sendo necessário um processo de construção sistemático, em que os objetos analisados sejam recortados da realidade concreta e redimensionados, com uma preocupação de ir além das ideologias que cercam a realidade. Assim, os dados coletados nas observações e nas entrevistas foram transcritos e categorizados em unidades básicas, utilizando o aplicativo de análise qualitativa Atlas.ti, e posteriormente confrontados com o referencial teórico proposto.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM QUESTÃO

1.1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A relação dos sujeitos sociais com o trabalho não constitui uma novidade; entretanto diante das transformações e da complexificação do mundo do trabalho é possível dizer que o estudo desta relação, que não é exclusivamente econômica, mas abrange também aspectos da subjetividade, não é uma discussão esgotada ou ultrapassada.

A ontologia do trabalho desenvolvida por Marx (1989) revela que é por intermédio do trabalho que os indivíduos se tornam seres sociais. Ele não é apenas meio de satisfação das necessidades materiais, mas é também espaço de identificação, de auto-estima, de reconhecimento, de participação no desenvolvimento da sociedade. Assim sendo, o trabalho é um aspecto fundamental da constituição da identidade e ocupa um papel importante no contexto da vida humana.

O processo de humanização desenvolvido pelo trabalho não se realiza através da execução de uma atividade fetichizada, alienada, desagregada e estranhada, mas sim por intermédio de um labor consciente, criativo, produtivo e prazeroso, que já não é a realidade da estrutura do trabalho na sociedade contemporânea.

Tal afirmação pode ser corroborada pelas intensas transformações que se fazem presente no mundo do trabalho, cujas conseqüências desencadearam dois posicionamentos distintos. Primeiro, em virtude de suas transformações o trabalho deixou de ser uma categoria importante para compreender as relações sociais, (OFFE, 1989). Segundo, os que reconhecem o impacto das mudanças em curso, consideram que se está diante de uma maior complexidade, heterogeneização e fragmentação e que a despeito disso, o trabalho permanece como categoria fundamental para compreender a sociedade contemporânea. As principais tendências desta nova realidade serão apresentadas a seguir.

A retração do binômio taylorismo/fordismo³ desencadeou uma redução, em conseqüência da reestruturação produtiva do capital, do proletariado industrial tradicional, cujas principais características eram a estabilidade e a especialização. Assim, identifica-se o desenvolvimento de formas mais desregulamentadas de

³ Nos anos de 1970 o padrão de regulação taylorista/fordista começa a dar sinais de esgotamento devido à crise estrutural do capitalismo. O taylorismo e fordismo são, paulatinamente, substituídos por outros modelos organizacionais mais enxutos e flexíveis, que passam a atender de forma mais eficaz às exigências de um mercado capitalista cada vez mais globalizado.

trabalho, diminuindo consideravelmente o número de empregos formais. Emerge o novo proletariado fabril e de serviços inseridos em processos caracterizados pela subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho temporário, subcontratado, part-time, terceirizado, em que direitos e conquistas trabalhistas históricas são substituídos e eliminados do mundo da produção. Tal quadro evidencia um processo agudo e ininterrupto de precarização do trabalho⁴ (ANTUNES; ALVES, 2004).

Outra mudança considerável no mundo do trabalho é a expansão do trabalho feminino que tem sido absorvido pelo capital, sobretudo no trabalho em tempo parcial, precarizado e desregulamentado. Ademais, é possível observar que o nível de remuneração das mulheres permanece inferior em relação ao dos homens, tal qual ocorre com os direitos sociais e do trabalho. Sobre este aspecto, convém destacar as importantes contribuições de Hirata (2002), demonstrando que as atividades de concepção são realizadas predominantemente pelos homens, enquanto que aquelas de maior trabalho intensivo, com menores níveis de qualificação, são destinadas às mulheres.

Outra tendência importante presente no mundo do trabalho e que merece ser citada é a crescente exclusão de jovens em idade de ingresso no mercado de trabalho e que, vivendo as agruras do desemprego estrutural, acabam por entrar em postos de trabalhos precários. Paralela à exclusão dos jovens, ocorre também a exclusão dos trabalhadores considerados idosos, com idade acima de 40 anos e que dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho, cuja tendência é valorizar o trabalhador polivalente e multifuncional.

Convém destacar também a expansão do trabalho em domicílio, possibilitada pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. A telemática (ou a teleinformática) tem um papel de destaque neste processo, pois possibilita a expansão do trabalho produtivo doméstico em várias partes do mundo.

Estas constantes mutações atingem não só a estrutura do trabalho, mas também a forma de ser do trabalhador, alterando o universo de sua consciência e de sua subjetividade. O resultado mais corrosivo dessas transformações é a expansão do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global (ANTUNES, 2003).

⁴ A precarização é entendida aqui abrangendo todas as formas de trabalho em que as atividades são exercidas por meio de relações informais de trabalho, isto é, sem direito, sem justiça ou cidadania.

Como foi anteriormente assinalado, em uma lógica produtiva fundamentada nos princípios competitivos do sistema capitalista é previsível uma diminuição no número de indivíduos que são absorvidos pelo sistema formal de assalariamento, pois novos padrões de recrutamento, baseados na qualificação e nas habilidades, emergem e ganham uma primazia quase absoluta. Desse modo, presencia-se uma realidade em que vários indivíduos não conseguiram sobreviver à reestruturação, são invisíveis para o sistema, encontram-se desempregados e, por isso, à margem da sociedade.

Alguns trabalhos empíricos demonstram que a situação de desemprego e, por consequência, de exclusão social, é acompanhada de grande sofrimento (DEJOURS, 2001). Desse modo, existe uma procura intensa por uma reintegração ao trabalho e à sociedade. Porém, na organização contemporânea do mercado de trabalho a saída da condição de desemprego não se faz mais pela obtenção de uma ocupação estável, mas sim a partir de uma tendência à fragilização dos vínculos de trabalho; desse modo não existe mais a idéia de saída definitiva do desemprego (GUIMARÃES, 2002).

1.1.2 A INFORMALIDADE COMO ALTERNATIVA

A informalidade vem sendo discutida de forma muito recorrente nos espaços acadêmicos e também pelo poder público. O problema é que essas discussões estão pouco estruturadas, pois tratam a informalidade de forma generalizada, ou seja, como se ela fosse um evento linear e homogêneo.

De acordo com a OIT os setores informais são aqueles que apresentavam pouco capital na organização da produção, existência de mercados pouco competitivos e não regulamentados, utilização de pouca mão-de-obra e uso de técnicas de trabalho pouco complexas (NORONHA, 2001). A partir desta conceituação, diferentes e variados postos de trabalho podem ser considerados como informais.

No Brasil, a informalidade é um termo de difícil alcance analítico, pois se trata de uma realidade que se refere a situações demasiadamente diferentes e que muitas vezes se misturam e/ou dependem das situações formais de trabalho. É comum associar o trabalho informal com vínculos que não oferecem o registro em carteira. De acordo com essa definição, são inúmeras as modalidades de trabalho que podem ser consideradas informais, tais como, o feirante, o trabalhador

autônomo, o trabalhador doméstico, o que trabalha em domicílio, o cooperativado, etc.

Na discussão teórica da temática existem controvérsias: para alguns, a informalidade é considerada um problema social e econômico devido às condições precárias de sua realização e para outros, é uma alternativa de sobrevivência em meio à situação de desemprego, de total declínio dos vínculos assalariados formais, devido às consequências do processo de reestruturação das relações de trabalho.

No Brasil, o uso do termo informalidade é amplamente difundido, mas é importante deixar claro que o que se chama de informal é algo amplo e impreciso. Segundo Noronha (2001), a definição da informalidade depende do significado da formalidade em cada país e período, setor e categoria profissional. No Brasil, o par formal/informal deriva da ordem jurídica. São considerados informais os postos de trabalho que não possuem carteira assinada. A dificuldade aqui reside no fato de que os padrões de informalidade são heterogêneos e pouco discutidos. São várias as modalidades de trabalho que estão à margem da legislação trabalhista e, por esse motivo, é inviável unificá-las e conceituá-las como informais. Um breve histórico da informalidade no Brasil e a apresentação de diferentes paradigmas teóricos torna-se de fundamental importância na discussão em questão.

As primeiras experiências de trabalho livre no Brasil foram caracterizadas pela inexistência de contrato de trabalho e por intensa exploração da mão-de-obra. A situação começa ganhar contornos diferenciados na história da década de 1930, em que o Estado começa a atribuir um estatuto civil definido pelo trabalho. Por meio do trabalho os indivíduos passam a ter existência civil e se transformam em cidadãos do trabalho, a quem o Estado oferecia a proteção dos direitos sociais. Esse fato representa uma melhoria na situação dos trabalhadores, mas não é visto como uma medida eficaz, pois existia um grande número de pessoas que não tinham acesso ao trabalho regular. Os primeiros contratos formalizados no Brasil emergem nesse período e, ao mesmo tempo, percebe-se a manifestação daquilo que foi considerado na época de informalidade.

O trabalho legalizado estava diretamente relacionado com a questão da cidadania, pois só tinham acesso aos direitos sociais aqueles que tinham registro em carteira. Utilizando os termos de Santos (1994), a cidadania era regulada. Assim, a carteira de trabalho era considerada o documento de identidade e a prova do caráter

do indivíduo. Os que não tinham assinatura em carteira eram, na grande maioria das vezes, considerados desocupados e estavam à margem da sociedade.

Essa realidade propiciou o surgimento de uma massa de indivíduos que se inseriram em condições de trabalho precarizadas com o objetivo de garantir a sobrevivência, pois foram poucas as camadas da população que tiveram acesso ao trabalho regular. Ficaram fora desse processo os ex-escravos, as mulheres, os empregados domésticos, os que se deslocavam do campo para a cidade, dentre outros. Esses tinham alternativas muito limitadas, a saber, a mendicância e/ou a inserção em subempregos. Nesse período, a informalidade, entendida como subemprego, foi vista como uma alternativa de sobrevivência para aqueles que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho formalizado.

Na década de 1970 e 1980, o Brasil experimentou um intenso desenvolvimento industrial, que foi responsável pela incorporação de grande parte dos desempregados ao mercado formal, sobretudo na indústria e no do setor de serviços. Nesse período, a informalidade era percebida como uma realidade de uma economia que não havia se industrializado completamente, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento.

Contudo, a década de 1990 foi marcada por um declínio da oferta de empregos regularizados e crescimento da informalidade. Nesse período, o Brasil abriu o mercado interno para importações, cujas consequências foram processos de reestruturação produtiva, internacionalização e expansão dos mercados financeiros, aprofundamento da internacionalização, maior abertura comercial das economias e desregulamentação dos mercados. Esses processos geraram insegurança e, como consequência, foram observadas menores taxas de crescimento econômico, de emprego e deterioração das relações de trabalho (SINGER, 1999).

A partir dessa época, a informalidade ganha contornos diferenciados. Devido às consequências dos processos descritos acima, o mercado de trabalho mudou, pois foi possível perceber o aumento de concorrência entre as empresas, tendo que lidar com as mudanças no mercado e restrições na força de trabalho. Essas empresas optaram por descentralizar a produção para reduzir o custo da força de trabalho, maximizar os lucros, explorar a falta de representação sindical e infringir leis trabalhistas (ALVES, 2001). Essa nova realidade, representada pela precarização, oferece os subsídios necessários para a composição da chamada nova informalidade.

Segundo Noronha (2001), são três as abordagens mais utilizadas nos estudos da informalidade, quais sejam, a velha informalidade, a informalidade neoclássica e a nova informalidade. Segundo esse autor, a abordagem denominada velha informalidade concebia a informalidade como subemprego, e que estava associada à condição de um país em processo de desenvolvimento, em que as atividades ainda não estavam suficientemente atrativas para o investimento do sistema capitalista de produção. Essa realidade era vista como passageira. Essa é uma abordagem que considera somente o ponto de vista econômico e caracteriza bem a realidade do Brasil na década de 1970.

A abordagem neoclássica considera o trabalho informal como resultado da extensiva regulação do trabalho e da busca de maximização dos lucros em mercados em intenso processo de competição. Tal tipo de regulação foi característico no Brasil a partir da década de 1980, pois a elaboração da nova constituição reforçava os direitos trabalhistas.

Por fim, a nova informalidade que, de acordo com Noronha (2001), resulta das mudanças no processo de trabalho, a saber, novas concepções gerenciais e organizacionais e as novas formas de trabalho, ou seja, essa nova informalidade reflete as transformações ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva; fase que corresponde às mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 1990.

Desse modo, segundo Noronha (op. cit), a informalidade pode ser identificada como uma combinação de atividades informais tradicionais como novas formas de trabalho precário: sem contrato de trabalho formalizado, com trabalhadores flexibilizados, periféricos, de tempo parcial, em domicílio e com o objetivo de atender às exigências da reestruturação produtiva do capital. Um dos mecanismos mais evidentes desses processos é a terceirização.

O autor chama atenção para os casos dos trabalhadores assalariados, com contratos formalizados, que trabalham sem condições gerais de segurança, fazem horas extras sem recebê-las e trabalham nas horas de folga. Essas são práticas atribuídas à informalidade, mas que na realidade ocorrem também em algumas atividades “formalizadas” que estão à margem da legislação trabalhista. Segundo Noronha (2001), as atividades informais, em suas várias formas, mantêm relações intrínsecas com as formas de trabalho formalizadas.

Assim, as explicações tradicionais que tratam a informalidade como se fosse um fenômeno objetivo, uniforme e mensurável, são insuficientes para dar conta da

nova realidade. A análise dessas formas de trabalho através da posse ou não de carteira assinada, ou pela categoria ocupacional, ou pela forma de realização do trabalho, não dá conta das atuais transformações ocorridas no mercado de trabalho.

Algumas políticas de geração de emprego estabelecem que o trabalho informal tem aspectos muito positivos, pois constitui uma solução encontrada por aqueles que foram excluídos dos postos de trabalho formalizados. A realidade mostra que existe uma parcela de verdade nessa afirmação, pois os postos informais absorvem um contingente muito grande de trabalhadores.

Porém, existem argumentos radicalmente contrários, que sustentam que esse movimento não pode ser considerado vantajoso e nem neutro. Segundo Machado Silva (2003), os que se posicionam acriticamente em relação aos processos de informalização do trabalho incorrem em dois graves erros, quais seja, o de considerar que a informalidade é um processo homogêneo e linear e o de desconsiderar o fato de que ela não afeta da mesma maneira todos os envolvidos, nem seus resultados são sempre positivos de um ponto de vista geral.

O referido autor identifica distintos modos de inserção em formas de trabalho informalizadas e demonstra as diferenças inerentes a cada uma delas. Primeiro, os novos vínculos empregatícios resultantes do processo de terceirização que são precários em condições de trabalho, remuneração, segurança do emprego e direitos sociais. Um segundo modo de deslocamento na direção da informalidade diz respeito ao puro e simples incremento da ilegalidade na relação empregatícia, que pode ser visto como a face perversa da terceirização, ao mesmo tempo em que burla o ordenamento jurídico institucional confere a ela legitimidade. O crescimento da ilegalidade reduz o volume de tributos recolhidos e dificulta a prestação de serviços sociais, gerando um impacto negativo sobre as condições de vida do conjunto dos trabalhadores e não apenas dos assalariados informais.

Por fim, o terceiro contingente diz respeito aos trabalhadores que passam a desenvolver atividades sem qualquer tipo de vínculo empregatício. Entretanto, nesse caso não há um segmento homogêneo. De um lado, fazem parte dele um segmento pauperizado que é majoritário; trata-se dos trabalhadores menos qualificados obrigados a se orientarem na direção de inúmeras atividades precárias como, por exemplo, o biscateiro⁵. De outro lado, o contingente em questão é composto por dois

⁵ O termo biscateiro refere-se a indivíduos que exercem pequenas e esporádicas atividades no âmbito da informalidade.

outros grupos de trabalhadores com melhores condições de enfrentar as consequências da redução dos postos de trabalho provocado pela recessão econômica, a saber, os ex-assalariados que dispõem de mínimos recursos materiais e subjetivos e que se transformam em pequenos empresários ligados ao comércio varejista e aos serviços pessoais; e a pequena fração dos profissionais qualificados oriundos dos estratos médios, que são melhores posicionados diante das mudanças no campo do trabalho.

Assim, segundo Machado Silva (2003), os efeitos socioeconômicos do processo de informalização do trabalho associado à reconversão econômica em curso são muito variados dependendo do tipo de trabalhador que se considera. O autor reconhece que existem aspectos positivos, contudo identifica claras tendências à precarização do trabalho com sérios reflexos sobre as condições de vida da maior parte dos trabalhadores, sobretudo os mais pobres.

Para Sachs (2004), a informalidade tem diferentes faces. É devido à baixíssima produtividade de trabalho que os trabalhadores informais crescem de forma cada vez mais intensa no Brasil. Segundo o autor, esses trabalhadores não escolheram a informalidade, mas são compelidos a buscarem alternativas de sobrevivência nessa condição que, por isso, não pode ser simplesmente descartada e atacada. Assim, o autor enfatiza que eles não são informais por escolha, mas por necessidade. Os que devem ser punidos com repressão e multa são os informais por decisão (malandros sonegadores de impostos e dos direitos trabalhistas e os contrabandistas). A outra face diz respeito a situação de trabalho precário que os trabalhadores em situação de informalidade estão submetidos. Essa questão deve e pode ser resolvida através de políticas afirmativas “eficazes” em favor daqueles que não têm outra saída senão o caminho da informalidade.

De igual maneira, Pochmann (2000) acredita que a informalidade não deve ser entendida como um futuro da ocupação ou como a saída mais eficaz das altas taxas de desemprego. Trata-se apenas de uma estratégia, diante de uma realidade de desassalariamento e de sobrevivência.

Dos pontos de vista analisados, é possível presumir que a informalidade não deve ser considerada somente segundo o ponto de vista da economia, mas deve ser questionada no sentido de que seus efeitos são precursores de eventuais problemas e interferem no processo de construção de identidade dos indivíduos, uma vez que a sociedade, em geral, desaprova a prática informal e é o próprio indivíduo que deve

lutar para conseguir o reconhecimento de sua atividade e, assim, de sua existência e visibilidade na sociedade de trabalho e de consumo.

Essa discussão em torno das mudanças no mundo do trabalho, enfatizando a questão da informalidade, é importante para registrar as mutações no mundo do trabalho e o movimento a partir do qual surgem novas estruturas que se colocam como alternativas ao assalariamento. Embora essa dissertação se centre na questão da economia solidária, considerou-se importante enfatizar esse conjunto de mudanças, que, aliás, é fundamental para se compreender o significado do trabalho autogestionário nos dias atuais. Embora informalidade e autogestão sejam consideradas formas diferenciadas de trabalho, a dificuldade que algumas cooperativas encontram para se regulamentar implica na consideração de que elas estejam no âmbito da informalidade, conforme demonstra a tabela 2. Assim, a discussão precedente sobre informalidade é importante para enfatizar o fato de que ela não é um conceito simples e homogêneo, mas ao contrário, é complexo e heterogêneo, devido a multiplicidade de acepções que o acompanham, tal como foi demonstrado.

Feitas tais considerações, segue a discussão centrada no contexto histórico, na conceituação e na diversidade da economia solidária, bem como sua repercussão na esfera produtiva e na identidade de seus atores.

1.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA NOVA E EMERGENTE ALTERNATIVA

Inscrita no conjunto de transformações que vêm marcando o mundo do trabalho e a crise do assalariamento, surge, no Brasil e em outros países⁶, um conjunto de experiências denominadas economia solidária. Sobre a prática dessas iniciativas não existe muito consenso analítico; entretanto, muitas teorias emergem na tentativa de se compreender este fenômeno que ganha um significado novo nos dias atuais.

Um dos principais teóricos e pesquisadores da economia solidária no Brasil é o professor e economista Paul Singer. Segundo esse autor, a economia solidária é um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou

⁶ Dados revelados por pesquisas e diagnósticos realizados por governos, ONGs, Universidades, que confirmam a existência e o grande aumento destes grupos. Existem sítios onde esses dados podem ser comprovados por meio de textos, dados empíricos e indicações bibliográficas, tais como: www.ecosol.com.br, www.milenio.com.br, www.caritasbrasileira.org, www.redesolidaria.com.br, www.unitrabalho.org.br, etc.

associada do capital e o direito à liberdade individual. Segundo Singer (2002), a aplicação desses princípios torna possível a emergência de um modo de produção que tenha por pilares a solidariedade, a igualdade e a autogestão e que possibilite a superação do modo de produção capitalista.

O ponto crucial da proposta elaborada pelo referido autor é que a economia solidária tem o potencial de romper com a separação entre o trabalhador e a posse dos meios de produção, possibilitando ao mesmo a conquista da autogestão e da autonomia, fundamentais para que ocorra a transformação das relações sociais.

A proposta de Singer (2002) é importante, porém acredito que os empreendimentos solidários, tal qual estão estruturados na atualidade, sejam pouco eficazes no sentido de superar o modo de produção capitalista, mas são extremamente significativos no sentido de estabelecer relações de proximidade entre a esfera econômica e as demais esferas sociais.

Um dos principais teóricos da economia solidária que partilha desse ponto de vista é Jean Louis Laville, que propõe uma análise desta alternativa como um conjunto de práticas que colaboram para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade. Estão inclusas nestas práticas a criação ou manutenção dos empregos, a moradia coletiva, os serviços coletivos de saúde, proteção ao meio-ambiente, créditos solidários entre outras.

Laville (2004) diz que a primeira condição para se compreender a economia solidária é a desconstrução do conceito de economia difundido na sociedade capitalista, que reduz a ação econômica ao interesse material e individual. Assim sendo, o autor supracitado utiliza as teorias desenvolvidas por Karl Polanyi (2000) para estruturar tal argumento, uma vez que este autor parte do pressuposto da pluralidade da economia representada por uma diversidade de formas de produção, quais sejam: a domesticidade, a reciprocidade, a redistribuição, e o mercado.

A domesticidade consiste na produção destinada para atender as necessidades próprias do trabalhador e as de seu grupo. A idéia básica disseminada por esse princípio é a de que a produção deve ser armazenada para atender as necessidades dos membros do grupo de trabalho, independente do núcleo institucional que o determina e independente da organização interna do grupo.

A reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre um conjunto de pessoas, a partir de uma sequência de trocas⁷. O princípio da reciprocidade tem como fundamento principal a troca como fato social elementar, pois estas são indissociáveis das relações humanas, pois como nos lembra Mauss (1974), os objetos que são trocados não são separados dos seus doadores. A idéia do vínculo social está fortemente contida neste princípio.

A redistribuição é o princípio segundo o qual a produção fica sob a responsabilidade de uma autoridade que tem a função de distribuí-la entre os outros membros do grupo. Esta distribuição é fundamentada a partir de um poder político e de uma divisão de trabalho entre a autoridade e os demais membros do grupo.

Por fim, o mercado é um lugar de encontro entre oferta e demanda para fins de troca; o mercado funciona segundo o registro de um modelo institucional que lhe é próprio. A oferta indica a quantidade de bens e serviços que o ofertantes estão prontos para disponibilizar, e a demanda, a quantidade de bens e serviços que os demandantes estão aptos a adquirir.

Estas três primeiras formas de desenvolvimento econômico têm por base a reciprocidade e surgiriam como formas de resistência ao mercado, resultantes de ações coletivas que seriam capazes de promover a solidariedade democrática e a democratização da economia.

O poder de democratizar a economia se basearia em duas características que são caras à economia solidária. Primeira, a reciprocidade, uma vez que a economia solidária propõe o desenvolvimento de um conjunto de atividades com propósitos centrados não no lucro, mas nas demandas coletivas. O econômico é articulado ao social e, por isso, produz vínculos sociais e solidários.

A segunda característica da economia solidária reside na elaboração de formas de coordenação e de alocação de recursos de forma diferenciada das comumente conhecidas. Tal objetivo pode ser concretizado por meio da criação de espaços públicos de proximidade, entendido pelo autor como espaços de socialização onde se aprende uma cultura democrática, fundamental para o processo emancipatório.

⁷ O sentido de troca desenvolvido aqui se aproxima do conceito de dádiva desenvolvido por Marcel Mauss: uma troca com expectativa de retribuição; tem um valor social e reúne várias dimensões da sociedade, tais como religiosos, políticos, econômicos, etc.. (Mauss, 1974).

Para Laville (2004) a crise do emprego não pode ser atacada isoladamente, mas deve ser analisada juntamente com a crise da socialização, o que o leva a privilegiar três preocupações: a de assegurar a busca de uma repartição de emprego mais igual; a de explorar todas as oportunidades de criação de emprego socialmente aceitáveis e a de favorecer outras formas de trabalho além do emprego, contribuindo com a socialização e o reconhecimento social. A imbricação destas três orientações torna concreta a pluriatividade que constitui uma alternativa à precarização dos empregos.

Assim considerando, a economia solidária para Laville teria uma natureza híbrida, uma vez que não atua somente sob o princípio da reciprocidade, pois ela requer recursos monetários, o que lhe confere a possibilidade de criar vínculos entre o econômico e o social, com o objetivo de reforçar a organização da sociedade civil e criar novos espaços públicos.

A democracia da economia é entendida pelo autor como a manifestação de uma nova regulação que considera os aspectos redistributivos e de reciprocidade, promovendo um fortalecimento da sociedade civil e reforçando a interação da mesma com o Estado. Não se trata de escolher a sociedade civil em detrimento do Estado, mas de promover uma democratização recíproca de ambas as esferas.

Assim, para o referido autor, a economia solidária, entendida a partir desta estruturação, depende somente da evolução das formas de regulação pública para concretizar a transformação social por meio do desenvolvimento local.

José Luís Coraggio também contribui muito para as reflexões acerca da economia solidária. Entretanto, ele convencionou designar estas práticas como economia do trabalho, uma economia social que vai além dos interesses individuais e que busca, prioritariamente, a criação de bens coletivos.

Para Coraggio (2000) existe um amplo conjunto de atividades inserido nesse tipo de economia, entre as quais se destacam as cooperativas, o trabalho por conta própria e as atividades de produção de bens e serviços que são consumidos pelas unidades domésticas sem passar pelo mercado, tais como: o trabalho de limpeza, de cozinha, de cuidado, na horta, na construção de móveis etc.

Para o referido autor a insuficiência da economia capitalista em inserir a população trabalhadora em seus empreendimentos, estaria levando a massa de trabalhadores excluída a buscar formas de subsistência na economia doméstica, cuja lógica é a reprodução ampliada da vida, entendida por ele como a possibilidade

de melhorar a qualidade de vida das pessoas a partir do desenvolvimento das capacidades e das oportunidades sociais. Ademais, a economia do trabalho encerra um conjunto de atividades que não só produzem mercadorias, mas que produzem novos comportamentos sociais.

Coraggio (op. cit) acredita na possibilidade de uma economia alternativa que se desenvolva a partir dos setores populares e que fortaleça os vínculos e as capacidades daqueles que estão envolvidos em sua produção. Esta economia, a partir do ponto de vista do autor, não tem a pretensão de substituir a economia centrada no capital, mas deve ser capaz de concorrer com ela.

O autor supracitado considera que seja possível o desenvolvimento desta forma econômica, mas enfatiza que ela não se constituirá naturalmente, já que requer a investigação de caminhos para seu desenvolvimento, redes que se articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e redes populares.

Para Coraggio (op. cit) a transformação social não é resultado natural do desenvolvimento desta economia como, por exemplo, acredita Laville. Trata-se apenas de uma possibilidade que pode não ocorrer necessariamente. A transformação depende de uma eficaz ação sociopolítica no sentido de transformar a economia dos setores populares num sistema de economia do trabalho.

A partir destas considerações, a economia solidária pode ser compreendida como um conjunto de iniciativas e práticas sócio-econômicas diversas (FRANÇA FILHO, 2001). De forma mais precisa, trata-se de um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção e comercialização organizadas em torno de oito princípios fundamentais, a saber, a autogestão, a democracia, a participação, o igualitarismo, a cooperação, a auto-sustentação, o desenvolvimento humano e o compromisso social (GAIGER, 2007). Esta estruturação permite um desenvolvimento não só com resultados econômicos satisfatórios, mas potencializa a ocorrência de transformações políticas, culturais e identitárias, que são compartilhadas pelos participantes dos grupos solidários.

1.2.1 O contexto histórico

Tratar da identidade dos trabalhadores que fazem parte do que atualmente vem sendo chamado de economia solidária é o propósito aqui. No entanto, antes de considerar esse aspecto, convém situar o leitor no contexto de surgimento desses

grupos. Tal medida tem o intuito de considerar as recomendações de Bourdieu (2003) no que tange à relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa. Segundo o autor, é importante demonstrar a história da emergência social do objeto de estudo, da sua constituição progressiva, para que seja possível conhecê-lo e reconhecê-lo como um problema de pesquisa legítimo e amenizar as dificuldades no percurso da pesquisa e na produção teórica.

O movimento cooperativista, uma das primeiras expressões da economia solidária, teve sua gênese logo depois da revolução industrial. Significou uma resposta aos inúmeros problemas ocasionados pela difusão das máquinas que ocorreu no período. Nesse processo, inúmeros trabalhadores foram destituídos de seus postos de trabalho por não terem a qualificação necessária para suprir as novas necessidades do processo produtivo. Os que conseguiram manter seus trabalhos ficaram em situações de extrema precariedade.

Com a implantação do capitalismo industrial verificou-se um espantoso processo de empobrecimento dos artesãos e uma exploração contínua nas fábricas, devido à ausência de limites legais. Tal situação ameaçava o bem-estar do proletariado, fomentava a exploração do trabalho infantil e, ainda, prolongava de forma exorbitante a jornada de trabalho. Diante disso, percebia-se o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade que comprometiam, de forma cada vez mais contínua, a produtividade.

A partir disso, surgiram movimentos que constituíam uma resposta a toda essa situação de exploração, desemprego e precariedade que tomava conta da vida e do trabalho dos proletariados. O cooperativismo é um desses movimentos e teve repercussões enormes em várias partes do mundo.

Um exemplo histórico importante foi o de Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil, localizado em Rochdale, na Inglaterra, que começou a propor leis de proteção aos trabalhadores. Em vez de explorá-los, ele decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir emprego de crianças, para as quais construiu escolas. Esse tipo de tratamento dado aos trabalhadores fez com que sua empresa obtivesse maior produtividade e, por conseqüência, maior lucratividade. Esse empresário tornou-se figura bastante admirada e todos queriam decifrar o segredo de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro. Em um primeiro momento, o projeto de Rochdale era a criar uma cooperativa de consumo e o excedente seria comercializado. Entretanto, a iniciativa

perdeu força e acabou sucumbindo, mas ainda assim as idéias de Owen foram rapidamente divulgadas e logo seus discípulos começaram a por em prática seus ideais, criando sociedades cooperativas em todas as partes.

A origem histórica da economia solidária pode ser chamada, em sua fase inicial, de história do cooperativismo revolucionário. A cooperativa de Owen e as cooperativas formadas no fim de 1820 foram as inspiradoras iniciais desse cooperativismo, pois surgiram de greves ou foram criadas diretamente por grupos locais compostos por indivíduos que tinham salários rebaixados ou não conseguiam emprego, ou seja, emergiram da luta de classes e, muitas vezes, foram criadas para enfrentar e eliminar a empresa capitalista do mercado (SINGER, 2002).

No final do século XX, a história ganha contornos diferenciados. Na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos, os sindicatos ganharam força e se tornaram poderosas organizações, cujo objetivo passou a ser a defesa dos direitos dos trabalhadores, dos quais o mais fundamental era conservar o emprego. Essa mudança foi responsável pelo desinteresse pela economia solidária na época.

O quadro mudou a partir da segunda metade dos anos de 1970, com o retorno do desemprego em massa, pela desindustrialização de países centrais e subdesenvolvidos, com a debilitação dos sindicatos, surgimento da flexibilização, competição e instabilidade. A partir desse contexto a economia solidária ressurgiu na grande maioria dos países. Segundo Singer (2002) ela foi reinventada e seu ressurgimento fundamenta-se na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, cuja estrutura e lógica se querem opostas à do modo de produção hegemônico. Em vários locais ela reaparece como uma alternativa para comunidades que estão em situação de extrema precariedade e sem as condições básicas de sobrevivência.

Acrescente-se ainda que a reinvenção da economia solidária já não se deve apenas aos próprios desempregados e/ou marginalizados, mas também de inúmeras entidades ligadas à igreja, principalmente a Católica, aos sindicatos, aos movimentos sociais e universidades. São entidades que difundem os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários.

1.2.2 Emergência no Brasil

A economia solidária emergiu no Brasil no começo do século XX, trazida pelos emigrantes europeus, embora sejam constatadas experiências mais antigas, cuja formação remete a outros interesses e necessidades. Constituiu-se principalmente na forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo.

A crise social das décadas de 1980 e 1990 acelerou a emergência da economia solidária no país. Nesse período, milhões de postos de trabalhos foram perdidos, ocasionando desemprego em massa e acelerando o processo de exclusão social. Desse modo, a emergência da economia solidária no Brasil pode ser entendida a partir de um contexto de estratégia de sobrevivência popular.

Os grupos solidários que surgiam assumiram em geral a forma de cooperativas ou associações produtivas, num conjunto de diferentes experiências que emergiram considerando as especificidades econômicas, sociais, políticas e culturais de cada lugar, mas sempre com a intenção de serem autogestionárias.

Embora esses grupos tenham surgido no Brasil quase que de forma concomitante, eles assumiram diferentes modalidades e inúmeras entidades de apoio foram surgindo atuam e passaram a atuar como organizações de apoio e fomento ao desenvolvimento dessas iniciativas, bem como a organização da própria sociedade civil na tentativa de criar alternativas de trabalho e renda.

1.2.2.1 A diversidade de Experiências

O universo da economia solidária no Brasil não pode ser entendido a partir de uma perspectiva homogeneizadora, pois ela se configura a partir de diferentes iniciativas de grupos sociais de base popular que se organizam e elaboram atividades econômicas para enfrentar suas problemáticas locais. Assim sendo, é sob a perspectiva da diversidade que se deve considerar a economia solidária brasileira. Diversidade esta, que não está relacionada apenas à organização, mas também no que diz respeito a seu nível de estruturação e institucionalização, visto as diferenças regionais, políticas, culturais e sociais que caracterizam a realidade nacional. Assim, convém apresentar os diferentes tipos de experiências que caracterizam a economia solidária brasileira.

Em primeiro lugar, destacam-se as experiências de finanças solidárias que são geralmente conhecidas como bancos populares. Na maior parte dos casos, estas iniciativas se configuram como cooperativas de crédito que objetivam contribuir com os pequenos empreendimentos coletivos populares, a partir de apoios institucionais do poder público, da sociedade civil e, em alguns casos, da ação de algumas ONGs.

Outro exemplo ilustrativo são os clubes de troca que principiam na organização de pequenos produtores que constroem um mercado protegido e criam uma moeda própria que viabilizam a troca entre seus participantes. Cabe ressaltar que nem todos os clubes de troca fazem uso da moeda fictícia, as trocas podem ocorrer também entre diferentes produtos. O objetivo fundamental do clube de trocas não é só o utilitarista, mas também o de promover e fortalecer os vínculos sociais entre as pessoas que se inscrevem nestas experiências.

As fábricas recuperadas também se constituem como outra possibilidade de estruturação da economia solidária. Elas decorrem do fechamento de empresas que faliram ou foram abandonadas pelos antigos donos. Em resposta a essa realidade, trabalhadores se organizavam nas empresas falidas, com o objetivo de fazê-las funcionar novamente como cooperativas autogestionárias. Essa foi uma alternativa que os trabalhadores encontraram para preservarem seus empregos; tornaram-se seus próprios patrões (HOLZMANN, 2001). Após casos isolados na década de 1980, o movimento ganhou fôlego a partir de 1991 com a criação da ANTEAG, à qual são filiadas centenas de cooperativas criadas a partir de fábricas recuperadas.

As cooperativas de produção, serviços e consumo são também parte deste universo e, indubitavelmente, se configuram como uma das formas mais expressivas da economia solidária no Brasil. Estas cooperativas se diferenciam pela diversidade de atividade que desempenham, bem como pelos seus diferentes níveis de estruturação. Algumas cooperativas têm capital abundante e, por conseguinte, empregam melhor tecnologia e mostram-se altamente competitivas no mercado, enquanto outras são desprovidas de capital, tendo somente a própria força de trabalho de seus membros associados (SINGER, 2002).

Além desses exemplos, outras experiências são difundidas tais como as associações e grupos informais que atuam na área de prestação de serviços, na produção, na reciclagem, dentre outras atividades. De acordo, com os dados do

primeiro mapeamento nacional de economia solidária, existe uma preponderância dos tipos associações e grupos informais, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1- Formas de Organização das Experiências: Total Nacional

TIPOS	TOTAL
Grupo informal	7.978
Associação	11.326
Cooperativa	2.115
Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada	54
Sociedade mercantil em nome coletivo	56
Sociedade mercantil de capital e indústria	192
Outra	138
TOTAL	21.859

Fonte: Segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES (2005/2007)

Elaboração Própria.

Tal distribuição pode ser explicada pela burocracia⁸ que tais grupos enfrentam para se formalizarem enquanto cooperativas, o que dificulta a concessão de crédito para o desenvolvimento do empreendimento.

1.2.2.2 Organizações de Apoio

A economia solidária no Brasil vem recebendo apoio de uma série de entidades, que ajudam na sua emergência e desenvolvimento.

Entre estas, destacam-se as ações promovidas pela Cáritas⁹, entidade ligada à CNBB. Nos anos de 1980 financiou milhares de projetos denominados PACS, que tinham por finalidade gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias em situação de pobreza dos centros urbanos e da zona rural das diferentes regiões do país. Grande parte desses projetos acabaram se constituindo como grupos de economia solidária, alguns dependentes da ajuda da igreja e outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de seus produtos no mercado local. Há PACS em assentamentos de reforma agrária liderados pelo MST, convergindo com o cooperativismo agrícola.

⁸ Ver normas para a criação de cooperativa em documentos disponíveis no sítio da OCB : <http://www.ocb.org.br>

⁹ A Cáritas tem por objetivo dar sustentação à ação social da igreja e está organicamente ligada à CNBB. Comporta um secretariado nacional em Brasília, que coordena uma rede de Cáritas Diocesanas e Regionais.

O MST também vem promovendo práticas importantes no âmbito da economia solidária. O movimento, após promover o assentamento de várias famílias em terras desapropriadas, decidiu criar cooperativas de produção Agropecuárias, a partir da criação dos SCA em meados dos anos de 1980.

Outro componente importante de incentivo à economia solidária no Brasil são as incubadoras criadas pelas universidades, as ITCPS que se organizaram em meados dos anos de 1990 a partir da iniciativa pioneira da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essas incubadoras são multidisciplinares, integradas por professores e alunos de graduação e pós-graduação das mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que aspiram trabalhar e produzir em grupo, oferecendo-lhes formação em cooperativismo, economia solidária e apoio técnico, logístico, jurídico e político para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (EID; GALLO, 2001).

Essas Incubadoras constituíram uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional da economia solidária. A rede de incubadoras filiou-se à Fundação Unitrabalho, que reúne inúmeras universidades e presta serviços ao movimento dos trabalhadores e desenvolve um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Acrescente-se ainda, que a universidade, quando responsável pela proposição de um projeto de intervenção econômica, social e de geração de trabalho e renda materializa de forma plena um de seus preceitos fundamentais, o da extensão universitária (GUIMARÃES, 2003).

O primeiro Fórum Social Mundial, realizado no Brasil em 2001, deu um grande incentivo para divulgação e consolidação dos grupos de economia solidária, pois foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento em todo país e está se transformando também em rede eletrônica de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações produtivas.

Importa também destacar o papel da maior central sindical brasileira, a CUT, que criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Dieese, a ADS que vem difundido os preceitos da economia solidária entre as lideranças sindicais e militantes das entidades que se propõem a colaborar com as práticas de economia solidária, por meio de vários cursos pós-graduados em várias universidades.

Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de Estado têm interagido com entidades de apoio à economia solidária a fim de compor uma rede, com objetivo de capacitar os beneficiados de renda mínima e de outros programas similares para atuarem em grupo e formarem associações de trabalho com capacidade de ação e possibilidade de transformarem tanto a própria vida, como a da comunidade da qual fazem parte.

Vale destacar que em âmbito nacional, o governo Federal criou em 2003, no campo do MTE, a SENAES. Sua finalidade é atuar em todo território nacional viabilizando o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

A Secretaria conta com dois departamentos, um de estudos e divulgação e outro que organiza as ações de fomento aos empreendimentos. Conta ainda com as Delegacias regionais do trabalho que passaram a representar e difundir a economia solidária. Com esta estruturação a SENAES tem as seguintes atribuições¹⁰:

1 - subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego;

2 - articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária;

3- planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária;

4 - colaborar com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e à pobreza;

5 - estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular;

6- estimular as relações sociais de produção e consumo baseadas na cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente;

7 - contribuir com as políticas de microfinanças, estimulando o cooperativismo de crédito, e outras formas de organização deste setor;

8 - propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária;

9 - apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários;

¹⁰ Informações por meio de consultas a documentos da referida secretaria, disponíveis no sítio: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secrateria_nacional_atribuicoes.asp

10- promover estudos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento e divulgação da economia solidária;

11 - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais;

12 - supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo;

13 - supervisionar, orientar e coordenar os serviços de secretaria do Conselho Nacional de Economia Solidária;

14 - apoiar tecnicamente os órgãos colegiados do Ministério do Trabalho e Emprego, em sua área de competência; e

15 - articular-se com os demais órgãos envolvidos nas atividades de sua área de competência.

Ademais, a SENAES criou um conjunto de critérios para definir as iniciativas solidárias, quais sejam: devem ser iniciativas coletivas suprafamiliares; os trabalhadores é que devem se responsabilizar pela gestão do empreendimento; devem ser iniciativas permanentes, ou seja, não podem ser definidas como práticas temporárias; devem ou não dispor de registro legal; e, por fim, precisam realizar uma atividade econômica: serviços, comercialização, créditos.

As ações da SENAES são dirigidas para trabalhadores em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, informais, pequenos produtores, redes de economia solidária, empreendimentos de economia solidária, agências de fomento, fóruns municipais e regionais de desenvolvimento, beneficiários de programas governamentais de inclusão social.

Atualmente, as iniciativas solidárias são encontradas em grande quantidade. O mapeamento realizado pela SENAES estima a existência de aproximadamente 20.000 empreendimentos em todo território nacional. Isso significa que, direta ou indiretamente, existem muitas pessoas envolvidas com esses projetos. Os grupos de economia solidária são ainda incipientes, porém é possível observar, conforme a tabela 2, a quantidade de iniciativas solidárias que surgem nas diferentes regiões do país.

Tabela 2- Situação dos Empreendimentos: Relatório Nacional

Estados/ Regiões	Número de Empreendimentos Econômicos Solidários	Empreendimentos Econômicos Solidários (%)
RO	293	1,3
AC	543	2,5
AM	461	2,1
RR	126	,6
PA	574	2,6
AP	157	,7
TO	502	2,3
NORTE	2.656	12,1
MA	793	3,6
PI	1472	6,7
CE	1854	8,5
RN	817	3,7
PB	670	3,1
PE	1526	7,0
AL	284	1,3
SE	471	2,2
BA	1611	7,4
NORDESTE	9.498	43,5
MG	1236	5,7
ES	520	2,4
RJ	1343	6,1
SP	813	3,7
SUDESTE	3.912	17,9
PR	808	3,7
SC	690	3,2
RS	2085	9,5
SUL	3.583	16,4
MS	340	1,6
MT	747	3,4
GO	737	3,4
DF	386	1,8
CENTRO-OESTE	2.210	10,2
TOTAL NACIONAL	21.859	100,0

Fonte: Segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.(2005/2007)

Elaboração Própria

1.2.3 Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária

A eclosão das iniciativas em economia solidária e sua organização enquanto movimento social engendraram um movimento dentro das instâncias públicas, sobretudo na esfera do governo federal, que culminou na criação de Políticas Públicas em economia solidária.

A economia popular e solidária no Brasil ficou por muito tempo invisível para o Estado e suas políticas, visto que tais práticas começaram a ganhar fôlego em 1990

e somente em meados de 2003 é que iniciativas concretas de incentivo e fomento começaram a ser realizadas. Tal situação pode ser entendida a partir da constatação de que o Estado Brasileiro sempre esteve organizado para promover o desenvolvimento do assalariamento clássico. Assim, todos os seus instrumentos para diagnosticar, planejar, executar e avaliar políticas não visualizam outras estratégias econômicas que não estejam de acordo com o modelo hegemônico.

Durante muito tempo a economia solidária, concebida sob outras bases, foi desenvolvida apenas com estratégias próprias ou com apoio de políticas públicas residuais ou inadequadas, o que lhes conferia poucas oportunidades de romperem com os círculos de reprodução da pobreza ou da precária sobrevivência.

Nos últimos tempos observou-se uma nova postura do Estado frente à economia solidária, no sentido de incentivar políticas públicas que dispusessem de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e fomento deste setor, dada a diversidade de sujeitos e de suas demandas. Como marcos deste processo, podemos destacar a emergência destas políticas no âmbito do governo Lula, bem como a criação da SENAES, já referenciada anteriormente.

Antes de dar continuidade às reflexões da economia solidária enquanto política pública convém delinear como estas são definidas e categorizadas. A construção de qualquer política pública, esteja ela inserida no âmbito federal, estadual ou municipal, necessita de definições e de marcos regulatórios que devem estar subordinados à leis constitucionais, federais, estaduais e municipais. É importante ter clareza deste aspecto para melhor compreender que as Políticas Públicas em Economia Solidária, embora se trate de uma novidade, devido ao diferente conjunto de princípios que regem seu funcionamento, devem estar de acordo com estes marcos regulatórios.

Pochamann (2004b) categoriza as políticas públicas em três tipos: redistributiva, emancipatória e desenvolvimentista. As práticas de políticas redistributivas são aquelas que objetivam transferir renda a partir de programas de renda mínima para indivíduos que estão excluídos do mercado de trabalho. As políticas emancipatórias são caracterizadas pela criação de oportunidades de criação de trabalho e renda a partir das iniciativas dos gestores públicos. Por fim, as políticas desenvolvimentistas são aquelas que emergem a partir da criação de novos arranjos produtivos, assim como criação de novos postos de trabalho (POCHMANN, 2004).

Assim como Pochmann (op. cit), Santos (1987) sugere três tipos específicos de política pública: a preventiva, a compensatória e a social. A primeira objetiva diminuir ao máximo as desigualdades sociais a partir da criação de trabalho, incentivos à saúde, educação etc. A segunda, tem o papel de diminuir os desajustes ocasionados pela acumulação e foca sua ação em grupos que estão em situação de vulnerabilidade social, e por fim, a terceira, tem caráter universalista e objetiva, fundamentalmente, ampliar o acesso aos benefícios sociais

Considerando este referencial, é possível considerar que as políticas públicas de economia solidária se inserem, em tese, no tipo de política desenvolvimentista, proposto por Pochmann (op. cit), uma vez que ela possibilita o incentivo de novas adaptações produtivas, como é o caso da economia solidária. Pode ser relacionada também com o tipo de política preventiva, pelos mesmos motivos apontados acima.

Assim, a proposta de uma política pública em economia solidária merece ser olhada com atenção. Primeiro porque é preciso destacar que é a primeira vez que o governo assume, explicitamente, outra via de geração de trabalho que não o emprego assalariado. Até então, as iniciativas públicas para a resolução do problema da desocupação, estavam circunscritas à criação de emprego, na qualificação profissional e no benefício social do seguro-desemprego.

A partir disso, se percebe que a esfera pública expande a sua compreensão de trabalho, inserindo o trabalho associado, entendido a partir das peculiaridades da economia solidária. Nesse sentido, verifica-se um movimento no Ministério de Trabalho e Emprego que assume como uma de suas funções a criação e fomento de empreendimentos solidários, quando uma de suas principais funções era a de promover a cidadania possibilitada pelo trabalho assalariado (SINGER, 2004).

O marco inicial de políticas públicas em economia solidária foi a criação do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” que considerou as demandas do movimento da economia solidária, a partir das quais, determinou seus principais objetivos¹¹:

- difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, por meio de ações de fomento, assistência técnica e promoção de tecnologias adequadas ao desenvolvimento da economia solidária;
- apoiar materialmente as entidades e agências de apoio e fomento à economia solidária;

¹¹ Fragmento retirado do documento público: Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_objetivos.asp

- elaborar e propor medidas para a articulação de ações de incentivo às finanças solidárias, principalmente nas modalidades de bancos comunitários e fundos rotativos, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;
- intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores/as e orientar as ações de fiscalização;
- articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e responsável e contribuindo para a construção de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário;
- estimular e promover a produção de conhecimentos e tecnologias voltados à Economia Solidária, articulando-os às políticas de educação e de pesquisa;
- manter o Sistema de Informações em Economia Solidária, ampliando e atualizando periodicamente suas informações;
- fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais para a formulação de políticas públicas para a economia solidária, em especial o Conselho Nacional de Economia Solidária implantado em 2006.

A partir disso, muitos estudiosos da temática têm voltado sua atenção para estas políticas, na tentativa de constatar, avaliar e verificar quais os impactos das mesmas nos grupos que se inscrevem na proposta da economia solidária (CRUZ, 2001; EID, 2004; ARAÚJO, SILVA, 2005). Os trabalhos apontam a necessidade de as políticas atenderem as demandas dos grupos considerando suas especificidades locais, bem como chamam a atenção para a necessidade de se investir na qualificação profissional dos trabalhadores e na concessão de crédito para investimento em equipamentos e na estrutura física dos empreendimentos.

A economia solidária não pode ser compreendida como um evento isolado descolado da estrutura social, pois está inserida em processos sociais, políticos, econômicos e institucionais. Desse modo, demanda ações de participação, deliberação, formulação e implementação política. A criação de políticas públicas em economia solidária expressa uma tentativa de ser uma resposta a estas demandas, embora esteja sendo articulada em intensidades diferenciadas considerando as várias regiões do país.

1.2.4 Limites e Possibilidades da Economia Solidária

Vários estudiosos lançam um olhar extremamente positivo sobre as iniciativas de economia solidária; no entanto, há outros que conseguem vislumbrar problemas e incoerências desses grupos e sua inviabilidade em se tornarem um caminho de geração de renda, inclusão social e reconhecimento dos seus membros. É importante considerar esses diferentes pontos de vista a fim de garantir o caráter crítico do trabalho em questão.

O ponto comum entre os críticos da economia solidária é a constatação de que essas experiências, baseadas em princípios que se diferenciam dos hegemônicos, são incapazes de significar uma experiência social relevante. Seja por sua dependência do mercado capitalista, ou pelas dificuldades que enfrentam para se estruturar devido às restrições tecnológicas e de capital. Tais fatos fazem com que essas iniciativas funcionem com extrema precariedade e transformem os trabalhadores que delas participam em exploradores de si mesmos. Estas considerações são importantes no sentido de que procuram afastar as visões mistificadoras e triunfalistas, segundo as quais as iniciativas de economia solidária seriam sempre positivas e libertadoras (SCHUTZ, 2008).

Segundo Lima (2006), as associações solidárias são uma alternativa ao assalariamento formal. Enquanto Singer (2002) considera os empreendimentos solidários como uma possibilidade de rompimento com a exploração imposta pelo modo de produção capitalista, Lima (2006) afirma que esses empreendimentos podem atuar a favor desse modo de produção. Segundo esse autor, os grupos de economia solidária são um tipo de variação do mercado informal de trabalho.

O termo informalidade, ressalta Lima (op. cit.), foi por muito tempo vinculado a formas precárias de trabalho, ao subdesenvolvimento econômico e ao atraso social. O trabalho informal foi, nas extremidades das cadeias produtivas, funcional ao sistema capitalista, pois garantia mão-de-obra barata aos indivíduos engajados em atividades de subsistência. Com o desenvolvimento do desemprego a informalidade passa a ser produto de novos tempos flexíveis.

Desse modo, Lima considera os empreendimentos solidários como mais uma forma de variação na estrutura moderna do trabalho. Segundo ele, essas associações resultam de fábricas recuperadas ou organizadas para terceirização, ou ainda, como políticas de geração de renda. No contexto atual esses

empreendimentos fundamentam-se em uma contradição: de um lado, originam emprego e autonomia aos trabalhadores e, de outro, são funcionais ao sistema capitalista de produção.

Esses paradoxos acentuam o caráter da flexibilização e da precarização do trabalho. Tais grupos, segundo o autor, constituem organizações de trabalho flexíveis por atenderem empresas quando estas precisam; enquanto autônomas, correm o risco de abandonarem seus princípios autogestionários devido ao êxito no mercado. Caracterizam a precarização porque a maioria das cooperativas são organizadas para atenderem as necessidades da terceirização, ou seja, para a redução de custos empresariais e, na maioria das vezes isso significa, para os trabalhadores, a perda dos direitos trabalhistas. Nesse sentido, tornam-se, muitas vezes, falsas cooperativas. O termo refere-se à má utilização da legislação cooperativista com o objetivo principal de facilitar os mecanismos de terceirização e diminuição de custo da mão-de-obra para aquisição de maiores lucros. Essas falsas cooperativas estão longe de serem uma iniciativa dos próprios trabalhadores e não são comprometidas com os princípios da cooperação.

O posicionamento do autor citado é extremamente crítico, pois em sua visão esses empreendimentos podem significar tanto autonomia, quanto precarização. Autonomia, quando o trabalhador autogestionário propicia as condições necessárias de vida, trabalho e direitos. Todavia, seus aspectos positivos são limitados devido a seu caráter informal.

Segundo Castel (1998) as iniciativas de economia solidária não são inovadoras e não são capazes de se sustentar por muito tempo. Para o autor os experimentos deste tipo de atividade são pouco visíveis socialmente, pois não conseguem ultrapassar sequer o estágio experimental. Contudo, ele acredita e constata a expansão cada vez maior dessas atividades e diz que elas têm alguma utilidade nesta conjuntura calamitosa, mas enfatiza o fato de que elas não podem ser pensadas como políticas de emprego.

Ademais, Castel critica fortemente o posicionamento daqueles que partilham a opinião de que os grupos de economia solidária são uma solução para a atual crise do trabalho. Este ponto de vista repousa principalmente no fato de que

algumas dessas iniciativas têm uma postura que desconsidera o mercado, cuja força é uma das maiores que existe¹².

Quijano (2002) discorre sobre as dificuldades que essas experiências enfrentam questionando sua viabilidade em ser consideradas ou não sistemas alternativos de produção. O autor afirma que os empreendimentos só conseguem sobreviver por meio de redes de relações comerciais e financeiras no mercado capitalista, o que questiona seu potencial anticapitalista. Além disso, afirma que o tempo de permanência dos trabalhadores no empreendimento é muito pequeno e que a organização do trabalho não é muito diferente da empresa capitalista.

O autor assinala ainda que estas iniciativas emergem a partir do apoio de instituições assistencialistas, subsistem por um tempo, e até ajudam a estreitar os laços sociais entre seus membros por meio da ética da solidariedade, mas quando a ajuda financeira é interrompida logo se desintegram, e as que sobrevivem transformam em pequenas empresas nos moldes capitalistas.

Contudo, Quijano (op. cit) não deixa de ressaltar a importância dessas iniciativas como propulsoras de novas formas de sociabilidade, melhorando as condições de vida, no sentido de gerar trabalho e renda de seus protagonistas diretos, geralmente aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, dando a eles novas perspectivas e sentidos para suas existências.

Convém destacar que, ao mesmo tempo em que se afirma a importância em promover uma economia solidária e comprometida com a coletividade, o autor a considera mais como uma declaração de um desejo do que afirmação de uma política.

Não obstante, outros trabalhos e pesquisas apontam os pontos positivos das referidas experiências e como elas têm modificado a realidade do trabalho e da vida dos cooperados, pois ela está diretamente ligada ao tecido social local e suas práticas de solidariedade e reciprocidade reelaboram as atividades econômicas. Tais experiências são diferentes de outras lógicas de produção, que também estão à margem do assalariamento, e que, na grande maioria dos casos, assumem a forma de pequenos projetos econômicos individuais desarticulados da base social local. De início, essa diferenciação parece sutil e frágil, mas ao analisar os aspectos

¹² Opinião expressa por Castel em resposta a uma pergunta dirigida a ele na ocasião em que ministrava a Conferência de pré- abertura do XI Encontro Nacional da ABET – A Crise Mundial e os dilemas do trabalho- realizado na Unicamp entre os dias 25-01-2009 e 01-10/2009.

organizacionais e o envolvimento entre os integrantes das diferentes economias será possível identificar diferenças fundamentais (FRANÇA FILHO, 2002).

Nunes (2002) em uma de suas publicações, realiza uma análise relacionando os postos de trabalho informais com os postos gerados por cooperativas ligadas aos princípios da economia solidária. Segundo a referida autora, os postos de trabalhos informais são frágeis por dois motivos, a saber, devido à intensa situação de precarização e por conta das conseqüências no âmbito da identidade dos indivíduos que utilizam esse meio de trabalho. Contudo, a autora deixa claro que, embora os postos informais sejam vistos como um lugar detentor de poucos meios e pouco capital, constituem, ao mesmo tempo, um lugar onde muitos indivíduos podem administrar engenhosamente sua sobrevivência.

Nunes (op. cit) considera viável o surgimento de cooperativas e associações, pois elas propiciam resultados positivos, em razão do vínculo social construído a partir do trabalho e através da constituição identitária que este possibilita. Segundo a autora, a fragilidade do informal poderia ser amenizada se esta forma laboral se constituísse em cooperativas. Segundo as pesquisas da referida autora, quando essa transformação acontece percebe-se uma maneira diferente de agir socialmente que se manifesta em um engajamento social que possibilita a superação das realidades precarizadas.

Pochmman (2004a) diz ser inegável a importância e a viabilidade do desenvolvimento da economia solidária no Brasil. Porém, o autor chama atenção para algumas limitações provocadas pela ausência de um conjunto amplo de políticas de incentivos e promoção da economia solidária. Aponta também algumas medidas que poderiam ser implementadas para viabilizar o desenvolvimento de uma economia solidária voltada para inclusão social com desenvolvimento local.

A primeira medida refere-se à necessidade de uma definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da economia solidária. Com a concretização desta medida, pode-se enfrentar o problema dos falsos empreendimentos que fraudam os direitos dos empregados assalariados e o problema da concorrência desleal.

Outra medida necessária diz respeito à criação de uma linha nacional de financiamentos voltados para a economia solidária, estruturada por agentes de créditos populares adequados às iniciativas de produção não capitalista. Outra intervenção resulta da necessidade da composição de uma rede de produção,

difusão de tecnologia e extensão técnica no âmbito da economia solidária, além da articulação das fontes institucionais de financiamento e de instituições de ensino. Aponta-se também a necessidade de incorporação da economia solidária no interior de políticas de incentivo à exportação. Finalmente, as regras de licitação devem ser modificadas a fim de criar condições de incluírem os grupos de economia solidária nos processos licitatórios.

Considerando essas observações realizadas por Pochmman (op. cit), é possível perceber a importância e a necessidade do engajamento governamental no sentido de fomentar a criação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária, tais como: microcrédito e capacitação ocupacional, políticas de apoio ao desenvolvimento local através dos programas de incubação de iniciativas populares solidárias, dentre outras.

A respeito disso, os trabalhos empíricos de França Filho e Santana Júnior¹³ (2007) demonstram a ineficiência de políticas públicas preocupadas com o desenvolvimento (econômico) local. Ao discutir o desenvolvimento local, os autores sentem a necessidade de investigar os critérios relevantes para definir a sustentabilidade do desenvolvimento local. O principal é deixar claro é que a sustentabilidade não pode ser avaliada somente por seus aspectos econômicos, ou seja, considerar somente os aspectos financeiros dos empreendimentos. Nesse sentido, os autores propõem a necessidade de se redefinir a idéia de sustentabilidade. Neste intuito, o primeiro critério fundamental diz respeito à capacidade da experiência em economia solidária em promover uma articulação entre diferentes aspectos da vida em um determinado território, entre as quais destaca-se as dimensões do: econômico, social, político, cultural e ambiental.

Assim, é importante reconhecer a importância do econômico, porém sem admitir sua absoluta centralidade no processo de desenvolvimento. A sustentabilidade das experiências passa necessariamente pela afirmação das demais dimensões da vida, tais como identidade, significados criados e recriados no cotidiano das pessoas, formação cultural e política, dentre outras. Os autores sustentam a tese de que o grau de desenvolvimento e a sustentabilidade de um território dependem do equilíbrio entre as esferas citadas. Os grupos solidários

¹³ Pesquisa realizada em três grupos de economia solidária no Estado da Bahia, a saber, a Rede Pintadas, a Associação de Pequenos Produtores da Bahia – APAEB/Valente e o Projeto de Policultura do Semi-árido (Umburanas, Ourolândia e Cafarnaum).

pesquisados por eles atendem essa demanda, pois seus resultados não se restringem somente a aspectos econômicos, mas, se seus princípios forem devidamente aplicados, garantem uma ação social onde se entrelaçam o econômico, o cultural, o político e o social (FRANÇA FILHO; SANTANA JÚNIOR, 2007).

No que diz respeito à dimensão econômica, percebe-se a relevância do impacto no que diz respeito à distribuição de renda no território, considerando o número de postos de trabalhos criados e o valor dos rendimentos proporcionados. Na dimensão social, os autores detectaram o nível de coesão social existente no âmbito das relações entre as pessoas envolvidas com a experiência que reflete no tipo de sociabilidade, no grau de confiança e na natureza do vínculo entre os componentes do grupo. No que diz respeito à dimensão cultural foi possível perceber a existência do sentimento de pertencimento das pessoas em relação a seu território, aos costumes e valores. Na dimensão política observaram-se três aspectos diferentes: o grau de democratização das relações e o nível de participação na gestão das iniciativas; a capacidade da experiência em fomentar um modo de ação pública no território envolvendo a sociedade civil e os poderes públicos, preservando sua autonomia.

Destarte, considerando as experiências analisadas pelos autores, é possível afirmar que a economia solidária pode ser um caminho viável de desenvolvimento local e de sustentabilidade de maneira ampliada e plural, ou seja, essas experiências não ativam somente o econômico, mas também outras esferas que são fundamentais para o alcance da inclusão com reconhecimento social. Acrescente-se ainda que essas experiências podem contribuir com a geração de novos modos de regulação da sociedade, pois elas são capazes de gerar formas inéditas de ação pública (FRANÇA FILHO, 2002).

A insistência na viabilidade dessas alternativas parte do pressuposto de que a realidade não se reduz ao que existe, mas é um campo de possibilidades de iniciativas que são marginalizadas e que ainda não foram tentadas (SANTOS, 2005).

Os grupos de economia solidária, assim como a informalidade, são produtos da reconfiguração das formas de trabalho de organização e gestão do trabalho. São grupos ainda incipientes, embora estejam emergindo de forma cada vez mais rápida em várias partes do Brasil, são alvos de muitas e necessárias críticas, contudo seus

resultados positivos já podem ser notados, sobretudo nos segmentos mais pobres da sociedade (OLIVEIRA, 2008).

1.2.5 Um possível caminho para a emancipação social

No Brasil, o problema da desigualdade é oriundo da nossa constituição histórica, que teve por base uma estrutura escravocrata que persistiu mesmo após a tão esperada abolição, e, deixou à margem uma grande quantidade de indivíduos.

Desde os primórdios da colonização é possível verificar uma relação densa entre trabalho e desigualdade. Primeiramente, é importante analisar a constituição do trabalho escravo, que é a base a partir da qual se originou entre nós toda a situação de desigualdade e exclusão. Os escravos eram destituídos de qualquer direito, executavam trabalhos espúrios, indignos, sofriam as mais diversas formas de exclusão, violência e desconheciam qualquer referência à sua dignidade enquanto seres humanos. O trabalho escravo é a forma de labor mais precária que a sociedade brasileira já conheceu, e, ainda hoje, restam resquícios dessa experiência entre nós.

Na virada do século XIX, verifica-se a passagem do Brasil rural para o Brasil urbano, em que se vislumbrava uma nova situação. Existiam não só os escravos, mas também os homens livres, pessoas não proletarizadas que formavam uma ralé que cresceu durante anos como seres totalmente dispensáveis (FRANCO, 1983). Nessa fase, existia uma intensa precarização nas relações de trabalho, uma vez que a maioria desses indivíduos eram analfabetos e não sabiam exercer qualquer outra atividade diferente daquelas que executavam anteriormente.

Nesse período, é possível perceber o quanto a pobreza fazia parte dessa sociedade em mudança, que se queria moderna e civilizada, mas que na verdade ainda carregava de forma muita intensa as marcas do ruralismo (TELLES, 2001). Nessa perspectiva não havia uma preocupação com a questão social em termos de ordem social, mas sim em termos de ordem pública. Quando a intervenção do Estado se fazia presente, a ênfase que se predominava estava cunhada no paternalismo assistencialista da época, que não via a legislação social como um direito do trabalhador, mas sim como uma preocupação moral. Os direitos trabalhistas eram negados, sob argumentos que faziam referência a um recente passado escravagista. Os trabalhadores continuavam sendo vistos como pobres, que careciam de tutela e não de direitos.

A situação começa a ganhar contornos diferenciados na década de 1930, em que o Estado começa a atribuir um estatuto civil definido pelo trabalho. Através do trabalho os indivíduos passam a ter existência civil e se transformam em cidadãos do trabalho, a quem o Estado oferecia a proteção dos direitos sociais que, de certa forma, neutralizavam as marcas da pobreza e da desigualdade. Esse fato representa uma melhoria da situação, mas não é visto como uma medida eficaz, pois existia um grande número de pessoas que não tinham acesso ao trabalho regular.

O trabalho regular ainda é, na sociedade contemporânea, um dos pré-requisitos para se ter acesso aos direitos sociais básicos. Não obstante, é preciso repensar a situação daqueles que não conseguem ter acesso a um trabalho formal, ou os que estão imersos em situações de trabalho marcadas pela precarização. Os que fazem parte desse quadro são os que vivem em situação de extrema pobreza, pois não conseguem reunir nem mesmo o mínimo necessário para a sua sobrevivência e a de seus familiares. Ademais, indivíduos expostos à situação de desemprego, exclusão, precarização e instabilidade ficam prejudicados em sua auto-estima, constroem uma percepção depreciativa de si, ou, utilizando outros termos, constroem uma identidade negativa que, de certa forma, reduz sua capacidade de ação e transformação no campo social.

Diante das limitações do crescimento econômico como instrumento eficaz na redução de pobreza e das desigualdades, ao lado da insuficiência de políticas paliativas, as experiências em economia solidária merecem atenção especial. Em primeiro lugar, afirma Gaiger (2007), elas têm por objetivo fortalecer a capacidade de ação dos empobrecidos. De modo efetivo, afastam-se da lógica dominante ao eliminarem a divisão entre trabalhadores e meios de produção, e entre produção e apropriação dos frutos do trabalho.

Em segundo lugar, atuam como funcionais no processo de diminuição das desigualdades, pois ao se apoiarem na cooperação e ativarem circuitos de solidariedade, tendem a contribuir diretamente para o fortalecimento dos seus membros propiciando a eles maior autonomia e confiança e maiores possibilidades de promoção da igualdade. A união em torno de objetivos comuns, juntamente com o espírito da solidariedade, coragem e vontade de mudar a própria vida, são instrumentos de transformação social e tornam a luta pela dignidade e emancipação social mais eficaz e abrangente.

Os efeitos das experiências solidárias não se restringem a geração de renda e trabalho, mas se estendem a uma multiplicidade de dimensões, quais sejam, propiciam a emergência da ascensão social, instigam as habilidades de grupos em situação de vulnerabilidade social, contribuem para com as práticas democráticas e com a responsabilidade social (GAIGER, 2007; RAZETO, 1999). Hoje, mais do que nunca, são necessárias iniciativas que não disponibilizem somente a renda, mas que possibilitem a oportunidade de reconstrução pessoal, de experiências positivas de reconhecimento e participação.

Considerando os aspectos acima mencionados, Guérin (2005) aponta a importância e a viabilidade das iniciativas solidárias em três aspectos importantes que são, em conjunto, importantes para a diminuição das desigualdades, sobretudo no âmbito das relações de trabalho:

Ora, as iniciativas de economia solidária, que criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchem, de fato, três funções intersticiais importantes que podem favorecer a diminuição desses bloqueios. Em primeiro lugar, elas desempenham um papel de justiça de proximidade; ora, esta é essencial diante do caráter multidimensional da pobreza. Em segundo lugar, elas constituem espaços de discussão, de reflexão e de deliberação coletivas; elas se apresentam nesse aspecto como modo de acesso à fala pública para pessoas que geralmente não o têm. E, por meio da expressão e da reivindicação coletivas, elas podem participar da transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Em terceiro lugar, elas contribuem com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participam da revalorização das práticas recíprocitárias; ora, essa redefinição e essa revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens conciliem melhor vida familiar e vida profissional. (GUÉRIN, Isabelle, 2005, p 17 e 18).

A erradicação da desigualdade e da pobreza não será alcançada somente com a implantação de programas governamentais de transferência de renda. A viabilidade de tais programas depende das possibilidades que os atingidos pelo desemprego, pobreza e desigualdade encontrem para terem uma participação ativa no processo de reconstrução de sua cidadania e dignidade.

Assim, os grupos de economia solidária não podem ser tomados como um caminho que vai erradicar a pobreza e a desigualdade completamente, mas como uma comunidade de trabalho que se referem tanto às relações sociais no interior dos grupos, quanto às relações sociais inclusivas desenvolvidas no contexto da divisão do trabalho. Parte-se do pressuposto de que o que impulsiona a economia solidária é a reprodução e generalização da própria comunidade de trabalho a partir da igualdade social (GAIGER, 2004).

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A IDENTIDADE COMO ELEMENTO DE ANÁLISE

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O projeto de uma economia solidária configura-se como uma ação ainda frágil e incipiente; ao contrário do que pensam alguns teóricos, ela não pretende tomar o lugar do capitalismo de forma radical, mas procura questionar sua hegemonia e propor uma nova maneira de organizar as relações de trabalho.

Uma das características fundamentais das experiências de economia solidária é o aspecto da interação que ocorre entre os componentes do grupo e desses com a comunidade local. A composição de um grupo com essas características não seria possível se não houvesse ações conjuntas voltadas para interesses que são comuns a todos, a saber, melhoria na qualidade de vida de cada um individualmente e da comunidade como um todo, geração de trabalho e renda, interesse e atuação política na comunidade e outros objetivos que dependem da especificidade de cada local.

Além disso, percebe-se uma ação voltada para a obtenção do reconhecimento mútuo e da emancipação. O aspecto da liberdade nas expressões das opiniões e pensamentos é um ponto fundamental e dá visibilidade para o princípio da democratização das decisões. Dentro do grupo todos têm o direito e a total liberdade de expressar suas idéias e só são benquistas decisões que ganham o consenso de todos.

A crença dos integrantes desses grupos em sua eficácia, tanto na vida individual de cada um deles, quanto na vida do grupo como o todo e na da comunidade, é o que possibilita a continuidade de suas manifestações no campo social. As razões coletivas são de fundamental importância.

Torna-se fundamental considerar as experiências em economia solidária como fazendo parte de um conjunto de ações no tecido social, que não têm somente implicações econômicas, mas promovem novas relações sociais, novos sentidos e valores individuais e coletivos, ou seja, é preciso considerar também seus efeitos sobre a subjetividade dos indivíduos participantes.

Destarte, parte-se da hipótese de que os princípios que regem o funcionamento desses grupos, já citados anteriormente, podem propiciar um processo de transformação de identidade, aspecto que será problematizado no presente capítulo que será dividido em duas sessões diferentes, mas complementares.

A primeira sessão tem por objetivo tratar da questão da identidade à luz da perspectiva do interacionismo simbólico que concebe o indivíduo não de maneira isolada, mas como parte de um sistema interativo dinâmico, e para tanto, apresenta as contribuições teóricas de autores direta ou indiretamente relacionados com a vertente interacionista, como Berger e Luckmann, Anselm Strauss, Erving Goffman e Claude Dubar, bem como de outros autores que contribuem para com os estudos sobre identidade; a segunda sessão objetiva abordar as teorias que relacionam a constituição da identidade com os processos de trabalho.

2.2 O FENÔMENO DA IDENTIDADE

O interacionismo simbólico nasceu em 1938 e teve como um de seus principais expoentes Herbert Blumer. Esta corrente de pensamento foi fortemente influenciada pelo pragmatismo, sobretudo no que diz respeito à rejeição da essência especular do conhecimento e a adoção de uma concepção construcionista processual que emerge das interações sociais. Assim, os significados e os sentidos nascem na forma como o indivíduo age socialmente com as outras pessoas e consigo mesmo. Nesta perspectiva, a ação social é imediatamente recíproca, não obedece a regras fixas e é, antes de tudo, uma ação negociada (JOAS, 1999).

Desse modo, esse estudo adotou a perspectiva dessa corrente de pensamento que não percebe o indivíduo com um ser estático, mas em contínuo processo de mudança devido aos inúmeros processos interacionais em que está imerso. Dos conceitos elaborados pelo interacionismo, ganha proeminência na proposta em questão o da construção social do *self* que apregoa que o conhecimento dos indivíduos não pode ocorrer adequadamente sem que o outro seja considerado.

Desse modo, o *self* é dividido em Eu e Mim, conforme distinção elaborada por William James¹⁴: o Eu corresponde ao aspecto puro do *self*, a um sentido de identidade pessoal. Já o Mim corresponde ao aspecto empírico do *self* e pode ser dividido em três partes, quais sejam, o Mim material que inclui o corpo, a família e as coisas que os indivíduos possuem; o Mim espiritual, que consiste no conjunto de disposições e faculdades psíquicas que podem ser verificadas de forma concreta; e

¹⁴ William James é considerado um dos fundadores do pragmatismo, teoria fundamentada segundo os princípios da psicologia behaviorista. Uma de suas principais obras é a intitulada O Princípio de Psicologia, publicada em 1890 e trata das principais idéias de James em torno da compreensão do *self* e de outros aspectos relacionados com o comportamento humano.

finalmente o Mim social que dá importância ao reconhecimento dos nossos semelhantes, ou seja, importa com a imagem que eles fazem de nós (NUNES, 2005).

Assim, a perspectiva social do *self* é fundamental no estudo da identidade, pois a mesma, como já foi dito, não se constitui como essência, ou seja, ela não é inata nos seres humanos. Desse modo, a identidade é um termo de extrema complexidade, pois, nas palavras de Dubar, ela nunca está definitivamente terminada e as experiências vividas pelos indivíduos são fundamentais no processo de sua constituição e transformação.

O indivíduo é um ser em relação, possui uma constituição individual própria, porém é sujeito a influências do meio social do qual faz parte. Assim, podemos citar uma das concepções de identidade¹⁵, proposta por Stuart Hall. De acordo com esse autor, a compreensão da identidade está relacionada ao processo de interação entre o eu e a sociedade:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o interior e o exterior- entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (2001, p.12)

Considerando essa proposição de Hall (2001), não é possível falar em identidade sem associá-la com a estrutura da sociedade. Assim, os processos identitários são constituídos e cristalizados através de processos sociais.

Seguindo na mesma direção, Castells (2001) conceitua identidade como sendo a fonte de significado¹⁶ e experiência de um povo. Ao considerar os atores sociais, esse autor discute identidade como um processo de construção do significado com base num atributo cultural, ou ainda, num conjunto de atributos culturais em relação. O autor concorda com a construção social da identidade, e diz que essa construção se dá num contexto determinado por relações de poder; desse modo, propõe três formas e origens de construção da identidade. A saber, a

¹⁵ Stuart Hall distingue três concepções muito diferentes de identidade. A saber, a concepção de identidade do sujeito do iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. (HALL, 2003. P. 10-12).

¹⁶ O autor define significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por esse ator. (CASTELLS, 2001, p. 3)

identidade legitimadora¹⁷, que é introduzida pelas instituições dominantes do meio social com a intenção de reforçar a sua dominação. A identidade de resistência¹⁸, criada por atores que se encontram em condições de desvalorização e estigmatizados pela lógica da dominação, construindo assim, possibilidades de resistência e sobrevivência baseadas em princípios diferentes ou opostas aos das instituições de poder. E, por fim, a identidade de projeto¹⁹ que se forma quando os atores sociais, utilizando o material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir a sua posição na sociedade e de provocar a transformação de toda a estrutura social.

Desse modo, segundo Castells, do ponto de vista da teoria social nenhuma identidade pode constituir uma essência, pois é formada dentro de um contexto histórico e social. E cada tipo de processo de construção identitária tem um impacto distinto na constituição da sociedade.

Assim, considerando as proposições teóricas de Hall e Castells, é possível dizer que as identidades são oriundas de processos sociais, mas também influenciam na constituição da estrutura social, conservando-a ou modificando-a. Desse modo, é possível dizer que a identidade se posiciona em uma relação dialética com a sociedade, isto é, a identidade é transformada pelo meio social e o meio social é transformado pela identidade.

Se as identidades são definidas historicamente e não biologicamente, torna-se importante considerar os grandes processos de transformação que marcam a sociedade moderna e contemporânea. As subjetividades se encontram em uma situação de crise, dada a pluralidade de situações, o que faz com que o indivíduo perca suas referências dificultando assim o processo de constituição e solidificação das identidades²⁰.

Essas transformações estruturais são incorporadas pelos indivíduos e os predispõe a agir de uma determinada maneira. Aqui é importante utilizar às reflexões propostas por Bourdieu (1994) acerca do *habitus*. Segundo esse autor, *habitus* é uma predisposição para agir dentro de um campo social. Esse *habitus* é construído

¹⁷ Aplica-se a teorias de cunho nacionalista.

¹⁸ Os grupos de economia solidária cabem como exemplo desse tipo de identidade, pois seus princípios se opõem aos do sistema hegemônico.

¹⁹ Aplica-se, por exemplo, a movimentos feministas, movimento negro, etc.

²⁰ Processo que, segundo Hall (2001), produz o sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se móvel e o sujeito assume diferentes identidades em situações diferentes. (HALL, 2001, p. 13).

a partir das estruturas sociais que são interiorizadas pelos indivíduos. O campo constitui um espaço de luta onde os indivíduos empregam seu *habitus*. Os indivíduos interiorizam as estruturas sociais e as exteriorizam nas relações sociais.

A importância do *habitus*, segundo Bourdieu, se deve ao fato de que um conjunto coerente de disposições subjetivas, capazes ao mesmo tempo de estruturar representações e de gerar práticas, pode ser pensado e analisado como produto de uma história, ou seja, de uma sequência heterogênea de condições objetivas, sequência essa que define a trajetória dos indivíduos como movimento único pelos campos sociais, tais como a família de origem, o sistema escolar ou o universo profissional. Desse modo, Bourdieu afirma que existe uma correspondência entre as condições objetivas e as disposições subjetivas.

Considerando tais proposições, é possível afirmar que esse pluralismo faz com que o indivíduo se desenvolva num mundo em que não há valores e realidades idênticas para todos (BERGER; LUCKMANN, 2003; HALL, 2001). Desse modo, o indivíduo social está se tornando fragmentado, composto de várias identidades, muitas vezes contraditórias e indefinidas. Esse processo, segundo Hall (2001) dá origem ao sujeito pós-moderno. Afirmar ainda que:

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente.

À medida que a estrutura social se complexifica e os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, os indivíduos se deparam com uma série de possibilidades e uma pluralidade de prováveis identidades. Na sociedade contemporânea, os indivíduos passam por diferentes processos de socialização nas diferentes esferas de sua vida, a saber, a familiar, profissional, a educacional, a religiosa etc., processos esses fundamentais no processo de constituição das identidades. Compartilham dessa opinião vários autores, tais como Berger e Luckmann (2003), Strauss (1999), Goffman (1985) e Dubar (2005; 2006), cujas reflexões teóricas serão apresentadas a seguir.

2.2.1 Berger e Luckmann: a importância dos processos de socialização

Compreender como se reproduzem e se transformam as identidades significa deixar claro os (vários) processos de socialização através dos quais elas se constroem e reconstroem. A identidade não é uma coisa dada, mas, ao contrário, é construída ao longo da vida. Essa construção não é feita de forma individual, mas se dá no contato e na relação com o outro. A identidade é produto de várias socializações.

A identidade do eu só é possível graças à identidade do outro, numa relação que é construída nos processos de socialização e no reconhecimento recíproco entre os atores sociais. O reconhecimento é o ponto de chegada possível da socialização.

Berger e Luckmann (2003) explicitam a relação entre identidade e socialização, introduzindo uma distinção entre *socialização primária* e *socialização secundária*. Para Berger (2003) a socialização é a imersão dos indivíduos em um universo simbólico e cultural. A socialização primária caracteriza-se pelos saberes adquiridos na escola e na família. Esse saber é a um só tempo pré-reflexivo e predeterminado. A incorporação desse saber básico constitui o processo fundamental da socialização primária e depende essencialmente das relações que se estabelecem entre o mundo social da família e o universo institucional da escola.

A socialização secundária parte do pressuposto de que nenhuma socialização é total nem terminada, daí a importância desse processo, que consiste na interiorização de subdivisões de mundos institucionais especializados e na aquisição de saberes específicos e de papéis direta ou indiretamente arraigados na divisão do trabalho. Trata-se da incorporação de saberes especializados – que Berger (2003) denomina saberes profissionais.

A socialização secundária constitui uma ruptura com a socialização primária, sobretudo quando a última não é satisfatória. Quando a ruptura é drástica assiste-se a transformações totais de identidade. A realização de uma socialização secundária em ruptura com a socialização primária é ligada a duas situações diferentes: a socialização primária fracassa e a socialização secundária acaba produzindo uma socialização mais satisfatória; a socialização primária é apenas evocada, ou seja, as identidades anteriores se tornam problemáticas, fracas ou inexistentes. A segunda situação ocorre em realidades sociais de grande mobilidade, de intensa

transformação da divisão do trabalho e da distribuição social dos saberes. Nesse caso, ela já não está associada aos fracassos da socialização primária, mas sim a pressões exercidas sobre os indivíduos para que modifiquem suas identidades e tornem-se compatíveis com as mudanças em curso.

A transformação social é, pois, inseparável da transformação das identidades, isto é, tanto dos mundos construídos pelos indivíduos como das práticas decorrentes desses mundos. A socialização secundária pode produzir identidades e atores sociais orientados pela produção de novas relações sociais e suscetíveis de se transformarem por meio de uma ação coletiva eficaz e duradoura. Por esse motivo, para Berger e Luckmann, toda análise dos processos e das condições de transformação ou de inovação esbarra na questão da aprendizagem coletiva, pelos atores, das capacidades para inventar novas maneiras de agir, novas regras e novos modelos relacionais.

É preciso levar em consideração casos em que, pelo fato de a socialização inicial não ter estruturado a identidade social e de a socialização secundária não ter construído uma identidade especializada, desemboca-se em uma desestruturação duradoura dos indivíduos e em sua exclusão do espaço social. Já para Dubar (2006) a socialização secundária não atua sozinha na produção de novas identidades; existem outras esferas da vida social que cumprem esse papel. Não se pode dizer que o autor citado falou de uma terceira forma de socialização, mas sim que as transformações na vida social propiciaram o surgimento de outras esferas que possibilitam uma socialização diferente daquela propiciada pela escola e pelo trabalho e que, desse modo, contribuem para o surgimento de novas identidades.

2.2.2 Strauss e a dinamicidade da identidade

Anselm Strauss é um dos principais expoentes do interacionismo simbólico; sua perspectiva estabelece relações relevantes entre trajetórias biográficas e processos sociais. Para Strauss (1999) a identidade está intimamente associada às avaliações feitas de nós, por nós mesmos e pelos outros, ou seja, o indivíduo se vê de acordo com o que seus companheiros de interação o percebem. Desse modo, ele estabelece que para que se obtenha o entendimento das identidades individuais é necessário compreender as atividades coletivas e as esferas de ação nas quais os indivíduos estão inseridos, bem como o papel central desempenhado pela linguagem nesse processo.

Assim, para o autor os que investigam os processos identitários devem dedicar profunda atenção aos processos de interação, considerada numa perspectiva microssocial, mas que evidencia aspectos do nível macrossocial. Nos processos interacionais os indivíduos reavaliam as suas diferentes experiências ao longo da vida, e utilizam como instrumento, nesse processo, a linguagem. Daí sua importância central nos estudos sobre identidade tal como evidencia Strauss.

Dada a complexidade do termo interação, o autor tem a preocupação de evidenciar que o tipo de interação que o interessa é aquela que ocorre entre as pessoas como membros de grupos. Aqui podemos fazer uma breve menção sobre a importância dos processos de interação que ocorrem nos grupos que se formam no interior do mundo do trabalho, visto que essa questão será abordada de forma mais profunda nas partes subsequentes deste capítulo.

Dada a importância, já referida, dos processos de interação, Strauss (op. cit.) aponta dois caminhos importantes para um estudo sistemático da mesma, a saber, a motivação e a interação face a face. A motivação deve ser entendida como a maneira que as pessoas encaram umas as outras, os motivos que atribuem uma à outra. Em uma situação interacional a forma como a pessoa se comporta ou vai se comportar é denominada por Strauss como declaração de motivos. Contudo, o processo interacional significa muito mais do que atribuir motivos uns aos outros e a si mesmo, pois ele é fluido, móvel e durante o seu curso, os indivíduos tomam sucessivas atitudes, ou seja, desempenham diferentes papéis e ocupam status de acordo com o que as diferentes situações exigem.

A situação interacional não ocorre entre duas pessoas apenas, mas compõe um conjunto de transações executadas em debates de que participam várias pessoas e, desse modo, a leitura da identidade deve ser feita com prudência, pois não é possível observar tudo a respeito do self ou do outro durante a ação, pois o curso interacional é cheio de respostas involuntárias que cada participante dá, e a mesma pessoa pode assumir vários status diferentes em uma mesma situação interacional. Considerando esse aspecto, há grandes possibilidades de que os atores participantes da ação cometam erros de julgamento.

Outro importante aspecto das reflexões teóricas propostas por Strauss diz respeito às transformações da identidade, uma vez que ele mesmo argumenta que as identidades individuais ou grupais não são fixas. As pessoas estão em constante

processo de mudança e desenvolvimento. Aqui o autor chama a atenção para a importância das instituições no processo de transformação das identidades.

Para Strauss existem alguns momentos que estão diretamente relacionados com as mudanças de identidade, quais sejam, a traição, a aceitação de um desafio, o desempenho com sucesso de um papel estranho, a superação de um desempenho de outra pessoa pela qual se pautara anteriormente, o treinamento etc. Esse processo é caracterizado sobretudo pela mudança de status, pois a afiliação a um grupo ou estrutura social permanente implica a passagem de um status para outro e estas mudanças de status são altamente institucionalizadas. O movimento de passagem de um status para outro determina as condições para a mudança e o desenvolvimento das identidades. Segundo o autor, um senso de identidade nunca é obtido para sempre, mas está sempre em transformação.

Do que foi exposto, é possível considerar que, para Strauss, a identidade está em constante processo de mudança uma vez que as relações entre os atores estão sempre sendo alteradas e negociadas nos diferentes processos interacionais que são considerados pelo autor em questão a condição fundamental para a estruturação das identidades individuais e coletivas, uma vez que os dois processos são interdependentes.

2.2.3 Goffman e as relações face a face

Goffman assim como Strauss confere fundamental importância aos processos de interação para que se tenha uma compreensão sociológica do comportamento humano e dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos no processo interacional. Para tanto, o autor emprega a perspectiva da representação teatral, utiliza princípios de caráter dramático e forma um quadro de referência aplicável a qualquer estabelecimento social concreto, seja ele doméstico, industrial ou comercial.

O autor parte do pressuposto de que todo indivíduo, em qualquer situação social, apresenta-se diante de seus semelhantes e tenta dirigir e influenciar as impressões que outros formam a seu respeito, ou seja, o indivíduo representa empregando algumas técnicas para sustentar seu desempenho.

Quando um indivíduo relaciona-se com outros, estes, geralmente, procuram saber informações (socioeconômicas, autorreferenciais, atitudes, capacidades etc.) a seu respeito ou trabalham com as que já possuem. Essas informações são

importantes para definir sua situação²¹, possibilitando os outros participantes de conhecer antecipadamente o caminho a ser seguido durante a interação.

Assim como Strauss, Goffman assinala que, durante o período de interação, podem ocorrer poucas coisas que dêem diretamente aos envolvidos a informação conclusiva de que precisarão para dirigir inteligentemente sua própria atividade. Muitos fatos decisivos (sentimentos, crenças, atividades verdadeiras etc.) estão além do tempo e do lugar da interação, ou são dissimulados nela e só podem ser obtidos indiretamente a partir de confissões ou através de comportamentos expressivos involuntários. Isso porque a expressividade do indivíduo envolve dois significados diferentes: a expressão que é transmitida, cujas principais características abrangem símbolos verbais ou seus substitutos, ou seja, a comunicação no sentido tradicional e estrito; a expressão que é sintomática do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida. Esta distinção tem apenas validade inicial, pois o indivíduo pode transmitir informação falsa intencionalmente a partir de ambos os tipos de comunicação, o primeiro implica em fraude, o segundo em dissimulação. Considerando a comunicação, tanto no sentido amplo quanto no estrito, verifica-se que, se o indivíduo está na presença de outros, sua atividade terá um caráter de autopromoção.

Ao considerar o ponto de vista do indivíduo que se apresenta, independente dos objetivos, será de seu interesse controlar a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. Esse controle é realizado principalmente por meio da influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular. Desse modo, quando uma pessoa interage com outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir.

Considerando as duas formas de comunicação – dada e emitida – Goffman privilegiará para o estudo das interações a última, a de tipo mais teatral e contextual, a de natureza não-verbal e, presumivelmente não intencional, quer esta comunicação seja planejada ou natural, pois, às vezes, ele agirá de maneira consciente ou inconsciente; ocasionalmente, expressar-se-á intencional e

²¹ O termo definição de situação foi elaborado por Willian Thomas, da escola de Chicago. Tal termo indica que qualquer comportamento auto-determinado é precedido por um exame e por uma deliberação. Não só os atos concretos, mas toda conduta de vida e personalidade são derivadas de uma série de tais definições. (NUNES, 2005. p 44).

conscientemente de determinada forma, mas, principalmente, porque a tradição de seu grupo ou posição social requer este tipo de expressão.

Como já foi assinalado anteriormente, no processo de interação a manipulação pode ocorrer a partir de afirmações verbais e expressões que são emitidas, pois de acordo com Strauss, o indivíduo pode representar diversas espécies de status. Os seus parceiros de interação, já tendo consciência desta possibilidade, podem levantar suspeita sobre a veracidade do que está sendo representado.

Quando um indivíduo projeta uma definição da situação no momento em que aparece diante dos outros, deve-se também perceber que os outros, mesmo que pareçam desempenhar um papel passivo, projetarão de maneira efetiva uma definição da situação. Essas definições de situações projetadas pelos diferentes participantes não operam contradições. Essa harmonia é construída de acordo com o que é aceitável pela sociedade, ou seja, é um consenso aparente. Desse modo, os participantes em conjunto contribuem para uma única definição geral da situação, que implica não tanto num acordo real sobre o que existe, mas, antes, num acordo segundo as pretensões de qual pessoa, referentes à quais questões, serão temporariamente acatadas.

Aqui é importante destacar a importância da informação que o indivíduo inicialmente possui ou adquire de seus companheiros participantes. A projeção inicial do indivíduo prende-o àquilo que está se propondo ser e exige que abandone as demais pretensões de ser outras coisas. À medida que a interação entre os participantes avança ocorrerão modificações no estado inicial das informações, mas é indispensável que essas modificações se relacionem sem contradições com as posições iniciais tomadas pelos participantes, pois se essas contradições ocorrerem a própria interação pode sofrer interrupção confusa e embaraçosa, gerando uma anomia no minúsculo sistema social.

Goffman fala da existência de rupturas definicionais, que implica um comprometimento das definições projetadas, mas elas não ocorrem em grande número devido às práticas preventivas e práticas corretivas. Quando o indivíduo emprega práticas para proteger suas projeções, pode-se referir a elas como práticas defensivas, quando emprega para salvaguardar a definição da situação projetada fala-se de práticas protetoras ou diplomacia. Essas técnicas em conjunto servem para preservar a impressão pretendida pelo indivíduo .

As reflexões propostas por Goffman sobre o processo interacional, entendido como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, enfatiza o caráter dinâmico das identidades construídas nas relações face a face. Desse modo, fica manifesta a idéia de que as identidades são parte de um processo de negociação e estão intimamente ligadas com a biografia individual e com as estruturas sociais, tal como argumenta Dubar na próxima sessão desse capítulo.

2.3 O CARÁTER RELACIONAL DA IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DE CLAUDE DUBAR

Para a teorização da identidade, Claude Dubar propõe uma articulação de dois processos identitários, denominados por Goffman (1988) de identidade social real, que corresponde a atos de pertencimento, e identidade social virtual, que exprime atos de atribuição.

Os atos de pertencimento dizem respeito ao tipo de pessoa que se quer ser, ou seja, a identidade para si. Esse processo ocupa-se com o aceite da identidade pelos próprios indivíduos, isto é, com o processo de interiorização da identidade, processo que, segundo Dubar, só pode ser analisado a partir das trajetórias sociais dos indivíduos. Assim, o processo biográfico é fundamental, pois decorre da inscrição do indivíduo numa linhagem de gerações e que se traduz a partir de um “Eu nominal”. Ele designa a pertença a um grupo local e à sua cultura herdada – língua, crenças, tradições, etc. -; diz respeito às diversas maneiras pelas quais indivíduos tentam dar conta de suas trajetórias a partir de uma “história”, no intuito, por exemplo, de justificar sua posição em dado momento e, às vezes, antecipar seu futuro.

Cabe aqui ressaltar as contribuições teóricas de Bernard Lahire (2002), que diz ser fundamental, no estudo da identidade, conferir importância ao passado do indivíduo e a todas as primeiras experiências vividas na infância, pois elas estão no princípio das ações futuras. Desse modo, deve-se realizar uma associação entre as experiências passadas e o momento presente. Segundo o autor, haverá a primazia das experiências passadas, o que se deve ao fato de o *habitus* garantir sua própria constância selecionando e rejeitando todas as informações novas que questionem a informação ou *habitus* acumulado. Desse modo, tem-se a ilusão de evitar crises causadas pela perda do emprego, pela mudança de empresa ou tipo de atividade executada.

As experiências passadas e o momento presente são fundamentais para explicar as ações dos indivíduos, e isso está fundamentalmente ligado à questão da pluralidade interna do ator. No entanto, essa relação entre experiências passadas e presentes só terá sentido quando passado e presente forem plurais e heterogêneos. Isso pressupõe mudança.

Já os atos de atribuição visam definir que tipo de pessoa se é, isto é, a identidade para o outro. Esse processo envolve categorias que são utilizadas para identificar o indivíduo em determinado espaço social; são atributos destinados pelas instituições e pelos agentes que estão em relação de interação com o indivíduo. Define-se pelas interações no seio de um sistema instituído e hierarquizado e por meio das pressões de integração às instituições – família, escola, grupos profissionais, o Estado etc. Essa forma de identidade implica num “Eu socializado” pelo desempenho de múltiplos papéis, assim, o Eu se torna plural.

Segundo esse autor, esses dois processos, de atribuição e pertencimento, são inseparáveis e ligados de maneira problemática.

Inseparáveis- uma vez que a identidade para si é correlata ao Outro e a seu reconhecimento: nunca sei quem sou a não ser no olhar do outro. Problemática, dado que a experiência do outro nunca é vivida diretamente pelo eu... de modo que contamos com nossas comunicações para nos informarmos sobre a identidade que o outro nos atribui... e , portanto para forjarmos uma identidade para nós mesmos. (DUBAR, 2005, p. 135).

Desse modo, para uma abordagem da identidade, segundo a perspectiva de Dubar, é necessário relacionar a identidade para si e a identidade para o outro, pois a identidade, tanto a atribuída quanto à adquirida pelo sentimento de pertencimento, nada mais é do que o resultado dos diversos processos de socialização que constroem os indivíduos e definem as instituições. (DUBAR, 2005). Cada indivíduo é reconhecido por outro no interior das esferas de que participa.

Embora Dubar enfatize que a identidade é produto dos processos de articulação entre o processo de atribuição e o de pertencimento, ele não exclui o recurso aos sistemas de tipificação²² que, segundo ele, ocorre nos dois processos. Entretanto, deixa claro que a tipificação influencia no processo de construção de identidade (para si), mas elas não as determinam mecanicamente nem as fixam de

²² Ver processo de tipificação em Berger e Luckmann (2003, p.101-109).

uma vez por todas. Esse posicionamento pode ser verificado por meio da seguinte passagem:

Os indivíduos de cada geração devem reconstruir suas identidades sociais reais a partir: 1) das identidades sociais herdadas da geração anterior (nossa primeira identidade social nos é sempre conferida...; 2) das identidades virtuais (escolares...) adquiridas durante a socialização inicial ("primária"); 3) das identidades possíveis (profissionais...) acessíveis no decorrer da socialização "secundária". (2005, p. 145).

Por isso, segundo o autor, as identidades não podem ser reduzidas a status de emprego (ou cargo) e a níveis de formação. Deve-se considerar como importante no processo de sua constituição as experiências da infância, a identidade sexual, étnica e de classe. Desse modo, a saída do sistema escolar e o contato com o trabalho não podem ser consideradas esferas de socialização únicas ou fundamentais para a construção de identidades.

Outro ponto fundamental expresso na teoria desenvolvida por Dubar é o assumir que esses dois processos identitários não são necessariamente coincidentes. No processo de interação social, por meio do qual ocorre a construção da identidade, o indivíduo é identificado e pode recusar as identificações que recebe dos outros e das instituições. (DUBAR, 2005, p. 138). Quando seus resultados diferem ocorre um desacordo entre a identidade atribuída e a identidade internalizada. Desse desajuste, resultam estratégias identitárias destinadas a reduzir a distância entre as duas identidades. Essas estratégias podem assumir duas formas: transações externas e transações internas.

As transações externas ocorrem entre os indivíduos e os outros significantes²³, com o objetivo de tentar acomodar a identidade para si à identidade para o outro e podem também ser consideradas transações objetivas. As transações internas ocorrem quando o indivíduo se movimenta no sentido de preservar uma parte de suas identificações herdadas e da vontade de construir novas identidades no futuro; objetiva com isso tentar assimilar a identidade para o outro à identidade para si, num processo que pode também ser chamado de transação subjetiva.

Assim, a configuração das identidades carece de uma necessária articulação desses dois processos identitários, pois segundo o autor, "a identidade de uma

²³ "Outro Significantes" (*Significant-Other*) é um conceito desenvolvido por George Hebert Mead. Este conceito foi elaborado a partir das explicações de Mead sobre os processos de socialização. Outros Significantes diz respeito ao processo de identificação do indivíduo com seus próximos (DUBAR, 2005, p.118)

pessoa não é feita à sua revelia, no entanto, não podemos prescindir dos outros para forjar nossa própria identidade”.

As sugestões teóricas de Claude Dubar são uma ferramenta importante para alcançar os objetivos da presente pesquisa, uma vez será possível relacionar a identidade para si e a identidade para o outro a partir dos processos de socialização, procurando destacar os elementos mais significativos de cada processo para a transformação das identidades.

2.4 TRABALHO E IDENTIDADE

Em épocas precedentes o trabalho era considerado um elemento determinante e normativo na vida das pessoas. Os clássicos da sociologia, Marx, Weber e Durkheim, o viam como o fato social principal que era capaz de determinar a consciência e ação dos atores no meio social. O trabalho era considerado como dimensão hegemônica de configuração de identidade.

Contudo, na sociedade contemporânea a categoria trabalho está imersa em uma série de mudanças, caracterizadas principalmente pela inserção intensiva da tecnologia no processo produtivo e a consequente redução dos postos de trabalho regulamentados. Assim, as transformações no mundo do trabalho “afetaram a forma de ser do trabalhador da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada (Antunes, 2002, p. 67).

Tal fato leva alguns estudiosos do mundo do trabalho a formularem teses que dizem respeito ao fim da centralidade do trabalho, bem como à perda de sua dimensão subjetiva, como categoria ordenadora dos modos de agir, sentir e pensar e do seu papel de destaque na conformação de identidades individuais e coletivas. A problemática da chamada crise da sociedade do trabalho pode ser entendida a partir das reflexões de alguns de seus mais significativos formuladores.

André Gorz foi um dos primeiros e mais incisivos críticos da sociedade do trabalho. Em uma de suas mais expressivas obras, *Adeus ao proletariado* (1982), renunciou o fim do proletariado e das ações decorrentes das forças sociais do trabalho. Para o referido autor, as mudanças ocorridas no mundo do trabalho o impossibilitam de continuar tendo centralidade na vida das pessoas e de se constituir como base de suas identidades. Assim, Gorz propõe uma redução do tempo do trabalho para que os indivíduos busquem novas esferas de socialização e expressão identitária.

Clauss Offe também é considerado um dos pioneiros na discussão sobre o fim do trabalho e defende a idéia de relativizar o trabalho como elemento maior de integração social. Em seu reconhecido ensaio “Trabalho: categoria sociológica-chave?” demonstra que o trabalho tem uma diferenciação interna muito grande, o que dificulta sua compreensão (Offe, 1989). O autor comenta, para sustentar seu argumento, a ampliação do setor de serviços e que este não funciona na mesma lógica que o setor produtivo, devido à multiplicidade de formas de trabalho, bem como à ausência de um critério de eficiência econômica.

Outra autora que relativiza o papel da sociedade de trabalho é Dominique Méda, em seu livro *O trabalho: um valor em vias de extinção* (1999) retoma a idéia da incapacidade do trabalho em permanecer como elemento central na constituição das identidades, embora a autora reconheça a importância do trabalho na esfera de socialização, embora com pequena intensidade. Assim como Gorz, Méda enfatiza que outras esferas da vida social tais como a família e a participação política e cultural são suportes mais eficazes para a sociabilidade.

No entanto, existem autores contrários à tese do fim do trabalho (Antunes 1999, 2002; Castel 1998; Dejours 2001). Segundo esses autores as metamorfoses do mundo do trabalho não significam a perda do seu valor social, mas reiteram a importância do trabalho enquanto categoria principal no processo de compreensão da vida social, bem como esfera fundamental que possibilita a integração dos indivíduos à sociedade.

Tais autores reconhecem a heterogeneidade, complexificação e fragmentação do mundo do trabalho; enfatizam que tais características provocaram mudanças, mas que essas não são tão decisivas a ponto de reduzir ou eliminar o trabalho enquanto esfera fundamental de mediação entre o indivíduo e a sociedade.

Segundo Antunes (2005), mais fundamental que questionar a centralidade do trabalho é investigar suas novas configurações caracterizadas, por um lado, pelo aniquilamento do contrato de trabalho e do modelo do pleno emprego e, por outro por ser uma alternativa diante de um contexto marcado por incerteza, desemprego, vulnerabilidades sociais e das lacunas ocasionadas pela ineficiência do Estado e de suas políticas.

Essas novas configurações, ainda segundo Antunes, são marcadas também por múltiplas transversalidades tais como gênero, raça/etnia, e classe; lançar um olhar sobre esses temas torna-se imprescindível para compreender as novas

estruturações do trabalho e conferir validade à forma contemporânea de sua centralidade.

Castel (1998) elucida que o trabalho permanece como central na vida das pessoas, não só considerando sua dimensão econômica, mas também como referência subjetiva e cultural. Ademais, o autor pontua que o trabalho é base fundamental da inscrição dos indivíduos na sociedade, pois configura aspectos culturais, simbólicos e identitários; e Castel pontua também que a situação de desemprego provoca sérias vulnerabilidades sociais.

Dejours (2001) defende a centralidade do trabalho e sua importância na definição das identidades e da inserção dos indivíduos na estrutura social. Segundo o autor, os indivíduos que não fazem parte da sociedade do trabalho são acometidos por um processo de dessocialização e de sofrimento que levam à doença mental e física, pois agredem a base da identidade.

A postura adotada nesta dissertação filia-se à perspectiva daqueles que são contrários à tese do fim do trabalho. A postura teórica sustentada aqui é a de que o trabalho, mesmo caracterizado pela heterogeneidade, complexificação e fragmentação, continua sendo uma categoria importante na constituição das identidades dos indivíduos. Tal afirmação pode ser corroborada a partir de várias pesquisas que tratam da relação entre trabalho e identidade, bem como das reflexões que serão apresentadas no capítulo subsequente desse trabalho.

Tal postura se justifica pelo fato de as identidades estarem intimamente relacionadas com os processos de socialização e por se compreender que o trabalho é um das principais esferas de socialização e integração social. Ademais, a identidade é fruto de uma construção conjunta em que os indivíduos se conhecem e reconhecem sob o olhar uns dos outros, aspecto fundamental proposto pela teoria de Dubar.

Ao analisar o objeto deste estudo à luz das teorias aqui apresentadas têm-se um duplo objetivo: primeiro o de contribuir para com os estudos das novas estruturas do mundo do trabalho, no qual as experiências de economia solidária se inscrevem, bem como o de demonstrar empiricamente os aspectos que apontam a continuidade do poder aglutinador do trabalho, mesmo revestido de novos formatos; e segundo, analisar a identidade dos trabalhadores que estão imersos nestas iniciativas de trabalho.

Para tanto, durante o processo investigatório procurou-se recuperar a trajetória de vida dos trabalhadores e o significado do trabalho, bem como a das relações provenientes dele, na vida de pessoas que antes estavam afastadas do trabalho e, por isso, eram acometidas de grande sofrimento e vazio existencial e social.

CAPÍTULO 3

*TRANSFORMAÇÃO DAS IDENTIDADES: PARA
ALÉM DOS RESULTADOS ECONÔMICOS DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA*

3.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS

As experiências em economia solidária não podem ser analisadas apenas sob a ótica do econômico, visto que se trata de uma realidade polimorfa e difusa no meio social, cujos princípios que fundamentam sua prática redefinem a organização e estruturação do trabalho. Assim, é importante ir além da perspectiva econômica e considerar outros significados e sentidos que emergem dessas atividades e que reconfiguram o contexto socioeconômico e cultural, bem como a vida dos protagonistas que se inserem nas experiências de trabalho solidário.

Como uma realidade social que se redefine como uma possibilidade de inserção no trabalho e na sociedade, a economia solidária pode também influenciar a realidade cultural e política do local onde ela se estabelece e desenvolve. Os trabalhadores que vivenciam essa inovadora e diferente experiência de trabalho também percebem mudanças no que diz respeito a sua subjetividade, que é, possivelmente, consequência das novas teias de sociabilidades possibilitadas pelos preceitos que regem seu funcionamento.

Como já foi assinalado em outro momento, são múltiplas as realidades de trabalho solidário. Desse modo, diversas também podem ser as situações de trabalho encontradas, tanto no que se refere à organização e funcionamento das atividades, quanto às relações que podem ser estabelecidas entre os trabalhadores.

Durante o percurso da pesquisa foi possível encontrar diferenças nos seguintes aspectos: situação econômica, a satisfação com o trabalho desenvolvido, os sentidos e a vivência do trabalho, diferença nas instituições de referência, critérios políticos, intensidade de participação nos processos decisórios, no nível da solidariedade, na intensidade dos conflitos, nas questões de gênero, dentre outros importantes fatores.

No capítulo anterior foi problematizada a questão da interação social como ponto fundamental para a constituição das identidades individuais e coletivas. Assim, parece inquestionável o fato de que o trabalho é um espaço privilegiado de constituição do sujeito; por esse motivo, o objetivo deste capítulo é ressaltar a subjetividade dos trabalhadores dessas experiências, não deixando de estabelecer relações com as demais dimensões. Para tanto, será feita a caracterização dos trabalhadores que estão inseridos nos grupos de economia solidária pesquisados, bem como verificar o significado e o sentido das práticas ocorridas no interior dos referidos grupos e como elas contribuem para a constituição das identidades

individuais e coletivas, visto que já foi indicado que o trabalho nas iniciativas de economia solidária possibilita uma infinidade de sentidos e significados que vão muito além da perspectiva material.

3.2 Panorama da economia solidária em Goiânia e Campinas

A economia solidária em Goiânia e Campinas apresenta-se estruturada de maneira plural. As formas mais comuns de organização são: grupos informais, associações e cooperativas que se diversificam no tocante a atividade que desempenham. Essa pluralidade pode ser percebida também nas instituições que se constituem como referência²⁴ aos grupos de economia solidária, por terem desempenhado um papel importante na sua criação ou por oferecer-lhes apoio na execução de suas atividades.

Goiânia conta com 18 grupos²⁵ de economia solidária em atividade, embora haja alguns que ainda se encontram em processo de consolidação e carecem de estrutura física e material para que possam atuar de forma plena. Os grupos atuam em atividades ligadas ao artesanato, a confecções, a produção (bolsas, móveis, escovas), a reciclagem e a alimentação.

Existe um movimento modesto por parte do poder público em dar visibilidade e fomento para tais iniciativas. Algumas iniciativas se organizam com a finalidade de conseguir apoio para viabilizar seus empreendimentos. A forma mais expressiva de apoio a essas experiências é a iniciativa de duas universidades que têm projetos de incubação e que incentivam a criação e o desenvolvimento do trabalho associativo. Uma das universidades tem uma participação factual no processo de incubação, enquanto a outra começa a dar os primeiros passos no sentido de contribuir para com o desenvolvimento das práticas solidárias.

Na cidade de Campinas é possível encontrar mais de 40 grupos²⁶ que atuam segundo os princípios da economia solidária. Em grau mais elevado do que em Goiânia, ocorre um movimento das instâncias públicas municipais em atuar no

²⁴ Fazem parte desses grupos as instituições que colaboram para o desenvolvimento dos grupos de economia solidária, quais sejam, as universidades, as igrejas, os movimentos sociais, iniciativas privadas e organizações da sociedade civil.

²⁵ Informação obtida a partir dos dados do primeiro mapeamento nacional de economia solidária realizado pela SENAES.

²⁶ Informação obtida a partir dos dados do primeiro mapeamento nacional de economia solidária realizado pela SENAES.

sentido de incentivar e dar visibilidade aos referidos grupos, visto seu papel importante na cidade.

Em 09 de abril de 1999 foi sancionada a Lei 10.039 que cria o Programa de Cooperativas de Desempregados no município de Campinas. A Lei tem o propósito de dar oportunidade aos desempregados de alcançarem trabalho e renda. A iniciativa envolve as instâncias públicas, a sociedade civil e universidades, sobretudo a Unicamp com a criação da ITCP, na construção dos projetos em economia solidária na referida cidade.

Ademais, foi criada também uma coordenadoria de apoio à economia solidária vinculada à SMCTAIS da referida cidade, tendo por objetivo dar apoio técnico, logístico, auxiliar no preparo dos trabalhadores para gerir o empreendimento, além de contribuir para com a aquisição de equipamentos e com infra-estrutura do empreendimento.

Regularmente acontece em Campinas a Feira Regional de Economia Solidária, cujos objetivos são: oferecer espaço socializado de comercialização e exposição de produtos e serviços de empreendimentos econômicos solidários, fortalecer o exercício do consumo consciente e solidário, incentivar a criação de redes de empreendimentos, estimular a participação dos mesmos em redes já existentes e divulgar os princípios e conceitos da economia solidária. De acordo com o Mapeamento Nacional, já referido anteriormente, há em Campinas mais de 20 mil pessoas inseridas nesses grupos.

Apesar da diversidade de atividades e das peculiaridades das regiões, é possível identificar alguns fatores que são característicos dos grupos nas duas cidades pesquisadas. O primeiro deles diz respeito à motivação inicial para a criação da cooperativa ou associação. Foi possível constatar que a motivação principal para a criação dos grupos nas cidades é que eles se constituam como uma alternativa ao desemprego; tal afirmação pode ser corroborada a partir da fala dos entrevistados que encontraram nos grupos de economia solidária uma possibilidade de reinserção ao trabalho e à comunidade:

Eu estava desempregado e eu não tive calma quando eu estava desempregado, porque um pai de família não pode ter calma quando está desempregado, e aí me falaram que surgiu essa oportunidade, esse projeto, um trabalho novo e aí eu comecei a participar das reuniões e dos cursos e estou aqui até hoje (Joaquim, Cooperativa Cooprec).

Eu estava desempregado, foi meu irmão que disse que tinha a cooperativa:

“se interessar vai lá”, depois ele cedeu um lugar para eu morar, é em frente à cooperativa... Quando meu irmão me falou a respeito, eu vim aqui procurei a responsável, ela disse que estavam precisando de um homem aqui e eu entrei, tô aqui até hoje (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

Eu tava parada, aí começou a chamar gente para vir se engajar nesse movimento, então vamos batalhar né, eu tinha acabado de sair lá da fábrica, aí vi esse programa e pensei vou na reunião (Maria, Cooperativa Antônio Costa Santos).

Primeiro foi por causa da renda, tava desempregada e precisava trabalhar, aí vim precisava arrumar um emprego, tava cansada de trabalhar de doméstica. Aí vim aqui acabei dando sorte, tem seis anos que tô aqui, eu prefiro trabalhar aqui do que de doméstica (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida).

Eu estava desempregado, aí como eu tenho trauma de ficar desempregado, e um pai de família tem trauma de ficar desempregado, aí nesse momento surgiu a oportunidade, esse projeto da secretaria de cultura, um trabalho novo naquela época, então eu comecei a participar das reuniões e dos cursos. Com objetivo de não ficar, por exemplo, pensar em lucros e ganhos, apenas ter um conhecimento a mais na minha área que eu não tinha o meio ambiente, trabalhar com o social, então o meu objetivo era esse e estou até gostando. (José, Cooperativa Cooprec).

Do ponto de vista teórico, os defensores da economia solidária vêem sua emergência não apenas como uma opção ao desemprego, mas como uma oportunidade de mudança frente às imposições do capitalismo, ou seja, enfatizam o caráter político-ideológico como um elemento preponderante na motivação para a criação do empreendimento (SINGER, 2000).

Contrariando essa perspectiva, a vivência empírica salienta, conforme apontam os relatos acima, uma adesão pragmática a essas iniciativas; elas são vistas, pelo menos em um primeiro momento, como uma alternativa concreta de geração de emprego e renda. O ideário político transformador pode surgir após as primeiras vivências dentro da cooperativa ou associação.

Tal fato não desacredita tais iniciativas, já que as oportunidades de reinserção ao trabalho são fundamentais, pois, como nos lembra Dejours (2001), o desemprego é acompanhado por um processo de dessocialização e de sofrimento que levam à doença mental e física, pois agredem a base da identidade. Por isso, tais experiências não podem ser desconsideradas.

Um segundo ponto que caracteriza os grupos pesquisados é o envolvimento dos mesmos com a questão ambiental, visto que a maioria das experiências analisadas é do segmento da reciclagem. Além da preocupação em garantir renda,

os trabalhadores passam a desenvolver e divulgar valores relacionados à questão ambiental.

Farei aqui uma breve descrição dos grupos selecionados, visando caracterizá-los, para maior compreensão de seus limites e possibilidades de análise.

3.3 Descrevendo o campo: breve história das iniciativas pesquisadas

3.3.1 Cooperativas de Goiânia

3.3.1.1 Cooprec

Início trazendo alguns elementos oriundos de parte da pesquisa realizada na cooperativa COOPREC situada no setor Jardim Conquista, localizado região leste da cidade de Goiânia. Esta cooperativa surgiu em 1998, como produto de um projeto do Instituto Dom Fernando, ligado à igreja Católica, que tinha por objetivo melhorar as condições de vida da população dessa região, que vivia em condições de extrema pobreza, promovendo trabalho, capacitação profissional e conscientização ambiental. As lutas da Cooprec estão imersas, como diria Polanyi (2000), nas relações e demandas sociais da comunidade.

A cooperativa contava no início com mais de cinquenta associados que dividiam as tarefas de visitar as residências, realizar a coleta do lixo, promover sua seletividade e prepará-lo para o processo de reciclagem. Atualmente o empreendimento conta com 15 associados; a redução do número de trabalhadores, segundo representantes da cooperativa, pode ser explicada por problemas econômicos enfrentados nos últimos cinco anos.

Além dessas atividades ligadas à coleta e produção, foi possível identificar também funções administrativas, tais como: presidente comercial e financeiro, conselheiros fiscais e administrativos. Embora haja essa diferenciação das funções de administração e produção, é possível perceber que não existem hierarquias rígidas,; ao contrário, existe uma mobilidade grande entre as funções uma vez que todos podem assumir quaisquer uns dos cargos.

A escolha das funções é realizada de maneira democrática, isto é, mediante assembléias que objetivam obter a anuência do grupo. Todos que fazem parte da cooperativa recebem formação para atuarem em qualquer função, possibilitando que

os princípios da igualdade e da democracia sejam permanentes na rotina das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

A jornada de trabalho é de 6 horas diárias de segunda a sexta-feira. A divisão dos rendimentos é feita de forma igualitária. Os trabalhadores se organizam no sentido de obterem férias, geralmente no período de menor produção, e décimo terceiro salário, oriundo de poupança de uma determinada quantia ao longo do ano.

O contato contínuo com a comunidade e o envolvimento satisfatório com o trabalho foi um dos pontos marcantes do processo de pesquisa. Os trabalhadores da cooperativa, além de executarem a reciclagem do lixo são preparados para promoverem educação ambiental nas residências e escolas. A preocupação com o meio ambiente é uma das marcas principais da cooperativa em questão.

O local onde está instalado o empreendimento foi cedido pela igreja em parceria com a prefeitura. Trata-se de um local amplo, o que possibilita uma divisão do espaço de trabalho, de convivência e alimentação, tem boas instalações e oferece as condições mínimas de segurança para a execução das atividades.

3.3.1.2 Cooperativa A. Ambiental

Diferente situação é a da Cooperativa A. Ambiental, localizada no setor São Judas Tadeu e incubada pela Universidade Federal de Goiás. A pesquisa nessa cooperativa revela uma forte reivindicação pelo reconhecimento e apoio da comunidade. A cooperativa conta com dez cooperados que têm muita consciência da importância do trabalho que executam, a despeito das dificuldades estruturais e econômicas que constantemente vivenciam.

As condições financeiras são muito precárias, mas a motivação de continuar está ligada à importância que eles atribuem ao trabalho que executam e à luta por seu reconhecimento, expresso no trecho a seguir:

Se fosse pelo dinheiro não estaríamos aqui, a crise chegou aqui também...
Tem mês que não dá para tirar nada, mal dá para cobrir as despesas com a manutenção do nosso espaço de trabalho (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

O grupo se reúne quase que diariamente para discutir as decisões relativas à execução e divisão do trabalho; tudo é decidido em grupo. Participando de uma das reuniões, que tinha várias pautas, dentre elas a explicação e exposição dos

objetivos da pesquisa em questão com a intenção de conseguir deles a anuência, foi possível perceber a importância de que a comunidade reconheça o trabalho executado por eles, como demonstra o trecho da entrevista a seguir.

Vai ser bom participar da pesquisa, quem sabe as pessoas começam a olhar para gente diferente, começa a dar importância para nosso trabalho... se você quiser pode tirar até foto viu, para divulgar ainda mais (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

A cooperativa não tem um estabelecimento próprio e funciona em um galpão alugado. Na ocasião em que foi feita a pesquisa, foi revelado que o aluguel estava atrasado em três meses e os trabalhadores executavam suas atividades sob a pressão de serem despejados a qualquer momento. De tanto reivindicarem, eles conseguiram um lote, cedido pela prefeitura, mas não têm condições financeiras de construir um espaço apropriado para condução das atividades e vivem e trabalham na esperança de serem cumpridas as promessas de apoio feitas pelo poder público local.

A dimensão econômica é importante para o grupo, mas não se configura como o elemento fundamental. Eles têm convicção da importância do trabalho que executam, precisam da renda para viver, mas carecem, principalmente do reconhecimento da comunidade e do apoio do poder público para que a iniciativa cresça e continue trazendo benefícios para seus membros, para a comunidade e até mesmo para a sociedade mais ampla.

3.3.1.3 Padaria Comunitária Nutrívda

Incubada pela universidade Católica de Goiás, a padaria tem como objetivo gerar trabalho e renda para as famílias em situação de exclusão social e contribuir com o combate à fome e desnutrição, oferecer às mulheres, que trabalham na padaria, oportunidade de se desenvolver como cidadãs e conquistarem autonomia e auto-estima, visto que se trata, na maioria dos casos, de mulheres pobres, sem qualificação profissional e com pouca ou nenhuma escolaridade.

É interessante notar, na emergência dessa iniciativa, envolvimento e a participação das mulheres desde a estruturação do grupo até a administração do empreendimento.

Elas aprendem a produzir pães, bolos, tortas, panetones e outros alimentos ligados à panificação e confeitaria. As trabalhadoras mais antigas ensinam o processo de produção para as iniciantes. Segundo o diretor da cooperativa, existe uma rotatividade muito grande entre as trabalhadoras, pois algumas, quando dominam a técnica da produção, preferem se desligar da cooperativa e trabalhar por conta própria.

O ambiente de trabalho é localizado em um estabelecimento da universidade apoiadora da iniciativa. Foi possível perceber que as condições de trabalho são favoráveis, o lugar é limpo, possui os equipamentos necessários para a produção e as trabalhadoras fazem uso dos instrumentos que garantem a higienização do local e dos alimentos produzidos.

Além da qualificação para produção, o grupo passa por um processo de formação em educação comunitária, cujo objetivo é informar as integrantes de seus direitos e deveres e formar uma consciência política voltada para a cidadania. Além de beneficiar as participantes do grupo, a iniciativa contribui para com a comunidade local que tem acesso aos produtos com preços bem acessíveis.

3.3.2 Cooperativas de Campinas

3.3.2.1 Cooperativa Antônio Costa Santos

A Cooperativa nasceu em 2002 graças à iniciativa e persistência de um grupo de moradores do bairro Jardim Satélite II, localizado na região sudoeste da cidade de Campinas.

Alguns moradores ocuparam um galpão localizado em uma área da prefeitura e procuraram o programa de economia solidária existente na cidade. O grupo conseguiu em 2003 a permissão para a construção do barracão e em 2004 o mesmo foi construído.

Atualmente a cooperativa está legalizada e conta com mais de 20 cooperados, sendo a maioria mulheres, que dividem o trabalho do processo de reciclagem, composto pelas seguintes atividades: pré-triagem, pesagem, separação, e prensagem do material. Os trabalhadores têm um expediente de 6 horas diárias, seus rendimentos variam de 400 a 600 reais por mês e contribuem com o INSS.

3.3.2.2 Cooperativa Nossa Senhora Aparecida

Surgiu em 1999 a partir da iniciativa da Igreja Nossa Senhora Aparecida na ocasião da Campanha da Fraternidade²⁷ intitulada “Sem Trabalho... Por que?”. A referida cooperativa logo foi convidada a ingressar no programa de economia solidária da cidade.

A cooperativa está localizada no Jardim Proença e conta hoje com mais ou menos 30 cooperados, a maioria mulheres. Está instalada em espaço da prefeitura municipal de Campinas, mas a construção e a reforma do local de trabalho foram da responsabilidade exclusiva dos próprios cooperados.

A cooperativa possui um caminhão de coleta próprio cedido pelos apoiadores da iniciativa. Os trabalhadores recebem por hora e contribuem com 11% ao INSS, o que possibilita que os mesmos possam garantir a aposentadoria e, no caso das mulheres, licença maternidade. Além disso, os trabalhadores têm direito a férias não remuneradas e adiantamento natalino, uma espécie de décimo terceiro, que é oriundo de uma reserva que é acumulada durante todo o ano, com base nas sobras da cooperativa.

Os cooperados se reúnem uma vez por mês com o objetivo de tornar pública a situação financeira e administrativa da cooperativa, bem como para fazer sugestões, críticas e resolver os assuntos pendentes. A cooperativa estabeleceu que a participação nas reuniões é obrigatória para todos os membros do grupo. Eles têm direito a faltar dois dias de trabalho no mês, desde que avisem com antecedência de pelo menos três dias. As faltas por motivo de doença são perfeitamente justificadas por meio de atestado médico.

O processo de recrutamento dos trabalhadores é feito, em um primeiro momento, através de uma espécie de entrevista em que são explicados as normas e o regimento da cooperativa. Aqueles que se interessam em trabalhar segundo as diretrizes estabelecidas são convocados a fazerem um teste prático na mesa de triagem, uma das principais atividades do processo de reciclagem. O expediente de

²⁷ A campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, sempre no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução. A cada ano é escolhido um tema, que define a realidade concreta a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. A campanha é coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

trabalho é de 6 horas por dia de segunda a sexta-feira, com direito a recesso de 20 minutos reservados para descanso e lanche.

3.3.2.3 Cooperativa Mulheres de Mazarello

A referida cooperativa foi criada a partir da iniciativa da Coordenadoria de Economia Solidária da SMCTAIS da cidade de Campinas. A cooperativa favorece a criação de trabalho e renda para mulheres, a maioria em situação de desemprego, do bairro Vida Nova, localizado na região sudoeste da cidade.

A cooperativa iniciou suas atividades com 15 máquinas de costura doadas pela prefeitura e 10 cooperadas, que tinham como local de trabalho a área da casa de uma das trabalhadoras. Percebendo a inviabilidade do local de trabalho, as cooperadas se organizaram, reivindicaram e conseguiram junto à prefeitura uma sala de escola localizada no bairro, para que pudessem melhor organizar e viabilizar as atividades de trabalho.

A cooperativa funcionou muito bem durante algum tempo, contudo, depois de enfrentar diversos problemas financeiros, a mesma foi se desestruturando. Este fato, fez com que muitas trabalhadoras se desvinculassem e partissem em busca de outros trabalhos que lhe proporcionassem melhores rendimentos, visto que elas eram, na grande maioria das vezes, as responsáveis por subsidiar financeiramente seus lares.

Na ocasião em que as entrevistas foram realizadas, das quinze máquinas cedidas pela prefeitura, somente quatro estavam em atividade, sendo manuseadas por quatro trabalhadoras que ainda acreditam na viabilidade do empreendimento e continuam trabalhando na confecção de colchas, tapetes e customização de roupas, com rendimentos médios de 30 a 40 reais por semana.

3.4 QUEM SÃO OS TRABALHADORES PESQUISADOS?

Julgo não ser possível alcançar a compreensão e caracterização das experiências de economia solidária sem antes conhecer seus protagonistas diretos. Desse modo, objetivo aqui foi o de realizar uma descrição dos trabalhadores entrevistados, considerando os recortes de gênero, raça, escolaridade, renda, situação familiar e redes de sociabilidade, na difícil tentativa de compor um perfil médio dos entrevistados, haja vista a heterogeneidade tanto das experiências quanto de seus atores.

Como já foi dito em partes precedentes, os dados são oriundos de entrevistas com trabalhadores da cidade de Campinas e Goiânia. Para trabalhar com estes dados, optei por realizar uma análise conjunta das entrevistas, visto que as trajetórias dos entrevistados se assemelham muito nas duas cidades. Todavia, as devidas diferenciações serão feitas nos momentos oportunos.

Cada entrevista analisada expressa uma vivência individual e, desse modo, são muitos singulares e, num primeiro momento, são pouco eficazes para contribuir à construção de conhecimentos sociológicos. Entretanto, o grande desafio da perspectiva qualitativa é o de fazer com que o pesquisador esteja atento ao que é específico e, ao mesmo tempo, sensibilizá-lo a buscar os elementos gerais que possibilitem a elaboração de explicações sobre o universo social pesquisado. Assim sendo, a partir da vivência individual de cada entrevistado, tentei captar os elementos necessários que pudessem revelar aspectos importantes do objeto pesquisado.

A faixa etária dos entrevistados variou entre 20 e 63 anos de idade. Quanto à cor, existe uma predominância de negros e pardos. No que diz respeito à escolaridade, a maioria dos entrevistados tem no máximo o ensino fundamental incompleto ou nunca chegaram a freqüentar a escola; cinco finalizaram o ensino médio e somente uma concluiu o ensino superior. Tais dados demonstram que estes empreendimentos têm inserido, em suas atividades, principalmente os trabalhadores com pouca escolaridade.

Quanto à configuração familiar, foi possível observar que alguns entrevistados possuem um(a) companheiro(a), sem que isso signifique que a união seja formalizada, e uma presença significativa da mãe solteira e da mulher separada com filhos. A quantidade de filhos é um aspecto comum no conjunto dos entrevistados: a média supera 3 filhos por trabalhador; que afirmam que o sustento e a educação dos mesmos são possibilitados pela renda proporcionada pela cooperativa, haja vista a dificuldade de se conseguir outro trabalho que pudesse proporcionar melhores salários e, por conseguinte, melhores condições de vida para seus familiares.

Um aspecto comum a todos os empreendimentos visitados é a presença marcante das mulheres. Elas têm entre 30 e 63 anos de idade, possuem pouca escolaridade, embora existam algumas exceções, como no caso da entrevistada Ana, da cooperativa A. Ambiental, que possui o ensino superior completo, e afirma

preferir o trabalho na cooperativa por não conseguir uma inserção no mercado de trabalho e pelo fato de a atividade na cooperativa proporcionar maior satisfação, embora ofereça menores rendimentos. Vale acrescentar que, em relação aos homens pesquisados, as mulheres têm maior escolaridade e, mesmo assim, sentem muito mais as dificuldades de inserção no mercado e estavam desempregadas há mais tempo que eles.

A presença feminina nos empreendimentos solidários em um primeiro momento pode ser compreendida por alguns fatores expressos nas entrevistas. Em primeiro lugar, os trabalhadores dessas iniciativas são, normalmente, os próprios moradores do bairro onde ela está instalada, o que facilita para mulheres, que precisam conciliar o trabalho com as atividades do lar e com o cuidado com os filhos, conseguir uma inserção nesse tipo de atividade. O fato de estar próxima de casa e dos filhos faz com que as mulheres se interessem muito por esse tipo de atividade.

Em segundo lugar, a maioria das mulheres entrevistadas têm pouca escolaridade e não possuem qualificação profissional para atuarem no mercado de trabalho, a não ser que atuem como empregadas domésticas. Desse modo, as cooperativas ou associações tornam-se uma possibilidade importante para elas, que consideram que o trabalho na cooperativa, mesmo oferecendo menores rendimentos, proporciona satisfação e menos preocupação, já que estão próximas dos filhos, além de se sentirem mais valorizadas.

Algumas mulheres relataram que seus companheiros são hostis ao trabalho executado por elas nas cooperativas, mas mesmo assim resistiram e seguiram em frente. Elas relatam que existem muitos casos em que as cooperadas não agüentavam as constantes pressões e ameaças por parte de seus maridos e acabaram abandonando o empreendimento.

Quanto à trajetória profissional dos entrevistados, foi possível perceber que começaram a trabalhar desde tenra idade, seja no trabalho árduo do meio rural ou na cidade. Praticamente todos os entrevistados estavam desempregados antes de entrarem nas cooperativas e associações, e os vínculos de trabalho anteriores eram caracterizados pela precariedade: serviços domésticos sem registro em carteira, trabalho rural, prestação de serviços para empresas terceirizadas, etc.

Quando eu morava no interior eu trabalhava com a família Borges, era babá. Com quinze anos eu comecei a trabalhar aí eu já trabalhava de babá, ficamos sempre nessa família, foi ficando, aí foi morrendo eles, aí a gente foi voltando pra mesma família, aí eu trabalhava de servir café, aí foi acabando e vim pra cá. Eu trabalhei em fábrica, em fabrica de eletrônica Funata, e de lá da Funata eu fui pro Netinho, aí da Netinho fiquei quatorze anos e meio e de lá vim para a Cooperativa. (Maria, Cooperativa Antônio Costa Santos).

A primeira foi na agricultura. Com dez anos a gente já trabalhava porque minha mãe ficou viúva com oito filhos e a mais velha dela com onze anos, e a gente sempre trabalhava, fazíamos ração para dá pra os gados e a farinha, ela ficou viúva muito nova com trinta e cinco anos e meu pai era um senhor de idade (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Eu comecei a trabalhar eu tinha 7 anos, trabalhava na roça com o meu pai era lavrador e quando eu tinha 9 anos vim pra Goiânia e comecei a trabalhar em casa de família. Quando eu tinha 18 anos trabalhei nas Lojas Americanas uns oito anos e depois eu trabalhei em uma loja de quitandas. E daí eu vim trabalhar aqui (Joana, Cooperativa Cooprec).

Eu comecei a trabalhar com uns oito anos, vendia picolé e laranjinha; depois trabalhei de garçom, pedreiro, encanador, eletricista, vários serviços (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

Uma continuidade das atividades exercidas pelos pais dos entrevistados foi um aspecto observado durante as entrevistas. Muitos declararam que os pais, por conta das poucas oportunidades, ensinavam a sua profissão aos filhos. As mesmas dificuldades dos pais se repetem agora para eles, com a única diferença de que agora existem mais oportunidades de trabalho, mesmo que estas estejam muito aquém do necessário para se viver com dignidade. Vale a pena ressaltar que esses trabalhadores se empenham muito para garantir que seus filhos continuem estudando e que se esforcem em aprender uma profissão para que possam ter um futuro diferente.

A questão da migração é um elemento importante no interior dessas iniciativas. A maior parte dos integrantes são oriundos de outras cidades, alguns, migraram para Campinas ou Goiânia ainda crianças e outros depois de adultos, na esperança de encontrar melhores condições de vida e trabalho. Dos vinte entrevistados somente dois tinham nascido nas cidades pesquisadas, os demais vieram de outros estados, sobretudo do Nordeste.

3.5 A VIVÊNCIA DOS TRABALHADORES

A peculiaridade dos empreendimentos de economia solidária reside no fato de ela prover uma reconfiguração na organização e estruturação do trabalho. Essa

novidade é possibilitada principalmente pelo grupo de princípios que conduzem o funcionamento dessas experiências.

A forma como tais princípios interferem na vida cotidiana dos trabalhadores constitui um elemento importante de análise, sobretudo para alcançar o objetivo de considerar a vivência subjetiva dos trabalhadores que fazem parte dos referidos grupos; uma vez que a constituição individual sofre influências do meio social do qual os indivíduos fazem parte (HALL, 2001).

Assim, a parte a seguir neste capítulo, sempre tomando o cuidado para não fazer um mero trabalho descritivo, mas sim tentar alcançar o conhecimento deste objeto, será dedicada para identificar a existência desses princípios nas experiências pesquisadas e quais são as apropriações e experiências que eles possibilitam aos trabalhadores.

3.5.1 Solidariedade

A idéia de solidariedade é entendida aqui como algo que transcende as necessidades individuais. Considera-se então, que as soluções dos problemas individuais requer a consideração dos problemas coletivos. A interdependência humana é aqui fundamental e a solidariedade é a base principal sobre a qual se erguem esses empreendimentos.

Várias entrevistas apontaram que a solidariedade nestas experiências transcende a esfera do trabalho; ela alcança a dimensão das vivências, das dificuldades e das emoções da vida cotidiana. Os trabalhadores experienciam um nível de integração no trabalho dificilmente encontrado nas práticas tradicionais de trabalho.

É, porque a gente fica no dia a dia vendo a luta um do outro, porque cada um está aqui não é por acaso; é lógico que é importante, mas não é por que querem, os que não saíram ainda é porque está com garra mesmo, porque precisa do dinheiro. Aqui todo mundo mora de aluguel, ninguém tem casa. Então é essa força, essa união da turminha que ficou aqui que está levando essa cooperativa (Valdete, Cooperativa Cooprec).

Não é todo mundo que se abre, mas tem os mais próximos. Alguém chega e fala: oh! Fulano lá em casa tá acontecendo isso e isso; então eu vou te falar uma coisa: você faz isso que as vezes resolve (Francisca, Cooperativa A. Ambiental).

Toda a vida eu gostei de ajudar as pessoas eu me sinto bem. Eu acho que a Cooperativa não me realiza financeiramente, mas ela me realiza

espiritualmente. Então eu consigo viver muito bem dentro do que eu faço, eu gosto demais daqui, então meu marido às vezes fala assim “eu não sei o quê tem dentro daquela Cooperativa não”... Eu acho que tem um sentimento muito grande dentro da Cooperativa, porque eu quero que ela cresça e que pessoas que não tenha oportunidade lá fora tenham aqui dentro.... A Cooperativa já tem isso o que ela pode fazer para contribuir com você. Se você chega: “não tô dando conta de pagar as minhas contas”, a Cooperativa estuda uma maneira de ajudar aquele indivíduo, então essa parte eu acho que é muito diferente (Joana, Cooperativa Cooprec).

Sempre tem aqueles problemas em casa, e a gente fala para o colega dá aquele apoio. Então a gente nunca deixa aquela pessoa com o problema na casa, a partir do momento que ele fala é sinal que ele está pedindo um pouco de ajuda, a gente tem sempre que ajudar com palavras ou com outra necessidade, assim que a gente pode, mas nunca deixa a pessoa na mão (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Nós costumamos conversar muito sobre o trabalho que é importante, através da reunião e saber também como que é que está se passando a família, a esposa, os filhos, então o quê nós conversamos é como se tivesse dentro da nossa casa com a família, tirando, por exemplo, o trabalho, porque primeiro chega no início do trabalho passa as coordenadas o quê é mais importante pra fazer durante o dia e depois é preocupar com os colegas de trabalho pra vê se está tudo bem e tal (José, Cooperativa Cooprec).

Dentre tantos outros aspectos, a prática da reciprocidade é o elemento maior de diferenciação entre a economia solidária de outras iniciativas informais de trabalho, cujo traço fundamental é a formação de pequenos projetos individuais. O trabalho associado proporciona a emergência de práticas de solidarismo entre quem divide o mesmo espaço cotidiano e os mesmos compromissos com o empreendimento do qual fazem parte.

3.5.2 Autogestão

A autogestão, um dos princípios mais importantes da economia solidária, pode ser entendida a partir da idéia de autonomia institucional. Tal fato significa que as iniciativas são independentes em relação à possibilidade de qualquer tipo de controle por parte de outras instituições. Esse princípio possibilita o rompimento com qualquer espécie de heteronomia que produz indivíduos conformados e cerceados em sua liberdade e criatividade.

Para Albuquerque (2003) a autogestão está relacionada com um coletivo que tem a função de conceber e gerir os processos de trabalho. Ademais, ela abrange outros aspectos, tais como o político, os técnicos, os sociais, dentre outros.

A autogestão não impede sua interdependência em relação a outras organizações sob forma de parcerias. Já que uma das condições de fortalecimento

e integração desses grupos é a criação de redes entre eles, o que possibilita a troca de produtos, a partilha de experiências, dos saberes e das vivências.

A prática da autogestão se configura como um dos maiores desafios na *práxis* da economia solidária, o que possibilitaria a formação de trabalhadores que se sintam livres para criar suas próprias leis, e capazes de controlar a gestão e organização do trabalho no qual se inserem. A dificuldade de se ter sucesso na autogestão pode ser explicada pelas barreiras impostas pelos limites dos saberes disponíveis, pelos distintos graus de envolvimento dos trabalhadores e pelos resquícios das práticas heterônimas que ainda se configuram como referência nas ações dos trabalhadores dessas iniciativas (LIMA 2005; HOLZMAN, 2001).

Nos grupos pesquisados foi possível perceber que muitos trabalhadores desconhecem os preceitos da autogestão ou não se identificam com os mesmos, pois, muitos deles foram trabalhadores assalariados e sentem dificuldade de assumir a posição de co-proprietário do empreendimento, destarte, de cumprir com autonomia sua responsabilidade de viabilizar a cooperativa ou associação.

Entretanto, existem aqueles, sobretudo os que tiveram uma formação acerca dos princípios, que reconhecem os benefícios da autogestão sobre o empreendimento e se empenham para o progresso do mesmo. Na maioria dos casos estudados, esses trabalhadores possuem algum posto eletivo dentro da cooperativa.

Aqui a gente tem que organizar tudo. É muito difícil mexer com gente, porque o pessoal aqui entrou com a mentalidade de empregado, aí para você mostrar que eles são donos, que eles precisam assumir de verdade... até hoje todo mundo não assumiu. Eles têm, assim, uma mentalidade meio de empregado. Então é difícil, porque tem hora que você tem que abraçar de frente mesmo, todo mundo... Se tem que ficar mais tarde: ah mais eu quero hora extra, eu vou fazer isso eu tenho que embora. O pessoal ainda não entendeu que é dono e que tem que tomar conta mesmo, não é só uma, duas pessoas não. Porque a diretoria está aqui só para direcionar algumas coisas, não é mandar. Então está faltando está conscientização do pessoal. É bem diferente (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Porque aqui nós não somos empregados, nós somos donos do nosso negócio. Então pra mim já era um grande passo quando eu entrei na Cooperativa, pensar que eu não ia ser subordinado de ninguém, subordinado ao meu trabalho que eu tinha que fazer junto ao grupo... Então a partir do momento que você entra na empresa e é o dono a sua mentalidade muda muito, porque você nunca imagina ser um patrão, e de repente você entra numa empresa e sem mais nem menos você passa a ser patrão, então basta você seguir as normas, os estatutos e o regime da empresa você passa a compreender que a diferença é muito grande, as

vezes eu me pergunto: “porque você não entrou nesse mais antes” (José, Cooperativa Cooprec).

Eu vejo, porque aqui não tem aquela coisa de patrão (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida).

Aqui a gente não tem um patrão, a gente aqui é dono do negócio, porque somos cooperados, temos liberdade, para resolver alguma coisa fora é só avisar para o pessoal sair e resolver, então tem liberdade mesmo (Mariana, Cooperativa Cooprec).

Nesse ponto, considero importante falar sobre o papel das instituições de referência, pois elas não têm a função de gerir o empreendimento, mas sim o de contribuir com a formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que os trabalhadores possam viabilizar o empreendimento. Isso muitas vezes não é bem compreendido e esse acompanhamento acaba gerando dependência e tutela.

Nos grupos pesquisados, os associados reconhecem a importância dessas instituições, sobretudo na organização estrutural e na formação, mas enfatizam que são eles (trabalhadores) os responsáveis pela gestão do empreendimento, embora não se identifiquem muito com este princípio. Muitos consideram o fato de não ter patrão um ponto muito positivo do trabalho associado, só que esta percepção acaba ficando somente no âmbito do discurso, salvo as exceções assinaladas.

3.5.3 Participação e democracia nas decisões

Como já se considerou, um dos pressupostos da economia solidária é a democracia nas decisões referentes à administração e organização do trabalho. Em todos os grupos pesquisados, as decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto dos trabalhadores em reuniões e assembléias realizadas com certa regularidade.

As entrevistas revelam que essa prática não é isenta de tensões, devido às opiniões e posicionamentos divergentes, mas importa lembrar que esses conflitos, como apontam Sato & Esteves (2002), indicam que existe vida ativa no grupo e que o debate público é bem quisto. Importa ressaltar o fato de que, ainda que haja conflitos, o princípio democrático é respeitado, prevalecendo no final à decisão da maioria.

Com certeza. Eu acho assim que o carinho que os cooperados têm um com outro é diferente de uma empresa privada. Eu já trabalhei em várias empresas privadas e a gente vê, por exemplo, a coisa que eu gosto muito, por exemplo, é nós vamos para Assembléia e a gente quebra o pau, briga até chegar nossos objetivos, e depois que chega nos objetivos, mesmo que nem todos tenham aprovado aquilo, se um não concordou a gente sai de lá e volta tudo ao normal. O que a gente discutiu dentro da Assembléia e virou um conflito ela fica lá dentro da Assembléia, então isso pra mim é diferente (Valdete, Cooperativa Cooprec).

A gente explica que ganha é a maioria. Não tem como a pessoa chegar e achar que vai ser diferente; tudo é resolvido em grupo. E quando entra aqui a gente já explica que é desse jeito. Mas mesmo explicando e tudo, ainda tem essas divergências, mas a pessoa tem que acabar aceitando (Ana, Cooperativa A.Ambiental).

A administração acaba resolvendo, acaba convencendo. Tem sempre um que acha que não dá certo, mas tem dois, três que acha que vai dá certo. Tem que ficar com a maioria (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida).

Em Assembléia, a gente faz a Assembléia e faz a votação, às vezes a diretoria tem uma idéia e leva essa idéia para a Assembléia aí decide por votação (Rosa, Cooperativa Antonio Costa Santos).

A gente reúne a COOPREC são treze pessoas que faz parte da direção que é o conselho administrativo, conselho fiscal, então do administrativo a gente tira três diretores e ficam sete fiscais. Aí os diretores prestam conta para o conselho fiscal e administrativos e eles prestam contas para Assembléia, todo mês a gente faz uma prestação de conta do que entrou do que saiu, do que a empresa está passando e do que ela precisa para continuar e é tudo decidido em reunião (Dalva, Cooperativa Cooprec).

O trabalho em grupo eu acho muito bom. Porque sozinha você não consegue fazer, mas se junta dois, três o trabalho em grupo fortalece muito. A gente já teve vários exemplos de unir as forças e o trabalho sair totalmente melhor do que duas pessoas fazendo. Não tem nem o que discutir. Até lá na catequese, na casa da gente quando a gente trabalha em grupo... Agora tem a questão do consenso se tiver trabalhando em grupo e tiver um puxando de um lado e outro puxando pra outro, mas depois da discussão e você chega ao divisor comum não tem coisa melhor (Joana, Cooperativa Cooprec).

Quanto à percepção dos trabalhadores em relação à participação nas decisões as entrevistas apontam um paradoxo: por um lado, percebe-se um conjunto de trabalhadores que não gostam de participar dessas discussões, alguns por acharem que com nada podem contribuir. Outros, ainda, por excesso de timidez ou desinteresse em relação aos aspectos ligados à cooperativa ou à associação da qual fazem parte e por partilharem a opinião de que não podem parar a produção, pois isso significaria menores rendimentos, para decidir questões que eles consideram simples e de ordem prática.

A maioria quer vir e ganhar o seu dinheiro e pronto, não quer se envolver em reunião, não quer saber de nada. A gente procura as pessoas que querem participar e que estão há mais tempo já (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida).

No dia da reunião “tem que ir na reunião” “mas eu não quero ir” “mas tem que ir” aí eu venho e fico ali. Quando precisa da minha palavra eu estou pronto pra falar. (Joaquim, Cooperativa Cooprec).

Acho muito ruim decidir em grupo, porque lá na aldeia a gente fazia tudo em grupo, mas aqui é mais difícil, as pessoas não tem muito a ideia de cooperação, eles acham que é uma empresa, tem que ter hora extra, tem que ter isso, aquilo, cooperativa, pelo nome é cooperar, se eles trabalham desse jeito é cobrar, não foi preparado, não tem a informação (Francisca, Cooperativa A, Ambiental).

Por outro lado, alguns gostam de participar e se sentem importantes por poderem contribuir para com o crescimento e o desenvolvimento da cooperativa, consideram as assembléias e reuniões lugares privilegiados para o exercício da democracia e, além disso, sentem-se valorizados, uma vez que comparam essa realidade com as de seus trabalhos anteriores em que os mesmos não tinham voz.

Aqui tem cooperado que sente muito importante, participa de várias palestras, eu mesmo é que não vou, hoje mesmo tem a colega na Exposição. Então tem muita coisinha boa aqui dentro (Valdete, Cooperativa Cooprec).

A partir do momento que você sabe e tem conhecimento e que vem outras pessoas perguntar pra você e você sabe responder, sem ter que ir lá na direção. Então é bom a gente tá por dentro em tudo, porque aí você sabe onde está precisando para tá ajudando e tá colaborando (Dalva, Cooperativa Cooprec).

Além disso, as entrevistas mostraram um fato importante a ser observado, o de que algumas vezes a prática democrática ultrapassa os portões do empreendimento e se estende para a esfera privada. Algumas mulheres relataram que começaram a manifestar o interesse em participar das decisões relativas à esfera privada e até mesmo na comunidade da qual fazem parte. Elas consideram esse um ponto muito positivo, embora eivado de conflitos, sobretudo por resistência de seus companheiros que encontram dificuldades em aceitar e entender a mudança no comportamento de suas companheiras.

Às vezes ele fala: “eu ou a Cooperativa”, aí eu falo: então arruma suas malas bem! Troco de marido, mas não troco de cooperativa (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida).

Então eu consigo viver muito bem dentro do que eu faço, eu gosto demais daqui, então meu marido às vezes fala assim: eu não sei o quê tem dentro daquela Cooperativa não...(Joana, Cooperativa Cooprec).

3.5.4 Igualitarismo

O aspecto do igualitarismo foi algo recorrente nas falas dos entrevistados, tanto no que diz respeito à remuneração, quanto em relação a outros aspectos referentes à organização do trabalho.

Em algumas cooperativas, como por exemplo, a A. Ambiental, os excedentes são distribuídos de forma igualitária entre todos os membros do grupo, salvo aqueles que tiveram faltas não justificadas no decorrer do mês.

Em outra cooperativa, como a Nossa Senhora Aparecida, a divisão dos excedentes se dá em função da produção de cada membro. Assim, os que têm maior disponibilidade e podem trabalhar mais horas por dia, ou os que têm maior presteza na execução das atividades acabam ganhando um pouco mais. Mas tal fato é concebido pelo grupo como uma questão de justiça, ou seja, quem trabalhou mais deve, por consequência, receber mais. E o fato de alguns membros terem remuneração diferenciada não resulta em privilégios na hora da tomada de decisões de assuntos pertinentes ao grupo.

Um ponto em que não foi constatada a existência da pretendida igualdade foi na área da formação. Isto se deve ao baixo nível de escolaridade dos associados e da inexistência de programas educativos no interior dos empreendimentos. Assim, o conhecimento de saberes que possibilitem a gestão, será sempre privilégio de poucos.

3.5.5 Cooperação e organização no trabalho

No tocante à organização do trabalho, foi possível perceber vários pontos importantes além dos tratados anteriormente. O primeiro deles é que o trabalho é repetitivo e parcelar, entretanto, existe um compartilhamento de saberes, e essa prática possibilita o conhecimento de todo o processo de produção por parte dos trabalhadores; o que proporciona também a eficácia da prática da cooperação.

Julgo oportuno lembrar que essa é uma das grandes diferenças apontadas pelos entrevistados em relação às experiências tradicionais de trabalho em que eles

não tinham conhecimento de todo o processo de produção. A responsabilidade pelo funcionamento, pela qualidade e organização da produção é coletiva.

Embora tenham que atender às demandas da produção, os trabalhadores não executam suas atividades em um ritmo frenético; não são expostos a duras pressões, mas reconhecem a necessidade e a importância de cumprir com os compromissos assumidos, pois deles dependem o pagamento no final do mês. Neste ponto, foi possível observar que se incentiva o controle mútuo no processo de produção, o que favorece o senso de responsabilidade entre os associados.

Quanto à utilização dos materiais de proteção, sobretudo nas cooperativas de reciclagem, foi possível perceber uma resistência por parte dos trabalhadores em fazer uso de tais equipamentos. Na maioria das cooperativas visitadas percebi a existência desses equipamentos, contudo poucos fazem uso dos mesmos de maneira plena.

Uma parte negativa que eu acho é a questão, por exemplo, dos cooperados não se prevenir não gostar de usar a máscara, então eles têm uma resistência imensa em usar os materiais de segurança; às vezes a gente cobra isso deles e eles acham que é só pegar no pé, mas a gente sabe que é um ponto muito negativo, porque isso mais tarde pode contribuir para a saúde dele (Mariana, Cooperativa Cooprec).

A luva eles usam e não tem muita dificuldade não. Eles têm muita dificuldade é com a máscara, porque esquentam, e eles gostam muito de conversar e atrapalha conversar, eles têm mais dificuldade de falar com a máscara (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

3.5.6 Compromisso Social

Outro importante pressuposto da economia solidária é o do compromisso social. A partir disso, espera-se que tais iniciativas desenvolvam práticas que demonstrem sua preocupação e envolvimento com a comunidade local.

Foi possível perceber, na pesquisa realizada, um movimento, mesmo que modesto, com a comunidade. Os entrevistados das cooperativas de reciclagem afirmaram, em seus relatos, que suas atividades, independente de qualquer outra prática, beneficiam a comunidade, uma vez que protegem o meio ambiente. Na cooperativa Nutrvida, a responsabilidade com a comunidade foi entendida pelos entrevistados como uma forma de oferecer para os moradores do bairro produtos com preços bem acessíveis e de acolher mulheres que necessitam aprender alguma atividade que proporcione a elas alguma espécie de rendimento.

Uma das cooperativas que ganha destaque na incorporação deste princípio é a Cooprec. Ela atua de maneira direta com a comunidade e é fortemente dependente do apoio e do envolvimento da mesma. Como foi dito atrás, os cooperados atuam no sentido de promover a educação ambiental nas casas e escolas do bairro, promovem eventos educativos na cooperativa que envolvem, sobretudo as crianças.

Os próprios cooperados são os primeiros beneficiados com o desenvolvimento da consciência ambiental apreendida pelos moradores do bairro. Assim, constrói-se uma via de mão dupla, pois de um lado existe a aquiescência e a colaboração da comunidade e, por outro, é perceptível o retorno que o grupo oferece para a comunidade pela via da educação e conscientização ambiental e por oferecer oportunidades de trabalho.

Portanto, pode-se inferir que essas iniciativas podem ativar circuitos de ação que envolvem a comunidade, sobretudo pela via da conscientização ambiental, inclusão social e geração de emprego e renda. A perspectiva do compromisso social está fortemente contida neste ponto e acarretaria mudanças na identidade dos trabalhadores, que sentem satisfação em saber que o trabalho executado colabora para com o bem estar da comunidade.

Chama a atenção o fato de que em nenhum dos empreendimentos pesquisados foi constatada a existência de espaços formativos para o debate dos princípios acima discutidos. Isto aponta para a necessidade, cada vez mais urgente, de se criar dentro dos empreendimentos uma cultura voltada para os valores autogestionários entre os trabalhadores.

3.5.7 A (IN) SATISFAÇÃO COM O TRABALHO

Nem tudo são flores nos empreendimentos estudados. A heterogeneidade é uma característica importante, não só no tocante a diversidade de atividades, mas também no nível de satisfação e realização pessoal proporcionado pelo trabalho.

Se por um lado, existem trabalhadores que se sentem satisfeitos no trabalho associativo, por outro há aqueles que se sentem envergonhados de fazer parte desses grupos de trabalho e explicitam que estão ali porque não conseguem lugar

no mercado de trabalho, além de enfatizar que, quando tiverem outra oportunidade de trabalho, deixarão o empreendimento.

A partir dos relatos analisados nas entrevistas, essa insatisfação pode ser explicada por uma multiplicidade de fatos que também são parte do cotidiano dessas experiências de trabalho. A precarização do trabalho representada, principalmente, pela ausência de direitos, é uma das principais responsáveis pelo incômodo dos trabalhadores de fazerem parte dessas iniciativas. Eles relatam a importância de terem a garantia da aposentadoria, da licença maternidade, do auxílio doença, das férias remuneradas e outros direitos constitucionalmente concedidos aos trabalhadores.

Algumas cooperativas, predominantemente as da cidade de Campinas, se organizaram a fim de pagar o INSS e garantir alguns direitos a seus trabalhadores. Não obstante, essa realidade é muito restrita, pois a maioria das cooperativas ou associações, como, por exemplo, as organizadas na cidade de Goiânia, não possuem essa prática e os trabalhadores se sentem desprotegidos. A ausência do registro em carteira é motivo de muito sofrimento para alguns trabalhadores.

Eu ainda tô na COOPREC porque eu gosto mesmo de tá trabalhando, mas assim na parte familiar muitas pessoas falam: “Menina você tem que procurar outro emprego, tem que assinar carteira que aqui não tem”. Isso aí eu não tiro a cobrança não, porque a gente tem que ter mesmo, a gente tem que pensar que ter uma aposentadoria, doença; na COOPREC a gente não tem essa realidade, então eu estou perdendo assim muito, mas estou ganhando experiência. Mas em casa todo mundo fala “vai procurar outro serviço de carteira assinada e tal tá perdendo tempo ali”. Então assim, em vista do que a gente recebe de crítica a gente recebe elogio também (Dalva, Cooperativa Cooprec).

Os baixos rendimentos são também outro motivo de preocupação dos trabalhadores; boa parte das entrevistas, sobretudo dos trabalhadores de Goiânia, revelaram essa realidade. Das iniciativas pesquisadas, os rendimentos variam mensalmente, em Goiânia, de 100 a 450 reais, e, em Campinas, de 120 a 650 reais. Tal fato acompanhado da instabilidade desses ganhos gera ansiedade e preocupação, pois, como já foi apontado antes, a renda adquirida com o trabalho na cooperativa é que garante o sustento da família.

Aqui um ponto negativo é a dificuldade financeira. A gente trabalha, trabalha e chega no final do mês não tá dando nem um salário, então isso pra mim é um ponto negativo (Valdete, Cooperativa Cooprec)

Eu falo assim: naquela época... Agora a gente faz assim o valor é tanto deu 4,00, naquela época, que a gente começou, a gente fazia assim: somava tudo e vendia tudo e a gente falava nossa deu tudo isso! Eu tô dando um exemplo, aí dividia, aí pegava o fundo que tinha que pagar água, pagar luz, os gastos e nós recebíamos o nosso, e tinha que deixar o do fundo, todo mês tinha que deixar o do fundo, porque se tem que arrumar o barracão, a eletricidade é tudo por nossa conta agora, mas agora caiu muito o valor (Maria, Cooperativa Antônio Costa Santos).

Não, lá só era melhor por que completava um mês eu já recebia o meu salário, né? Aqui a gente pega, mais é assim picado não é o salário fixo (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

A gente vende e as pessoas prometem vir pagar e depois não vem; quando a gente recebe não recebe tudo de uma vez, a gente pega os pouquinhos e os pouquinhos que nós recebemos a gente divide. Mais não é por mês não é por semana, sempre quando alguém vai pagar cada um recebe o mesmo tanto (Sônia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Sinto, pois eles fazem pouco caso porque a gente ganha menos. Mexe com lixo e ainda ganha pouco dinheiro. Quando a gente está em um grupo, mesmo eles tratando com o respeito a gente vê que é diferente. Mas isso vai demorar acabar (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Algumas características importantes, diretamente associadas aos rendimentos e à administração do empreendimento, são a vulnerabilidade e a instabilidade dessas iniciativas que, a qualquer momento, podem fechar suas portas sem condições de oferecer o mínimo de apoio ao trabalhador.

A pesquisa de campo e o contato próximo com os trabalhadores possibilitaram perceber que as instituições de referência são fundamentais para a viabilidade do empreendimento. A partir desta consideração, foi possível encontrar Cooperativas que têm apoio factual de suas incubadoras, como é o caso da Cooprec. Em contrapartida existem aquelas que passaram pelo processo de incubação quando abriram suas portas, mas depois foram abandonados à própria sorte, como retrata os relatos das entrevistas dos trabalhadores da Cooperativa A. Ambiental. As promessas não cumpridas fazem com que os trabalhadores descreditem na viabilidade do empreendimento.

Só mesmo a situação nossa que tá um pouco precária se melhorar vai ser muito bom. Se Deus abençoar que o projeto dá certo vai ser bom. ...como eu disse é de longo prazo, vai ser demorado. Vamos aguardando (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

Foi a ilusão, chegaram na minha casa, era universidade, Banco do Brasil, era um domingo, queriam porque queriam montar essa cooperativa, eles me acharam e eu achei problema, antes eu passeava, tinha dinheiro para levar minha filha no congresso, comia bem, hoje eu devo dois meses de aluguel e

não aparece um deles para perguntar o que eu estou precisando, antes eu era dona de mim, hoje eu não consigo nem comprar os meus remédios, agora eu vou viajar, para Aparecida do Norte, pedir ajuda, quando voltar, vou procurar um advogado para resolver tudo isso (Francisca, Cooperativa A. Ambiental).

Outra face desta insatisfação é a do preconceito. Algumas entrevistas revelaram, sobretudo as realizadas nas cooperativas de reciclagem, que os trabalhadores se sentem vítimas de preconceito manifestado por parte de alguns segmentos da comunidade ou até mesmo por parte de seus próprios familiares, pelo fato de trabalharem com material reciclável, considerado por muitos como lixo. Esse fato gera certo desconforto e está entre os principais motivos que geram a insatisfação com o trabalho por eles realizado.

Um dos negativos é o preconceito, né, ganhar pouco e o preconceito. A própria família fala: ah, mais você estudou e por que você está fazendo isso? Eles não entendem que não é negocio de estudo é muito mais do que estudar, porque eu não quero ser professora, nunca quis e ser professora só por ser para mim não dá. Então, um dos pontos negativos é que as famílias ficam julgando a gente e achando que a gente tinha que fazer outra coisa; eles não entendem a visão da gente aqui (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Com certeza, pois o pessoal vê a gente como lixeiro, pois não foi trabalhado com o pessoal o que é o material reciclável, então eles vêem a gente como lixeiro. Tem um preconceito muito grande ainda, mas não me abala (Joana, Cooperativa Cooprec).

Do mesmo jeito, só que tem aqueles que acha assim por exemplo, o nosso trabalho pouco diferente. A gente já recebeu aqui várias visitas de outras entidades, universidades e escolas. Então tem aqueles que olham a gente por cima da gente, então eu acho que tem um pouco de dificuldade de entender. Mas assim, eu acho o nosso trabalho um pouco diferente, porque a gente trabalha com o lixo. Então, o lixo gera na casa da gente e a gente vem pra cá e tenta processar ele, transformar ele em outros produtos. A gente fala que é diferente... Eu falo que é igual... Mas é um pouco diferente na cabeça de cada um. (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

Neste ponto é possível incorporar o conceito de trocas corretivas desenvolvido por Goffman (apud NUNES, 2005). Tal expressão consiste em estratégias, que podem ser verbais ou não-verbais, utilizadas pelos indivíduos para minorar ofensas e insultos decorrentes do que estão fazendo ou dizendo. Tais táticas são os meios pelos quais os indivíduos mudam a direção ou o foco de suas ações. No caso em análise, os trabalhadores enfatizam e justificam a importância social e ambiental do trabalho que executam para amenizar o desconforto causado pelas inúmeras manifestações de preconceito.

Assim, mesmo com a demonstração da insatisfação diante do trabalho na cooperativa, foi possível perceber que, ressaltando a existência de alguns casos, os cooperados não deixariam a cooperativa caso tivesse outra oportunidade de trabalho. Tal fato pode ser corroborado a partir das respostas à seguinte pergunta contida no roteiro de entrevistas: “Você deixaria a cooperativa/associação caso tivesse outra oportunidade de trabalho?”

Negativo... Pelo trabalho, pelas as amizades que a gente tem aqui, entendeu? Eu não vou falar que toda dia é mil maravilha, mar de rosas; sempre tem problemas, mas assim, fora a minha casa aqui é a minha segunda família. Não sei, sabe? Entrou dentro de mim, não sei explicar (Rosa, Cooperativa A. Costa Santos).

Não. Só quando ela fechar mesmo e não tiver mais jeito. É porque a gente não tá tirando um salário. Eu não sairia daqui por menos de dois salários lá fora de jeito nenhum. Porque eu prefiro ganhar menos fazendo aquilo que eu gosto, do que ser submetido a outro tipo de trabalho (Valdete, Cooprec Cooprec).

Eu me sinto bem aqui, eu gosto daqui, eu não pensei em sair não. Se a gente sair esses panos de retalho ficam tudo as dó, e a gente faz uma as coisas que o pessoal gosta, que o pessoal não sabe fazer (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Não. Só quando eu perceber que ela está lá no topo ou ela fechar as portas, eu até pretendo sair da Cooperativa. Eu penso assim meu pensamento “que a Cooperativa tem que buscar meios pra reestruturar, voltar ela como ela era e ter pessoas para dirigir, aí eu vou sair, porque tá na hora de parar mesmo, porque esse trabalho de direção cansa, o financeiro, então eu quero sair dela sim. Então tem dois momentos ou eu posso sair dela se ela fechar as portas ou posso sair dela quando ela tiver bem. Eu não quero sair e deixar ela com dificuldades tocando, eu quero sair e deixar ela bem. É um trabalho nosso do bairro que a gente construiu junto (Mariana, Cooperativa Cooprec).

Eu não saio daqui não! Pra sair daqui para trabalhar de doméstica eu não saio daqui de jeito nenhum! Eu acho que nem para trabalhar de outro emprego, eu prefiro aqui mesmo, eu já tô acostumada (Marilda, Nossa Senhora Aparecida)

Não, eu estou satisfeito com o trabalho aqui. Aqui eu não preciso pegar ônibus, é uma grande vantagem, pegar ônibus já é um chute, pelos menos por enquanto eu prefiro ficar aqui mesmo (Joaquim, Cooperativa Cooprec).

Não, eu nunca penso em sair da Cooperativa, porque é o seguinte eu me sinto sobrando lá fora. Porque eu me sinto muito a vontade na Cooperativa, eu sei que lá fora eu não vou ficar muito à vontade. Porque aqui padronizou o trabalho. Às vezes no trabalho que eu entrei não acreditando, agora que eu acredito eu me apego muito a Cooperativa. Eu acho que não consigo ter aquele padrão lá fora que eu tenho aqui na Cooperativa (José, Cooperativa Cooprec).

A partir das falas supracitadas, é importante perceber que apesar das dificuldades, apontadas pelos próprios trabalhadores, do trabalho solidário, eles ainda querem continuar no empreendimento. Convém ressaltar que, mesmo os que disseram que sairiam da cooperativa, dizem mudar de idéia caso a situação melhorasse. Convém lembrar, mesmo que não tenha ficado explícito nos discursos, que apesar de tudo, essas pessoas têm consciência de sua pouca qualificação e escolaridade, o que dificultaria e muito para elas encontrar postos de trabalhos qualificados. Assim, é melhor ficar na cooperativa, não por razões político-ideológicos, embora alguns discursos apontem para isso, mas pelas mesmas razões que os motivaram entrar no empreendimento.

É de fundamental importância salientar que a constatação acima não pode ser considerada de forma genérica, embora seja uma tendência, até porque estas experiências são muito diversas, o que torna inviável empreender tal postura. Tal argumento se justifica porque existem casos que merecem ser destacados, como, por exemplo, o de uma trabalhadora da Cooprec que conseguiu aprovação em um concurso público e fez todo o esforço necessário para continuar desempenhando suas atividades na cooperativa. Tal cooperada trabalha pela manhã na cooperativa e à noite é secretária em uma escola. Este fato é um exemplo importante de pessoas que se identificam com o trabalho neste empreendimento por outras questões que vão além das pretensões econômicas.

3.6 IDENTIDADE É MOVIMENTO: O CONTEXTO DA TRANSFORMAÇÃO

Após a análise da percepção dos trabalhadores e sobre a concepção e organização das atividades desenvolvidas nas iniciativas de economia solidária, objetiva-se traçar apontamentos sobre como estes aspectos repercutem na subjetividade dos trabalhadores que nela atuam.

Diante disso, retoma-se, especialmente, o referencial teórico proposto por Claude Dubar para refinar as análises aqui contidas, construir explicações e reiterar o objetivo de entender como os trabalhadores reestruturam suas identidades frente à nova forma de organização do trabalho proporcionada pela economia solidária.

De acordo com os representantes da corrente interacionista a identidade é construída a partir das interações sociais que são engendradas durante toda a vida da pessoa. Assim sendo, identidade não é um fator natural nem estático, mas, ao

contrário, é um aspecto de todo social e depende da cadeia de interações, símbolos e sentidos ao qual o indivíduo está imerso (BERGER & LUCKMANN, 2003).

A partir desta compreensão, pode-se entender os empreendimentos de economia solidária não só como uma oportunidade de trabalho, mas também como a possibilidade de inserção em uma teia de sociabilidade que propicia mudanças em outras dimensões da vida. Conforme já se considerou, os trabalhadores pesquisados estavam imersos em situações que lhe causavam sofrimento, vergonha e falta de expectativa frente ao futuro, pois essas são as desastrosas conseqüências do desemprego.

Assim, cabe demonstrar em que medida o novo cotidiano de trabalho, proposto pela economia solidária teceu novas identidades ou novos jeitos de ser, viver, trabalhar e relacionar pois, como enfatizou Anselm Strauss, as instituições têm um papel fundamental na transformação identitária.

Partindo dos pressupostos teóricos de que a identidade é algo que se modifica de acordo com as vivências e experiências dos indivíduos, será importante observar, a partir dos resultados empíricos, quais foram às mudanças identitárias observadas e/ou quais as formas identitárias que surgiram, para utilizar as percepções teóricas de Claude Dubar, a partir das trajetórias individuais dos trabalhadores conjugada com a vivência possibilitada por esta nova forma de organização de trabalho.

Este é um ponto fundamental do processo investigatório, pois como nos lembra Dubar, a identidade dos indivíduos não se circunscreve somente ao mundo do trabalho, mas também a todas as outras experiências vivenciadas por eles em outras dimensões da vida. Assim, procurou-se, no processo investigativo, além de analisar as percepções sobre o trabalho no empreendimento, considerar também a trajetória da vida dos entrevistados.

Um dos principais problemas enfrentados pelos grupos pesquisados é o resquício das relações anteriores dos cooperados com o mundo do trabalho. De um modo geral, a cultura do sistema produtivo tradicional é o que se constitui como referência para a maioria dos trabalhadores pesquisados, pois eles sempre desempenharam suas atividades a partir de uma lógica verticalizada, ou seja, com hierarquias rígidas que exerciam o poder de cima para baixo (SINGER, 2000). O rompimento com esse modelo hierarquizado não é um processo fácil, dadas as experiências anteriores de vida e, principalmente, devido ao processo de

socialização para o trabalho a que eles foram submetidos, desde a tenra idade, como foi demonstrado atrás.

Este fato pode explicar a dificuldade de se encontrar nas iniciativas a presença de práticas que contenham integralmente os valores autogestionários, em que novas formas de decidir e trabalhar são colocados em exercício pelos trabalhadores, pois isso se configura para eles como uma espécie de choque cultural. Vietez e Dal Ri (2001) corroboram esta constatação, pois seus estudos demonstram que o paradigma desenvolvido pelas empresas capitalistas ainda persiste nos grupos que se querem autogestionários. Os autores afirmam que alguns cooperados solicitam a inserção de instrumentos de controle, comuns ao período Taylorista-Fordista. O relato abaixo demonstra um pouco essa característica:

eles acham que é uma empresa, tem que ter hora extra, tem que ter isso, aquilo. A cooperativa, pelo nome é cooperar, se eles trabalham desse jeito é cobrar, não foi preparado, não tem a informação (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Soma-se a isso a ausência de uma formação e de um conjunto de práticas que possam levar os cooperados a vivenciarem os benefícios dessa nova forma de se relacionar com o trabalho.

Entretanto, foi possível perceber que, a cada dia, novos acontecimentos e significados são adicionados à vida cotidiana dos trabalhadores e isso se deve à própria dinâmica do trabalho associativo; a cada nova experiência as mudanças vão se fazendo presente não só na dimensão objetiva, mas também na subjetiva (STRAUSS, 1999).

Com base nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que mudanças substanciais não são, pelo menos em um primeiro momento, percebidas pelos trabalhadores, mas a partir do discurso dos mesmos vão aparecendo novos traços em suas subjetividades. Um dos aspectos importantes desta constatação é que, aos poucos, os trabalhadores foram percebendo que a coesão do grupo é a condição *sine qua non* para se alcançar o sucesso²⁸ no trabalho autogerido. Esta coesão não consiste somente em uma interdependência pragmática entre indivíduos que

²⁸ A palavra sucesso aqui não se refere exclusivamente ao aspecto financeiro, mas também a outras dimensões do trabalho que são característicos do associativismo, tais como, a igualdade, a democracia nas decisões, a atuação, etc.

dividem o mesmo local de trabalho. Trata-se de um envolvimento constante, pois, mesmo com a relutância de alguns, foi possível perceber que as decisões são tomadas em conjunto, existe uma partilha das percepções e dos sentidos do trabalho, das expectativas em relação ao futuro, um compartilhamento da insatisfação com o trabalho e com os resultados do mesmo, dentre outros fatores.

Foi possível perceber que um senso de coletividade aos poucos vai sendo construído, e proporcionando as bases necessárias para a constituição de novos traços identitários individuais (STRAUSS, 1999). Haja vista que esta coesão não foi construída sem conflitos e contradições, mas é estabelecida a partir de um esforço constante de se fazer negociações, acordos e parcerias.

Este aspecto casa-se com a constatação feita por Trajano e Carvalho (2003) de que a construção de uma cultura solidária e autogestionária não ocorre sem as presenças constantes dos antagonismos, das rupturas e contradições. Tal argumento se sustenta pela constatação empírica de que nem todos os trabalhadores que estão envolvidos nestas experiências compreendem integralmente o processo no qual estão envolvidos. A respeito disso foi constatado que as cooperativas pesquisadas têm dificuldades em elaborar medidas autônomas e democráticas de resolver os problemas e dificuldades que fazem parte do cotidiano dos trabalhadores.

Neste contexto, em que entram em conflitos as formas tradicionais de trabalho e as novidades propostas pela economia solidária, em que a tarefa de socialização para a solidariedade e autogestão é um desafio cada vez mais constante, será feita a tentativa de verificar quais foram as assimilações e a partir disso, quais articulações identitárias foram possíveis.

3.7 A EMERGÊNCIA DA IDENTIDADE COLETIVA FUNDAMENTADA NA SOLIDARIEDADE

Mesmo com as dificuldades em se criar uma cultura de trabalho diversa em relação ao modelo hegemônico, as diferentes situações da vida cotidiana e os distintos modos de trabalhar proporcionadas pelo trabalho solidário, engendram, ainda que paulatinamente, novas maneiras de viver, de se relacionar de compreender o trabalho e, por conseguinte, oferece um tipo de socialização que estrutura novas identidades.

Para analisar essa possível identidade do trabalhador cooperado, parto das proposições teóricas de Claude Dubar que, como foi discutido no capítulo anterior, trata do caráter relacional da identidade; a identidade é constituída a partir de todos os processos de socialização por que passa o indivíduo: os atributos pessoais, o trabalho, trajetória biográfica etc.

Retomando alguns pontos já mencionados da teoria de Dubar (2005) podemos compreender que a configuração de novas identidades ocorre a partir da articulação de dois processos: a identidade para si- que compreende a gama de experiências herdadas, ou seja, a trajetória biográfica - e a identidade para o outro- que consiste nas atribuições pessoais, ou seja, o sujeito se reconhece a partir do olhar do outro. Da conjunção destes dois processos é que as novas identidades emergem. Cada novo processo de socialização, que ocorre durante toda a vida do indivíduo, possibilita uma transformação no campo da identidade.

Assim, seguindo os caminhos apontados por Dubar, utiliza-se o conteúdo das entrevistas e também as observações de campo, para entender as mudanças verificadas na relação dos trabalhadores com eles mesmos (identidade para si) e com os outros, sejam eles familiares, colegas de trabalho, vizinhos etc. (a identidade para os outros), para em seguida analisar qual a tendência identitária pôde ser percebida.

3.7.1 A relação dos trabalhadores com eles mesmos (a identidade para si)

A primeira transformação percebida foi no contentamento daqueles que tiveram uma oportunidade de trabalho, visto que a pouca escolaridade e/ou pouca qualificação profissional dificultava o acesso ao mercado de trabalho. Deste modo, a socialização experimentada na cooperativa constitui-se como uma possibilidade de se afirmarem como trabalhadores pertencentes a um grupo, o que sugere ter favorecido o aumento ou a recuperação da auto-estima, conforme revelam os seguintes relatos:

Voltou a esperança tudinho de novo de fazer alguma coisa, tanto profissional como em casa, eu posso ajudar, pois por mais que eu ganhe pouco, mas eu ajudo em alguma coisa lá , então o ego da gente sobe, a gente fica se sentindo mais útil. (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Eu tenho o maior orgulho de trabalhar aqui, tem muita reportagem da cooperativa por aí, faz com que a auto-estima da gente fica lá em cima, mesmo com as dificuldades que a gente tá passando. Porque tá passando

por muita dificuldade financeira, mas pela a beleza do trabalho que a gente faz a gente sente motivada em fazer (Mariana, Cooperativa Cooprec).

Sou feliz trabalhando aqui, tenho um relacionamento bom com meus amigos. Tenho muitos problemas em casa e aqui posso desabafar, ouvir conselho e sinto bem aliviado; o trabalhos e as conversas com os companheiros me faz sentir melhor. Antes eu estava desempregado, me sentia inútil e não tinha como ajudar com as despesas da casa, agora com o trabalho aqui me sinto mais importante, participo das decisões... (Nilton, Cooperativa Cooprec).

Pra mim é uma opção a mais na vida, às vezes eu saio aqui, por exemplo, vou pra casa e fico ansioso pra chegar a hora de voltar (José, Cooperativa Cooprec).

Além do aumento da estima por si mesmo, foi possível perceber a ocorrência de um movimento em direção à novas expectativas positivas frente ao futuro, uma vez que se trata de pessoas, sobretudo mulheres, que vivem em situação de vulnerabilidade social. Além da geração de emprego e renda, é perceptível o empenho de algumas cooperativas, principalmente a Cooprec, em estimular o desenvolvimento pessoal acolhendo pessoas que não conseguem uma oportunidade de reinserção pelos mais variados motivos, como demonstram as falas abaixo:

A Cooperativa, o intuito dela é trabalhar o social e o ser humano e a gente tinha muitos problemas aqui hoje o grupo tá menor, mas nós já trabalhamos com cinquenta e poucos cooperados. Existiam muitos problemas daquele cooperado que bebe muito, aquele cooperado que às vezes usava drogas, então a gente teve muito esses problemas, a gente teve que atuar mesmo como área social mesmo dos nossos cooperados (Joana, Cooperativa Cooprec)

Nós tínhamos um cooperado aqui que eu achava que ele tinha problema. Ele tinha um problema de fala de gaguejar e antes dele entrar pra cooperativa eu achava que ela tinha problema mental. Ele pedia dinheiro, inclusive o primeiro presidente da cooperativa que ajudou ele tirar os documentos, depois a gente convidou ele pra trabalhar na Cooperativa aí eu vi que ele não tinha nada... Ele foi trabalhar numa empresa que ele foi chefe lá, chefe assim num departamento pequeno, mas que ele conseguiu desenvolver isso. Às vezes a gente vê as pessoas e pensa que ele não é capaz. Já teve muitos casos assim a pessoa vem e às vezes não tem nem estudo, mas o que ele tem de aproveitar é muito grande. (id. ibid)

A primeira coisa que eu penso é ajudar aquelas pessoas que tem menos, menos chance na sociedade. E aquelas pessoas que tem o estudo, consegue sair bem, falar bem ela já é mais fácil de conseguir um trabalho. Aquelas pessoas que tem uma idade avançada, que tem uma deficiência física, esse aspecto que realmente me chama atenção. O que me segura aqui na Cooperativa até hoje são esses aspectos (id. ibid)

Eu não conseguia emprego, bebia todos os dias. Quando consegui um trabalho aqui fiquei satisfeito, eu não tirava muito, porque entrei na época da chuva e tinha pouco trabalho, mas eu comecei a perceber algumas coisas diferentes: as pessoas queriam saber minha opinião sobre as coisas, no começo achava ruim, porque nunca gostei muito de falar em público, tenho pouco estudo, mas depois vi que a minha opinião era importante e comecei a participar mais... até palestra para estudantes sobre como tratar o lixo eu já dei... (Nilton, Cooperativa Cooprec)

Outro ponto que merece destaque é a capacidade que os empreendimentos têm de possibilitar a convivência com a diferença, em casa e no trabalho. Os trechos de algumas entrevistas apontam que uma das importantes apropriações foi a aprender a conviver com o diferente, o que possibilita a vivência da tolerância, valor cada vez mais escasso na sociedade contemporânea, e favorece o crescimento enquanto pessoa e enquanto profissional que aprende a trabalhar em equipe.

Uma coisa que eu aprendi, que demorou, foi aceitar o diferente. Eu era muito exigente, às vezes minha idéia não batia com a idéia do outro, a outra pessoa pensava diferente e eu queria que a pessoa tivesse o mesmo pensamento que eu, aí entrava em atrito. Então uma das coisas que eu aprendi foi aceitar o diferente, saber conviver com ele, então isso pra mim foi uma mudança muito grande (Mariana, Cooperativa Cooprec).

Melhorou o meu relacionamento com as pessoas... (Marilda, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida)

Eu acho assim que a minha convivência familiar mudou de mais pra melhor, eu consegui entender os meus filhos melhor, meu marido nervoso eu consegui entender isso, consegui a convencer ele a respeitar os meus pensamentos, então, eu acho que isso eu aprendi, porque eu as vezes a gente ia conversar com ele e ele falava uma coisa que enfezava e a gente discutia, hoje eu já comecei eu acho que foi a Cooperativa que me ensinou isso e eu já acho o seguinte: eu não tenho que brigar, mas eu tenho que brigar de uma maneira de onde eu vou conseguir meus objetivos não de eu enfezar, então, quando eu vou falar com uma pessoa e ela me responde eu vou tranquilamente a conversar ate nós resolver o que eu quero, o que é bom pra mim e pra ela, mas eu não vou virar as costas não, antigamente eu virava as costas e emburrava e não queria mais nada, hoje não. (Joana, Cooperativa Cooprec)

Também é digno de nota o impacto do trabalho no empreendimento na vida das mulheres. Elas consideram essa atividade muito significativa, pois além dos motivos acima apontados, elas possibilitam a execução de uma atividade fora do âmbito doméstico. Elas afirmam que o trabalho desempenhado em casa, além de ser pesado e repetitivo, não é reconhecido. E o simples fato de sair de casa, de encontrar com outras pessoas, aprender o desempenho de alguma atividade, contribui muito para com a auto-estima, conforme os relatos a seguir:

Eu passo o dia que nem vejo, nem preocupo, preocupo com a situação! Mas despreocupo de outras situações da vida lá fora, do tédio de só ficar tocado dentro de casa, nem eu não dou conta de ficar dentro de casa não! (Valdete, Cooperativa Cooprec).

Eu fico muito triste de ficar só em casa. Termina de fazer as coisas... Termina e fica lá só sentada porque eu não vou para casa de ninguém porque eu não conheço ninguém aqui, conheço só uma pessoa que mora longe e não posso ir na casa dela, eu não sei andar aqui também então é daqui para casa (Lia, Cooperativa Mulheres de Mazarello)

È melhor vir trabalhar aqui do que ficar só pedindo, reclamando, porque a dona de casa só fica reclamando, porque trabalha, trabalha e não é reconhecida, pelo menos o trabalho daqui me dá um reconhecimento. Eu me sinto bem trabalhando aqui (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Se eu não tivesse aqui seria ruim, porque eu só fazia o serviço de casa, ficava dentro de casa ou na casa das filhas para olhar os netos. Era bom também! Porque eu gosto muito dos meus netos, mas os netos vão pra escola e eu ficava sozinha, meu marido sai pra trabalhar eu já ficava sozinha (Sônia, Cooperativa Mulheres de Mazarello).

Muitos relatos apontaram para o fato de que as pessoas encontram um sentido ao entrar na cooperativa: voltaram a estudar ou sentem o despertar deste desejo, aprenderam algum tipo de atividade, enfim, o cooperativismo possibilita algum tipo de assimilação e incita potencialidades individuais que estavam adormecidas.

Assim, é possível reiterar a constatação de que os resultados dos empreendimentos solidários não são só econômicos, ao contrário, eles possuem o potencial de articular, como apontou Laville (2004), outras dimensões da vida e colaborar para com reprodução ampliada da vida, como pontua Coraggio (2000).

3.7.2 A relação dos trabalhadores com os outros (a identidade para o outro)

Neste ponto interessa observar a relação desses trabalhadores com os “outros” de duas diferentes esferas de socialização: primeira, a relação com os companheiros de trabalho, e segundo, a percepção dos familiares e amigos. Tal análise se justifica a partir da proposição de Dubar (op.cit) que diz ser importante para a constituição das identidades o olhar ou, melhor dizendo, a percepção das outras pessoas, conforme citação a seguir:

A identidade humana não é dada, de uma vez por toda, no nascimento: ela é reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais constrói sozinho: ele

depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições (DUBAR, 2005, p. 25).

No que diz respeito a sociabilidades entre os companheiros de trabalho, foi possível perceber uma assimilação da importância dos colegas nas experiências solidárias. Primeiro, porque todas as decisões são tomadas em grupo, embora os conflitos e as resistências se façam presentes; segundo, porque existe uma interdependência que se coloca como condição fundamental para a concretização dos objetivos produtivos do empreendimento; e terceiro, porque a estruturação do trabalho é feita não a partir das demandas individuais, mas sempre a partir das demandas coletivas.

Antes de trabalhar na Cooperativa era um mundo diferente, antes pensava apenas em mim mesmo, trabalhava pensando só na gente e só! Agora aqui a gente tem que trabalhar pensando em grupo, que sem esse grupo a gente não tem como seguir com os nossos objetivos, então a diferença é essa (José, Cooperativa Cooprec).

É... a gente vai desenvolvendo um tipo de confiança, pois você trabalha com a pessoa o dia inteiro não é possível que você não vai pegando uma confiança, tem que ter... o trabalho tem ser em grupo, cada um tem que ajudar, pois quando junto em algum lugar o trabalho rende muito mais. A gente organiza direitinho e sai muito mais do que se a gente ficar isolado cada um fazendo uma coisa (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

O trabalho em grupo eu acho muito bom. Porque sozinha você não consegue fazer, mas se junta dois, três o trabalho em grupo fortalece muito. A gente já teve vários exemplos de unir as forças e o trabalho sair totalmente melhor do que duas pessoas fazendo. Não tem nem o que discutir. Até lá na catequese, na casa da gente quando a gente trabalha em grupo... Agora tem a questão do consenso se tiver trabalhando em grupo e tiver um puxando de um lado e outro puxando pra outro, mas depois da discussão e você chega ao divisor comum não tem coisa melhor (Joana, Cooperativa Cooprec).

Deste modo, é importante constatar que existe uma mudança a partir disso, pois o indivíduo sente-se reconhecido pelo seu companheiro de atividade. O senso de coletividade colabora para a efetivação do reconhecimento mútuo. Ademais, os grupos são formados por pessoas diferentes que se identificam em torno de ideais e objetivos comuns, o que colabora ainda mais para a coesão do grupo.

A percepção dos familiares e amigos é algo importante e que merece ser ressaltada. Por um lado, os trabalhadores dessas cooperativas são vistos numa situação melhor do que a anterior, pois conseguem ter uma fonte de renda e saíram da penumbra do desemprego.

Por outro lado, existe uma pressão por parte dos familiares no sentido de incentivar o trabalhador a abandonar o empreendimento. Este fato pode ser entendido por dois diferentes motivos: primeiro, pelo fato de o trabalho cooperativo não garantir o vínculo empregatício disponibilizado pelo trabalho assalariado, cujo principal símbolo é o registro em carteira e os benefícios por ela proporcionados; e segundo pelo já mencionado problema do preconceito que enfrentam os trabalhadores da reciclagem. Os relatos abaixo ilustram esse posicionamento:

Meu marido mesmo não entende, ele fala que eu não sei o que eu quero, porque lá você não ganha dinheiro e tudo o que você faz o pessoal bloqueia, você tenta falar uma coisa na reunião não dá certo. Eu acho que eles acham que eu sou uma doida, uma sonhadora mesmo, porque uma pessoa que trabalha com lixo, que eles nem fala material reciclável, uma pessoa que estudou, trabalha com lixo e não ganha dinheiro, ainda está lá um ano... então eles acham que eu sou doida (Ana, Cooperativa A. Ambiental).

Muita gente pensa que eu era doida, que não ia dar certo, quando abriu a cooperativa tinha gente que vinha aqui só para ver, mas agora eu sinto um pouco de medo deste trem não dar certo (Francisca, Cooperativa A. Ambiental).

Eu ainda tô na Cooprec porque eu gosto mesmo de tá trabalhando, mas assim na parte familiar tem muitas pessoas falam “ah! Menina você tem que procurar outro emprego, tem que assinar carteira, que aqui não tem” (Dalva, Cooperativa Cooprec).

O pessoal acha que eu tenho muita coragem, que eu sou louca (risos). Porque o trabalho aqui é muito difícil. Eles fala: “você é louca, está aqui se acabando, tá se consumindo, vai passear”, mas vai passear de que jeito? A gente que é pobre, se tivesse muito dinheiro, realmente eu adoro viajar (Rosa, Cooperativa Antônio Costa Santos)

Todo mundo fala pra mim sair daqui, que isso aqui não dá nada não (Tiago, Cooperativa Nossa Senhora Aparecida).

Olha assim que eu vim trabalhar na Cooperativa eu vim dá uma palestra numa escola e na hora que eu me apresentei e falei que eu trabalhava aqui na Usina os meninos falaram assim: “nossa tia! A senhora trabalha naquele lixão?” aí eu disse: “não! Eu não trabalho no lixão, primeiro lugar eu trabalho com o ser humano lá, a gente pega o resíduo e transforma isso em renda para os cooperados, mas lá não trabalha no lixão não, e lá isso não é importante pra mim”, então tinha essa coisa a família também tem uma certa resistência... Tem algumas resistências das pessoas acharem e esquecer de olhar o ser humano e olha pro o lixo (Joana, Cooperativa Cooprec).

3.7.3 A identidade coletiva

A percepção negativa por parte dos familiares e amigos comprova a constatação feita por Dubar de que a identidade para si e a identidade para o outro, embora sejam inseparáveis, são incertas e podem não harmonizar-se. Considerando

o caso em análise, os trabalhadores vão utilizar estratégias para acomodar a identidade para si à identidade para o outro. Esse processo vai ocorrer por meio da recusa das atribuições feitas pela família e a incorporação das feitas pelos seus companheiros de trabalho. Aqui se depreende que a identidade pode ser configurada em múltiplas instâncias.

Eles dizem não se importar com a avaliação de seus familiares, pois o olhar depreciativo frente à atividade desempenhada é menos doloroso do que a percepção da mesma frente a uma situação de desemprego. O que importa para eles é serem percebidos como pessoas que estão em busca de um trabalho a fim de garantir a própria sobrevivência e a da família que, muitas vezes, não aprova a atividade.

Assim, para estes trabalhadores parece prevalecer o reconhecimento conferido pela coletividade de trabalho, bem como a convicção do sentido e da importância do trabalho, representados pelo fato de poder contribuir para com as demandas da comunidade a partir da possibilidade de ofertar produtos com preços mais acessíveis, no caso da cooperativa de costura e da padaria comunitária, e com a colaboração com o meio ambiente, sentido que emerge dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem.

Considerando as questões discutidas acima, constato uma transformação identitária que tem por base o coletivo de trabalho. Como foi tratado nas partes precedentes não é factível a presença de comportamentos que denotem a existência de uma identidade autogestionária, visto as dificuldades encontradas pelos trabalhadores em apreender este princípio; o que não impossibilita uma futura constituição identitária deste tipo, a partir de ações educativas e formativas, que podem culminar na aquisição de certo nível de institucionalização da prática autogestionária nos empreendimentos.

Por outro lado, foi possível perceber a emergência de uma identidade coletiva fundamentada no reconhecimento mútuo, no respeito pelo outro e pelas diferenças, expressa no esforço de encontrar o consenso nos momentos decisórios e na solidariedade corriqueira, promulgada nos pequenos atos do cotidiano. Isso sugere a existência de um não-reconhecimento fora do grupo, mas uma busca por reconhecimento em seu interior, pois o que está em questão não é a atividade exercida, mas o de fazer parte de um grupo cooperado, o que envolve questões bem mais abrangentes que saber reciclar, costurar ou amassar pão, como, por exemplo,

a de constituir um grupo coeso. Assim, um senso de coletividade que nasce dessas experiências possibilita a emergência da integração social. Sugere ainda, a possibilidade da emergência de uma identidade de projeto, tal como propôs Castells (2001), que é capaz de redefinir a posição dos indivíduos na sociedade e de contribuir para com as transformações sociais.

Esta identidade coletiva é a condição *sine qua non* para que estas experiências sobrevivam e constituam redes com outros empreendimentos solidários e vínculos com organizações privadas e públicas, no sentido de reiterar a argumentação de autores como França Filho (2001) e Gaiger (2007), que enfatizam um grande potencial nessas iniciativas para conciliar interesses econômicos sociais, culturais e políticos, instituindo assim uma nova lógica de trabalho.

Ademais, a constituição de uma identidade coletiva coesa é um passo importante para estes grupos de trabalho, pois a constituição de uma identidade cooperativa e autogestionária plena requer uma nova socialização para o trabalho, diferente daquela existente nos modelos produtivos verticalizados. Um senso de coletividade forte colabora muito para o alcance do novo padrão de sociabilidade possibilitado pelo conjunto de princípios da economia solidária.

.

CONCLUSÃO

“Nada está decidido”. Por certo, esta é uma frase que descreve bem as percepções que foram possibilitadas mediante as constatações feitas a partir deste trabalho. Tal frase se justifica pelo fato de que as assimilações possibilitadas por este estudo desdobraram-se mais em questionamentos do que em respostas, cujo resultado é uma imensa sensação de que ainda há muito o que ser feito e analisado frente um objeto de estudo tão heterogêneo, complexo e polêmico como as experiências em economia solidária.

A proposta investigativa teve por objetivo conhecer um pouco mais das tão faladas experiências de economia solidária, a partir de um olhar voltado para a identidade dos indivíduos que estão imersos nestas iniciativas à luz da perspectiva de que as identidades são construídas a partir dos processos de socialização e interação que os indivíduos vivenciam. Partiu-se também da perspectiva de que as identidades são construídas mediante as atribuições dos companheiros de socialização e das assimilações biográficas, cuja principal colaboração foi de Claude Dubar.

À luz destes pressupostos teóricos, a hipótese central que guiou esta dissertação foi a de que o conjunto de princípios que regem a economia solidária, representados pela autonomia, autogestão e solidariedade, possibilitaria a emergência de um espaço de socialização onde se aprenderia uma cultura democrática; fundamental no processo de constituição das identidades e na configuração de novos espaços públicos e de novas institucionalidades.

Em tese, a congruência destes princípios não propiciaria somente a geração de renda e trabalho, mas se estenderia a uma pluralidade de dimensões relacionadas à promoção social, seriam importantes no fortalecimento de indivíduos ou grupos com capacidade de ação, sobretudo os mais pobres, incentivariam e propiciariam a ação participativa e democrática, divulgariam a importância da consciência ambiental e responsabilidade social (GAIGER, 2007; RAZETO, 1999).

Tais aspectos possibilitariam uma mudança identitária nos indivíduos nela inseridos, visto que já se sabia de antemão que a maioria dos trabalhadores inseridos nestas iniciativas sofriam as consequências desencadeadas pelo desemprego.

Partindo para as observações finais, foi possível primeiramente afirmar que nas duas cidades pesquisadas, a despeito da singularidades de cada uma, teve-se a

mesma constatação frente às apropriações que esses empreendimentos possibilitaram para os trabalhadores. No entanto, convém destacar uma diferença considerável, qual seja, o envolvimento do poder público local no sentido de disponibilizar subsídios para o desenvolvimento da economia solidária.

Em Campinas podemos considerar que existe um envolvimento factível do poder público local em incentivar estas iniciativas, fato que pode ser ilustrado por uma série de medidas colocadas em prática pelo governo local: criação do marco legal para o fomento dos empreendimentos; parceria entre Município e a incubadora social no sentido de dar visibilidade para estas iniciativas, subsídios para consolidação de espaço físico para o desenvolvimento das atividades, disponibilização de equipamentos, doação de material, auxílio na composição da documentação necessária para legalizar o empreendimento, concessão de crédito, viabilização de espaços públicos, como o Fórum Municipal e a feira de Economia Solidária, dentre outras.

Já em Goiânia, as ações do poder público no sentido de viabilizar a economia solidária são quase inexistentes. A ação que se fez presente até o momento foi à efetivação do projeto de coleta seletiva²⁹ na cidade, que tem por objetivo educar os moradores para o correto manuseio do lixo, além de fortalecer e criar novas cooperativas e associações de reciclagem.

Esta diferença no âmbito de políticas públicas entre as duas cidades repercute nas diferentes condições econômicas, de infra-estrutura e nos benefícios cedidos para os trabalhadores dos empreendimentos estudados. Tal fato nos permite reter que a política desenvolvida pelo governo federal possui diferentes níveis de organização nos diversos contextos locais e regionais. Assim sendo, faz-se necessário uma ampliação da esfera de atuação, com o objetivo de tentar manter um diálogo com o poder público estadual ou municipal no sentido de traçar metas para a concretização desta política em locais onde elas são inexistentes.

A percepção sobre o envolvimento dos trabalhadores com as atividades e organização do trabalho nos empreendimentos foi similar nas duas cidades. Deste modo, as considerações feitas a partir deste ponto consideram os grupos das duas cidades em conjunto.

²⁹ Para outras informações acessar: <http://www.goiania.go.gov.br/html/comurg/coletaseletiva>

A adesão pragmática, ou seja, a procura de um emprego caracteriza o principal motivo da entrada da maioria dos indivíduos nos referido grupos, e percebe-se uma continuidade deste motivo durante a permanência do indivíduo na iniciativa, salvo alguns casos isolados. Os indivíduos ainda continuam a perceber a cooperativa somente a partir da perspectiva econômica, não demonstrado muito comprometimento com as questões políticas do empreendimento, nem se envolvendo com as práticas da autogestão e nem tendo dimensão da importância da democracia no que diz respeito às decisões que são tomadas dentro do grupo. O que importa é trabalhar e garantir renda, por mais irrisória que ela seja. Tal fato sustenta o argumento de que o trabalho permanece como elemento fundamental na vida das pessoas.

Outro fato importante que foi possível apreender é que os trabalhadores não participam de nenhuma atividade que poderia significar a transposição desses ideais para outras esferas da vida, seja ela social ou política, isto é, não participam de associações de bairro, do Orçamento Participativo, enfim não participam de nenhuma outra associação, salvo algumas poucas exceções daqueles que participam de algum movimento social ligado à igreja, principalmente a Católica. Este fato contraria a perspectiva otimista dos que acreditam na possibilidade de que a economia solidária crie novos espaços públicos, pautados na participação e na democracia.

Contudo, é preciso ter em mente que poucos trabalhadores revelaram terem participado de cursos de formação para o exercício do cooperativismo e/ou autogestão, o que explica a subsunção dos mesmos às práticas capitalistas. Assim, não foi possível encontrar uma identidade autogestionária no interior destes empreendimentos, por motivos já assinalados em capítulos precedentes.

Convém salientar ainda que os aspectos considerados pelos críticos da economia solidária foram também identificados. As cooperativas e associações são caracterizadas por relações de trabalho precarizadas, ou seja, percebe-se a ausência de direitos trabalhistas, falta de qualidade e segurança na execução das atividades, fragilidade de alguns empreendimentos que não conseguem se manter no mercado e podem, a qualquer momento, fechar suas portas.

Contudo, essas limitações podem ser superadas por meio de políticas públicas eficazes e o apoio constante das instituições de referência, entendidas cada vez mais como elementos centrais para o bom desempenho dos empreendimentos.

Vale a pena lembrar, como assinala Gaiger (2004), que não existem receitas que possam ser aplicadas a todos os empreendimentos, tendo em vista a variedade de experiências existentes e suas múltiplas escolhas organizativas. Não obstante, isso não significa que as experiências pesquisadas sejam desprovidas de significado, sobretudo para os trabalhadores nela envolvidos. Embora não tenham sido capazes de conformar uma identidade autogestionária e cooperativista significativa, elas exercem influência na maneira de ser dos indivíduos que dela fazem parte, pois possibilita o aumento da auto-estima, o sentimento de pertencimento a um coletivo de trabalho, uma nova teia de sociabilidade que permite maior comunicação entre os trabalhadores, o respeito pelo outro e, sobretudo pelo diferente; fatores que estruturam a condição necessária para a formação de uma identidade coletiva forte. Além disso, em trabalhadores que declaram se tornar mais solidários, responsáveis, que melhoraram suas relações interpessoais e, principalmente para as mulheres, emergiu um sentimento de dignidade em comparação com as experiências anteriores proporcionada pelo trabalho doméstico e/ ou o trabalho de casa.

Do que foi exposto, pode-se inferir que o trabalho associativo encontrado nos grupos de economia solidária tem sido uma realidade cada vez mais presente, sobretudo no Brasil. E que ele tem propiciado, em muitos casos, a inclusão social daqueles que estavam imersos condições precárias de sobrevivência, e ativam a capacidade de ação daqueles que viviam a passividade das políticas assistencialistas.

É importante deixar claro que as experiências de economia solidária ainda são incipientes e possuem muitas fragilidades, e para que seus resultados estejam de acordo com o seu potencial de transformação e desenvolvimento é necessário ter consciência de suas limitações, ter disposição para resolvê-las, assim como adotar medidas que possam contribuir para com esse avanço. Acrescente-se ainda que essas experiências podem contribuir com a geração de novos modos de regulação da sociedade, pois elas são capazes de gerar formas inéditas de ação pública.

Os fatos concretos observados não possibilitam o alcance de generalizações conclusivas, mas permitem perceber os significados que essas experiências têm para os atores que nela se inserem que não se restringem ao econômico, mas alcançam outras esferas da vida.

Por fim, concluo esta dissertação dando voz a um dos protagonistas diretos das experiências pesquisadas, que demonstra a um só tempo o anseio pelo reconhecimento social e o sentido de um trabalho acadêmico desta natureza:

Queria que as pessoas conhecessem o trabalho, precisamos ser reconhecidos, estamos no escuro ainda. Se esta pesquisa é importante para você é pra nós também, mostra para os seus amigos, colegas, a cooperativa, para verem como é o trabalho. Era isso o que eu tinha que dizer, queria agradecer em nome da cooperativa, muito obrigado (Vandir, Cooperativa A. Ambiental).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Autogestão. In: Cattani, Antonio David. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 20-25.

ALVES, Maria Aparecida. Apontamentos sobre a informalização do trabalho no Brasil. **Humanitas**, Campinas, v. 4, n. 2, ago./dez., 2001.p. 105-117.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (orgs). **A Perda Social da Razão do Trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O Caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho; São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARAÚJO, Herton Ellery; SILVA, Frederico Alves Barbosa. Economia Solidária: um novo paradigma de política pública? In: **IPEA-Mercado de Trabalho**, nº. 28, setembro de 2005.

BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 173- 241.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 17-58.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 95- 135.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 2-82.

CORAGGIO, José Luís. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (orgs.). **Economia dos setores populares**: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

CRUZ, Antonio. (2001), Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária. Campinas: **Unicamp**, 2002.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, p. 27-36.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: interpretação de uma mutação. Porto: Afrontamento, 2006. p. 19-54; 85- 112.

_____. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 77- 157.

EID, Farid. **Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas**: *construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?*

Disponível em:

<http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/UNEMAT2004.pdf> acesso em 25 de Janeiro 2010.

EID, Farid; GALLO, Ana Rita. Metodologia de incubação e desafios para o cooperativismo popular: uma análise sobre o trabalho da incubadora de Cooperativas Popular da UFSCar. **Anais do IV SEMPE** – Seminário de Metodologia para Projetos de Extensão, São Carlos, ago 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artemed, 2008, p. 147-170.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SANTANA JUNIOR, Gildásio. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: reflexões à luz da experiência baiana. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife (UFPE), 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise e Dados**. Salvador, SEI/Governo da Bahia, vol. 12, nº 1, Jun/2002.

_____. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). **Organizações e Sociedade**, Salvador, v.8 n.20, jan./abr. 2001. P. 1-14.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3ª Edição. São Paulo: Kairós, 1983, p. 21- 106.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Revista **Dados**, nº. 3, v 50. 2007. p. 499- 533.

_____. As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). **Sentidos e Experiências da economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 371-402.

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

GIRARDO, Cristina; HUALDE, Alfredo e MOCHI, Prudencio. Los trabajadores del conocimiento y su identidad profesional: estudio de casos sobre la industria del software en México. In: Congreso de la ALAST, V, 2007, Montevideo. **Anales del V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo**. Montevideo: ALAST, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GORZ, André. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1985.

GOLDENBEG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro:Record, 2000.

GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências em economia solidária e seus múltiplos sentidos. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 132-142 jan./jun. 2008.

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André. Ricardo. (orgs.) **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 111-122.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 200, p. 86-91.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão**: gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: EdUFSCAR, 2001.

JOAS, Hans. O Interacionismo simbólico. In: Giddens, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999, p.127-174.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-90.

LAVILLE, Jean Louis. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: França Filho *et al.*. **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Revista Sociedade Cultura**, v. 9, n.2, 2006, p. 303- 310.

MAUSS, Marcel. 1974. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Vol. 1. Livro 1. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989.

MÈDA, Dominique. **Trabalho: um valor em via de extinção**. Lisboa: Fim do século, 1999.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia Reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005. p 25-42; 315-338.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 25. 2001. Caxambu, MG. 2001

NUNES, Christiane Girard Ferreira. Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, 2002. p. 134-158.

NUNES, Jordão Horta. **Interacionismo simbólico e dramaturgia**: a sociologia de Goffman. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Goiânia: Editora UFG, 2005, p. 21-66

OFFE, Claus. Trabalho: categoria sociológica Chave? In: OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: brasiliense. 1989, p. 167-197

OLIVEIRA, Jaqueline. Mulheres na Economia Solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008, p. 325-332.

POCHMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: IPEA e MTE. Ano 9, n. 24, ago/2004(a).

_____. **Políticas de Inclusão Social**: resultados e avaliação. São Paulo: Cortez, 2004(b), 237 p.

_____. Trabalho Informal: desemprego disfarçado. **Rumos**, Rio de Janeiro, v.24, n. 168, jan., 2000. p.16-19.

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In: Souza Santos (org.), **Produzir para viver**, São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, p. 475-512.

RAZETO, LUIS. “La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto”. In: **Persona y sociedad**, vol. 13, n. ° 2, 1999.

SACHS, Ignacy. Informalidade: as duas faces da moeda. **Rumos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 217, set./out., 2004, p.39.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRIGUES, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS. Boaventura (Org.). **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS. Vanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SATO, Leny. & Esteves, Egeu. Autogestão: possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. São Paulo: **ADS/CUT**, 2002

SCHUTZ, Rosalvo. Economia Popular Solidária: novos horizontes para a educação popular? In: SCHUTZ, Rosalvo *et al.* **Desafios da Economia Solidária**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008, p. 19- 52.

SILVA, Luiz Antônio Machado. Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Além da Fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 140- 178.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal**. In: Textos de Discussão IPEA Mercado de Trabalho, no. 24, agosto de 2004.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e Desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e Máscaras**: a busca da identidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001. p 33-53.

TRAJANO, Ana Rita Castro; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves. Identidade e trabalho autogestionário. In: CATTANI, Antônio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 173-176.

VIETEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado**: Cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

APÊNDICE A

QUADRO DOS ENTREVISTADOS

CIDADE	ENTREVISTAD@	SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	COR	ESTADO CIVIL
GOIÂNIA	M.N	F	36	2º GRAU	PRETA	SOLTEIRA
	N.	F	52	2º GRAU	BRANCA	CASADA
	M.A	F	59	8º SERIE	PARDA	SOLTEIRA
	M.	F	39	1º SERIE	PRETA	AMIGADA
	L.	F	60	2º GRAU	BRANCA	VIÚVA
	S.	M	47	2º GRAU	PRETA	CASADO
	R.	M	58	5ºSERIE	PARDA	CASADO
	A.	F	43	3º GRAU	PRETA	CASADA
	I.	F	60	4º SERIE	PARDA	DIVORCIADA
	J.	M	52	8º SERIE	BRANCA	CASADO
	M.	F	35	4ªSERIE	PRETA	DIVORCIADA
	J.	M	30	ALFABETIZADO	PRETA	AMIGADO
	B.	F	32	8ªSERIE	PARDA	AMIGADA
	B.	F	32	8ªSERIE	PARDA	AMIGADA
CAMPINAS	G.	M	33	2º GRAU	PARDO	SOLTEIRO
	R.	F	34	6ª SERIE	PARDA	CASADA
	M.J	F	56	2º GRAU	PRETA	SOLTEIRA
	R.	F	33	2ªSERIE	PRETA	SOLTEIRA
	E.	M	20	8ª SERIE	PRETA	AMIGADO
	L.	F	63	ALFABETIZADA	BRANCA	CASADA
	A.	F	37	3ª SERIE	PRETA	AMIGADA

APÊNDICE B**Perfil Social do Entrevistado**

- 1- Nome _____
- 2- Idade _____
- 3- Sexo () F () M
- 4- Raça / Cor
() Preta () Amarela
() Branca () Outros
() Parda
- 6- Escolaridade _____
- 7- Estado Civil _____
- 8- Bairro onde mora _____
- 9- Tem Filhos? () S () N Quantos _____
- 10-Profissão _____
- 11-Renda (em reais) _____
- 12 É o chefe da família? () Sim () Não

APÊNDICE C

Roteiro de entrevistas

Biografia

- * Onde nasceu?
- * Onde viveu a maior parte de sua vida?
- * Qual a profissão do seu pai?
- * Qual a profissão da sua mãe?
- * Quem são as pessoas que moram na sua casa?
- * Quem poderia ser considerado o chefe da casa em sua opinião?
- * Participa ou já participou de alguma religião?
- * Participa ou já participou de algum movimento social?

Trajetória Profissional

- * Com que idade começou a trabalhar?
- * Quantos empregos você já teve, onde trabalhou?

Questão de estímulo à memória

- * Qual a primeira coisa que vem à sua cabeça quando pensa no seu trabalho na cooperativa/associação?

Identidade Ocupacional

- * Gostaria que você me falasse sobre os motivos que te levou a fazer parte da cooperativa/associação?
- * Há quanto tempo você trabalha na cooperativa/associação?
- * Você passou por algum treinamento para executar suas atividades na cooperativa/associação?
- * Descreva seu ambiente de trabalho.

- * A experiência da cooperativa/associação se diferencia de suas experiências anteriores? Em quais aspectos?
- * O que quer dizer para você ser trabalhador da Cooperativa/Associação?
- * Você se acha diferente de trabalhadores de outros lugares? Em quais aspectos?
- * Me fale sobre os aspectos positivos e negativos do trabalho na cooperativa/associação?
- * Como as decisões são tomadas?
- * Como o trabalho é organizado?
- * Você gosta do que faz? Por quê?
- * Você acha o que você faz importante? Por quê?
- * O trabalho é executado somente dentro da associação ou em outros lugares também?
- * Quais cargos você já teve na cooperativa/associação?
- * Como você acha que seria sua vida se não trabalhasse na cooperativa/associação?
- * Mudou alguma coisa na sua vida após a entrada na cooperativa/ associação?
- * Você aprendeu alguma coisa com o trabalho na cooperativa/associação?

Interação

- * Em geral como é sua relação com os colegas de trabalho?
- * Sobre o que vocês conversam?
- * O que você acha do trabalho em grupo?
- * Vocês se relacionam fora do ambiente de trabalho?

Identidade para Si

O que você acha que é? Defina-se como pessoa?

Como você gosta de ser reconhecido pelas pessoas?

Identidade para Outro

- * Como as pessoas te reconhecem?
- * Você acha que as pessoas te reconhecem como você realmente é?
- * O que as pessoas pensam do seu trabalho na cooperativa?

Perspectiva de Futuro

- * Você pensa em sair da cooperativa/associação?
- * Você deixaria a cooperativa/associação caso tivesse outra oportunidade de trabalho?

APÊNDICE D



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELAÇÕES SOCIAIS E A EMERGÊNCIA DE NOVAS IDENTIDADES.

Pesquisador Responsável: JAQUELINE PEREIRA DE OLIVEIRA VILASBOAS

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (62) 32087358 / 32054183 / (62) 84056610

Descrição da pesquisa [\(conforme Res. CNS n.º 196/96 – IV.1. a, b, c, d, e, f, g, h, i; citados no Protocolo de Pesquisa – CEP/UFG\)](#)

O projeto em questão tem por objetivo analisar o efeito dos grupos de economia solidária no processo de (re) construção das identidades dos indivíduos que fazem parte dos referidos grupos. O interesse pelo estudo dessas iniciativas se justifica pelo fato de que, através das experiências vividas nesses grupos, os indivíduos não se limitam à produção da vida material, pois produzem também novas relações sociais, sentidos e valores.

Os instrumentos de pesquisa utilizados para obtenção do objetivo proposto serão entrevistas individuais e grupais que têm por objetivos conhecer a trajetória de vida e profissional de cada indivíduo, bem como sua escolaridade, local de moradia,

expectativas em relação ao grupo do qual faz parte, se está satisfeito ou não com as atividades desempenhadas e quais foram as modificações que ocorreram em suas vidas e na comunidade da qual fazem parte após o ingresso nos grupos de economia solidária.

Serão convidados para as entrevistas os associados mais antigos no grupo. Tal critério se justifica pelo fato de que quanto maior o tempo que o indivíduo faz parte do grupo melhor será possibilidade de identificar os aspectos subjetivos decorrentes de seu trabalho, suas relações intersubjetivas e o que acontece com suas posições identitárias, aspectos esses que traduzem o objetivo principal da pesquisa. Existe também a preocupação de assegurar a heterogeneidade dos convidados para entrevista no que tange a idade, estado civil e experiência profissional prévia. Os entrevistados poderão a qualquer tempo retirar seu consentimento de participação da pesquisa sem que isso decorra em qualquer tipo de dano aos mesmos.

As entrevistas serão realizadas nas próprias associações, pois as mesmas possuem, conforme verificado nas visitas exploratórias, salas ou espaços destinados para reuniões da própria associação e que podem ser utilizados para as entrevistas visto que são locais silenciosos e que garantem o sigilo das informações prestadas. As entrevistas serão previamente agendadas conforme a disponibilidade do entrevistado e do local onde ela será realizada.

Durante a pesquisa está previsto o uso de dois equipamentos audiovisuais: câmera e gravador digital. O gravador será utilizado durante as entrevistas em profundidade, o entrevistado será previamente informado deste fato e será garantido a ele o sigilo das informações prestadas, e a não utilização das mesmas para outros fins, bem como seu anonimato. A câmara digital só será utilizada mediante autorização do representante e dos membros das associações e terá por objetivo registrar os processos de trabalho dos grupos e os produtos elaborados por eles. Caso seja permitido, as imagens somente serão utilizadas para fins ilustrativos no momento da apresentação dos resultados da pesquisa.

Nome pesquisador: Jaqueline Pereira de Oliveira

Assinatura:

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo Relações de Trabalho Emergentes e a Configuração de Novas Identidades, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) Jaqueline P. de Oliveira Vilasboas sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data

Nome e Assinatura do sujeito: _____